

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO - MESTRADO**

CÍNTIA MARA BOGO BORTOLOSSI

**UNIVERSIDADE JESUÍTICA DE ÉVORA: ATIVIDADES
ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO SÉCULO
XVI**

CÍNTIA MARA BOGO BORTOLOSSI

**MARINGÁ
2015**

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO - MESTRADO**

**UNIVERSIDADE JESUÍTICA DE ÉVORA: ATIVIDADES
ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO SÉCULO
XVI**

Dissertação apresentada por CÍNTIA MARA BOGO BORTOLOSSI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr.: CÉLIO JUVENAL COSTA

MARINGÁ
2015

CÍNTIA MARA BOGO BORTOLOSSI

**UNIVERSIDADE JESUÍTICA DE ÉVORA: ATIVIDADES
ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO SÉCULO
XVI**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa (Orientador) – UEM

Prof. Dr. José Maria de Paiva – UNIMEP - Piracicaba

Prof. Dra. Elaine Rodrigues – UEM

Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo - UEM

Dedico este trabalho ao meu marido Fábio o qual muito me incentivou na realização desta etapa tão importante da minha caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois pela fé obtive a força da qual muitas vezes precisei durante minha jornada acadêmica.

Ao tão especial professor Célio Juvenal Costa. Obrigada pela paciência nas orientações, por compreender minhas angústias e sempre me passar confiança. Tenho muito orgulho de tê-lo como meu orientador.

Aos professores José Maria de Paiva e Mário Luiz Neves de Azevedo, e a professora Elaine Rodrigues. Agradeço imensamente pelas observações e sugestões realizadas no respectivo exame de qualificação.

Ao professor Sezinando Luiz Menezes e a todos integrantes do grupo de estudos LEIP - Laboratório de Estudos do Império Português. Nossos encontros foram valiosos e contribuíram demasiadamente para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao meu tema de pesquisa. Agradeço imensamente a cada integrante desta família tão especial.

À Capes pelo apoio financeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Ao meu marido Fábio. Obrigada por todos os conselhos, a cumplicidade e compreensão que tive de você. Ao meu filho amado Gianluca, que na sua pouca idade precisou compreender minhas ausências. Você me encanta e me enche de força.

Aos meus pais, João e Neide, que sempre estiveram ao meu lado proporcionando momentos únicos em minha vida. Obrigada pelo incentivo que sempre tive de vocês em relação aos estudos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno AGRADECIMENTO.

A especulação acerca da verdade é, num sentido, difícil, noutro, fácil: a prova é que ninguém a pode atingir completamente, nem totalmente afastar-se dela, e que cada [filósofo] tem algo que dizer sobre a natureza, nada ou pouco acrescentando cada um à verdade, embora se faça do conjunto de todos uma boa colheita. (Aristóteles)

BORTOLOSSI, Cíntia Mara Bogo. **UNIVERSIDADE JESUÍTICA DE ÉVORA: ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO SÉCULO XVI.** nº de folhas (ex. 146 f.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2015.

RESUMO

Neste trabalho nosso objetivo foi analisar o processo de edificação da Universidade jesuítica de Évora no século XVI, juntamente com suas atividades administrativas, pedagógicas e científicas. Elaboramos uma visão panorâmica das conjunturas que permearam a sociedade portuguesa de quinhentos, as quais propiciaram a criação de uma segunda universidade em Portugal. Nesse contexto, papel essencial teve a Companhia de Jesus, uma ordem religiosa de inspiração medieval, mas com papel significativo na formação do Portugal moderno. Em sua gênese a Instituição foi dotada de dois estatutos; os primeiros, de autoria do próprio cardeal D. Henrique, escritos entre os anos de 1559 à 1563, e os segundos, adaptados conforme as Constituições da Companhia de Jesus no ano de 1567. Os segundos estatutos, portanto, são os que foram aplicados na Universidade de Évora no respectivo período, e, por conta disso, foram utilizados neste trabalho. Na análise administrativa da Universidade o leitor poderá visualizar como a Instituição estava organizada em sua gênese, com seus cargos e funções, com seu corpo docente e discente, visando à formação integral do aluno. No que tange às atividades pedagógicas e científicas, nosso intuito foi abordar as práticas educativas presentes na Universidade eborense, como, também, o processo de aprendizagem e avaliação de seus alunos. Por meio dessas práticas existentes na Instituição podemos averiguar que ciência e religião poderiam sim permanecer lado a lado, pois além de um importante centro de formação de religiosos, a Universidade se manteve aberta às novas descobertas da modernidade, contribuindo imensamente com a cultura não apenas em Portugal, como também, nos demais territórios do Império Português.

Palavras-chave: História da Educação, Portugal, Companhia de Jesus, Educação, Universidade de Évora.

BORTOLOSSI, Cíntia Mara Bogo. **JESUIT UNIVERSITY OF ÉVORA: ADMINISTRATIVE ACTIVITIES, PEDAGOGICAL AND SCIENTIFIC IN 16th CENTURY.** 146 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2015.

ABSTRACT

In this work our objective was to analyze the process of edification of the Jesuit University of Évora in the 16th century, together with its administrative, pedagogical and scientific activities. We elaborate a panoramic vision of conjunctures that permeated Portuguese society of 500, which led to the creation of a second University in Portugal. In this context, essential role had the company of Jesus, a religious order of medieval inspiration, but with significant role in formation of modern Portugal. In its genesis the institution was equipped with two statutes; the first, written by Cardinal d. Henrique, written between the years 1559 to 1563, and the second, adapted according to the Constitutions of the society of Jesus in the year 1567. The second Statute, therefore, are those that have been applied at the University of Evora in the respective period, and, as a result, were used in this work. On management analysis of the University the reader can visualize how the institution was organized in its genesis, with their positions and functions, with its faculty and students. Regarding the pedagogical and scientific activities, our aim was to address educational practices present at the University, as also from the learning process and evaluation of their students. Through these existing practices at the institution can determine that science and religion could Yes stay side by side, as well as an important centre of religious education, the University remained open to new discoveries of modernity, contributing immensely to the culture not only in Portugal but also in other territories of the Portuguese Empire.

Palavras-chave: History of education, Portugal, Society of Jesus, Education, University of Évora.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONJUNTURA CULTURAL DE PORTUGAL A CAMINHO DE UMA UNIVERSIDADE EM ÉVORA NO SÉCULO XVI	21
2.1. A SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XVI.....	22
2.1.1. A religiosidade intrínseca de Portugal.....	30
2.1.2. Considerações sobre o humanismo em Portugal.....	36
2.2. A COMPANHIA DE JESUS.....	40
2.3. MECENAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CARDEAL D. HENRIQUE.....	48
2.3.1. O homem.....	49
2.3.2. O promotor da educação.....	51
2.3.3. O Inquisidor.....	54
2.3.4. O político.....	58
3. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI: O COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO E A UNIVERSIDADE DE ÉVORA	60
3.1. OS COLÉGIOS DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL.....	61
3.2. HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA.....	67
3.2.1. A fundação da Universidade de Évora.....	71
3.2.2. As comemorações na edificação da Universidade.....	74
3.3. OFÍCIOS E COSTUMES NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA.....	77
3.3.1. Organização administrativa.....	79
3.3.1.1. O reitor.....	79
3.3.1.2. O prefeito de estudos, o cancelário, os conselheiros e deputados.....	81
3.3.1.3. O escrivão, os bedéis, a livraria e o guarda das escolas.....	83
3.3.1.4. O corretor, o conservador secular, o meirinho e o escrivão.....	85
3.3.1.5. O almotacé e os taxadores.....	87
3.3.2. Professores, alunos e a ação missionária da Universidade eborense.....	88
3.3.2.1. Professores.....	88

3.3.2.2. Os alunos.....	91
3.3.2.3. Ação Missionária.....	96
3.3.3. As instituições anexas ao centro pedagógico.....	98
3.3.4. Os privilégios da Universidade de Évora.....	101

4. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO E NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA..... 105

4.1. A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NA COMPANHIA DE JESUS E NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA	106
4.2. CURSO DE ARTES.....	112
4.2.1. Disputas do Curso de Artes	113
4.2.2. Exames para a obtenção do grau de Bacharel em Artes	115
4.2.3. Exames para obtenção do grau de Licenciado em Artes	119
4.2.4. Mestre em Artes	120
4.3. CURSO DE TEOLOGIA	121
4.3.1. Os graus no Curso de Teologia	123
4.3.1.1. Grau de Bacharel: Tentativa, Primeiro, Segundo e Terceiro Princípio..	124
4.3.1.2. Licenciado em Teologia: Princípios da Bíblia, Magda Ordinária, Anriquina, Quodlibetos e Exame Privado.....	125
4.3.1.3. Doutor em Teologia: <i>Acto</i> de Vésperas	127
4.4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS CURSOS DE ARTES E TEOLOGIA	128
4.5. DEMAIS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	130
4.5.1. O teatro	130
4.5.2. Distribuição de Prêmios	131
4.5.3. O Castigo	132
4.5.4. A arte pedagógica	133

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. FONTES..... 142

7. REFERÊNCIAS..... 142

1. INTRODUÇÃO

Fazer história é interpretar, isto é, dar significado, no presente, a determinado tempo histórico. Neste sentido, a ciência da História permite entender, por meio da produção material dos homens, as relações sociais temporalmente definidas. O estudo da História da Educação, por exemplo, torna possível compreender, por meio de tais relações, os processos educacionais em diferentes épocas históricas. Conhecer o passado para entender as relações sociais existentes na época atual é de suma importância, sobretudo no campo educacional, uma vez que a educação é, também, uma construção social.

Postulamos que em cada época desenvolvem-se formas educacionais correspondentes ao modo como a sociedade se organiza, pensa e idealiza, condizentes às suas crenças religiosas, seus valores culturais, econômicos e políticos. Partimos em nossa pesquisa de uma concepção ampla de educação, enquanto processo de aprendizagem que ocorre em todas as relações humanas. Por conseguinte, temos como tema desta dissertação a educação em Portugal no século XVI, analisada por meio dos primeiros colégios da Companhia de Jesus e, especialmente, pela Universidade de Évora, edificada no ano de 1559, com a direção e administração entregue aos membros da ordem.

Conforme Rodrigues (1931), os jesuítas fundaram vários colégios em todo território português. No século XVI, recorte temporal de nossa pesquisa, edificaram no reino colégios em Coimbra (1545), Lisboa (1553), Porto e Braga (1560), Bragança (1561), Funchal e Angra (1570) e Ponta Delgada (1591). Nos domínios portugueses, os jesuítas receberam, em 1548, a direção do Colégio de São Paulo em Goa, depois fundaram vários colégios, dentre eles, o da Bahia (1553), Baçaim (1560), Rio de Janeiro (1567), Pernambuco (1573), Rachol (1574), Damão (1581), Taná (1599), Cochim (1560), Malaca (1576) e Macau (1594).

Em Évora, uma metrópole eclesiástica e residência temporária da corte portuguesa em *quinhetos*, o cardeal D. Henrique, irmão de D. João III e futuro rei de Portugal entre os anos de 1578 a 1580, mandou edificar o Colégio do Espírito Santo, entregando a sua condução aos padres da Companhia de Jesus. Antes mesmo de terminado as obras do colégio, D. Henrique conseguiu autorização do

papa Paulo IV de transformá-lo em universidade, a qual recebeu o nome inicial de Universidade do Espírito Santo, autorizada a ofertar os cursos de Filosofia e Teologia, excetuando-se Medicina e Direito, os quais continuavam sendo ofertados pela Universidade de Coimbra¹.

As fontes primárias e secundárias utilizadas no trabalho são resultado de uma investigação realizada anteriormente por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de Agosto/2011 à Julho/2012. As mesmas foram encontradas na biblioteca do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP-UEM)², em arquivos das bibliotecas da Universidade de Coimbra, de Évora e na Biblioteca Nacional de Lisboa. Dentre as fontes consultadas e analisadas para a elaboração deste trabalho destacamos *Os Segundos Estatutos da Universidade de Évora*.

Os primeiros estatutos da Universidade de Évora foram elaborados pelo Cardeal D. Henrique, provavelmente entre os anos de 1559 a 1563. Pouco tempo decorrido, no ano de 1567, foram publicados os segundos estatutos, reformados conforme as Constituições da Companhia de Jesus. Foram esses os estatutos que regeram a Universidade no século XVI.

No processo de fazer história, papel essencial têm as fontes, os vestígios que o historiador utiliza para produzir o seu conhecimento histórico. Elas não falam por si só, é preciso a intervenção do pesquisador que se apoia nelas para construir o seu saber da história. Importante salientar sobre o caráter inesgotável das fontes, pois a cada pesquisa em que a mesma é utilizada novos elementos podem ser descobertos, tendo-se novos significados.

¹ Sobre a Universidade de Coimbra no respectivo período recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado intitulada *Universidade de Coimbra (1290-1559): origens, transferências, percalços, reformas e consolidação*, da pesquisadora Luciana de Araújo Nascimento, integrante do grupo de pesquisas LEIP- Laboratório de Estudos do Império Português. A autora em seu trabalho analisou os distintos momentos históricos que a instituição enfrentou até a sua reforma realizada no reinado de D. João III.

² O LEIP tem por objetivo congrega professores, pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento de pesquisas e de atividades acadêmicas sobre o Império Colonial Português da Época Moderna. A partir deste objetivo geral, o LEIP se propõe: - estimular a elaboração de projetos de iniciação científica voltados para o estudo de tema relacionados ao Império Colonial Português. - dar suporte ao desenvolvimento de projetos vinculados a diferentes programas de pós-graduação da UEM voltados para as temáticas do laboratório. - promover cursos de extensão, ciclos de estudos, palestras, mesas redondas, simpósios e demais atividades centradas nos estudos da história do império colonial português. - estimular a produção de material didático (inclusive para o ensino a distância) sobre temáticas relacionadas ao LEIP. - realizar levantamento de fontes visando a formação de um acervo próprio em mídia digital. (<http://leip-uem.blogspot.com.br/p/participantes.html>)

Um ponto de fundamental importância na pesquisa em História da Educação é o de não se utilizar de questionamentos do presente para dialogar com as fontes. Precisamos ter claro que as hesitações de nossa sociedade não são iguais ao da sociedade e do período em que a fonte está inserida. “[...] o pesquisador, para tirar o máximo proveito das fontes, deve-se preocupar, sempre, com o contexto histórico no qual o documento primário se insere” (COSTA, 2010, p. 195).

Em relação aos questionamentos acerca da pesquisa, aventamos as seguintes questões: sendo a Universidade de Coimbra um centro universitário de formação intelectual, cultural, religioso e científico no Império Português, quais foram os fatores em torno da sociedade portuguesa que influenciaram na decisão de D. Henrique em defender a criação de uma segunda universidade no reino? Para quais fins, portanto, ela teria sido composta?

Como citado anteriormente, a direção e administração da Universidade de Évora foi entregue aos membros da ordem inaciana, desde o momento de sua edificação. Assim nos questionamos: o que teria levado D. Henrique a apostar na Companhia de Jesus para comandar o seu Instituto? Essa decisão estaria relacionada ao objetivo da criação da Universidade?

Postulamos que a edificação da Universidade de Évora foi possível no século XVI devido a inúmeros fatores, sendo um deles a forte presença jesuítica em terras portuguesas e o êxito que obtiveram nas questões educacionais. A ordem inaciana expressava um propósito de renovação, objetivando a restauração dos valores cristãos. Sendo o desejo inicial de D. Henrique a reforma do clero português e a formação de padres bem preparados, a Companhia de Jesus seria uma das melhores opções no período.

Os jesuítas exerciam grande influência em Portugal, interferindo até em questões políticas do reino. Os religiosos eram vistos como bem preparados frente às mudanças que vinham ocorrendo na sociedade. Foram muito bem acolhidos em terras lusitanas, especialmente pelo monarca D. João III, que apostou na nova ordem como auxílio para seu projeto de doutrina cristã juntamente com a expansão portuguesa.

Juntamente, pressupomos de que apesar da estrutura da Universidade ser voltada inicialmente para a formação de religiosos, a mesma foi além de seu objetivo primeiro, pois sua formação acadêmica se adequava às transformações da sociedade portuguesa do período.

Uma frase que pode resumir a postura adotada em nossa pesquisa seria a do historiador inglês E. P. Thompson: “A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra” (THOMPSON, 1981, p. 61). Dessa forma, ao analisarmos a edificação da Universidade de Évora, precisamos contextualizá-la como instituição do século XVI em Portugal, pois todos acontecimentos na história estão relacionados às particularidades vividas na sociedade da época.

Pesquisar a educação de Portugal em *quinhetos*, por meio dos colégios e universidade dos jesuitas, é também compreender as origens da cultura e da educação brasileira, em virtude de que muitos dos que passaram por essas instituições educativas saíram posteriormente em missões para o Império lusitano. Defendemos que, ao pertencermos a determinada sociedade, temos que ter conhecimento do seu passado. Isso porque, “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBBSAWM, 1998, p. 22).

Uma das críticas encontradas na historiografia acerca do tema da pesquisa, refere-se a posição conservadora dos dirigentes de Portugal no século XVI. Conforme Hobsbawn (1998), é pouco provável a existência de uma sociedade que não seja adepta a inovações. O que ocorre é que algumas são flexíveis e outras inflexíveis. Por exemplo, a tecnologia pertence ao setor de mudanças flexíveis, já a organização social e a ideologia, por sua vez, pertencem ao setor inflexível. Para o autor, a crença de que uma “sociedade tradicional” seja estática e imutável é um mito da ciência social vulgar.

Com base nos aportes teóricos de Hobsbawm (1998), uma mudança tecnológica pode ser bem aceita pelas mesmas pessoas que são contrárias às mudanças de relações humanas. Até uma atividade tradicional, como a religião, por exemplo, deve encontrar pouca dificuldade em aceitar esta primeira inovação.

Hobsbawm (1998) reforça a importância de assumirmos uma postura em relação a um tempo que se findou. Para o autor, apesar das comparações entre

passado e presente, não podemos deixar de aprender com essas experiências anteriores. Não obstante, se não tentarmos compreender essas relações, estaríamos automaticamente nos recusando a conhecer algum passado relevante para nossa vivência enquanto seres sociais.

É evidente que não estamos a desejar para o presente uma cópia do passado, como também não estamos nos referindo a essa sociedade do século XVI como um modelo, mas ignorá-la é deixar de aprender com ela. Por conseguinte, não somos obrigados a concordar com as ações da Companhia de Jesus e com as do próprio Cardeal D. Henrique (fundador da Universidade de Évora), entretanto, seria imprudência de nossa parte negligenciar que suas práticas influenciaram demasiadamente a sociedade de *quinhetos*. O grande erro ao estudar esse período é cobrar desses atores sociais atitudes que não são deles.

Importante referenciar que nosso objeto de pesquisa insere-se em um momento de transição intitulado na historiografia como Idade Média³, para as transformações ocorridas e a nova maneira de ver o mundo, ocorridas no momento histórico denominado Idade Moderna.

[...] pretender fazer do século XVI um século cético, um século libertino, um século racionalista e glorificá-lo como tal: o pior dos erros e das ilusões. Pela vontade de seus melhores representantes, ele foi, bem ao contrário, um século inspirado. Um século que, sobre todas as coisas, procurava primeiro um reflexo do divino. (FEBVRE, 2009, p. 392)

Dessa forma, apesar do tempo histórico ser marcado por rupturas, com movimentos delimitados, uma sociedade não se desprende de uma hora para outra de práticas antigas. Os laços com o passado permanecem. Entretanto, isso não quer dizer que, apesar de existir uma continuidade no que tange aos comportamentos sociais, a mesma não seja adepta a inovações.

“Mais cedo ou mais tarde, é provável que se atinja um ponto em que o passado já não possa mais ser concretamente reproduzido ou mesmo restaurado” (HOBSBAWM, 1998, p. 27). No caso da sociedade do século XVI, não podemos

³ Alguns termos adotados em nosso trabalho, tais como, Idade Média, Renascimento, Iluminismo, não resumem por si só o significado do momento retratado. Os mesmos não ocorreram de um dia para outro; formam um conjunto de fatos complexos com suas causas específicas.

afirmar que a mesma rompeu com os séculos anteriores totalmente, como, também, não podemos afirmar que nada permaneceu.

Pressupomos que apesar da Companhia de Jesus ser uma ordem religiosa de inspiração medieval, a mesma teve um papel essencial na formação do Portugal moderno. Nesse contexto, grande significado obteve a Universidade de Évora. Por conseguinte, a temática merece um estudo completo, e não apenas referenciado em obras consagradas a outros temas. Conforme Rosa (2013), sobre a Universidade de Évora, podemos destacar os seguintes estudos.

TÍTULO	AUTOR	ANO
A Universidade de Évora: Elementos para sua História	José Maria Queirós Veloso	1949
Significado Histórico-Cultural da Universidade de Évora	Paulo Durão Alves	1959
Do Ensino das Artes da Universidade de Évora	Maria Amélia Mota Capitão	1959
Do Ensino da Teologia na Universidade de Évora	Maria Amélia Mota Capitão	1962-3
Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora	João Pereira Gomes	1960
A Antiga Universidade de Évora – Fundação e Organização	José Vaz de Carvalho	1980
Formação Académica e Vida Quotidiana dos Estudantes da Universidade de Évora	Amélia Maria Polónia da Silva	1993
O Humanismo da Universidade Henriquiana de Évora	Joaquim Chorão Lavajo	1994-95
A Vida do Colégio (Séculos XVII – XVIII)	Maria da Graça Caeiro	1994
A Filosofia na Universidade de Évora	José Vaz de Carvalho	1997
A Ação Missionária da Universidade de Évora	José Vaz de Carvalho	1997
Fundação da Universidade de Évora	Isabel Cid	1997
Os Teólogos da Universidade de Évora	Isabel Cid	1997
Fazer dos Campos Escolares Excelentes: Jesuítas de Évora e as Missões do Interior	Frederico Palomo Del Barrio	2003

de Portugal (1551-1630)		
A Universidade de Évora – Mestres e Discípulos Notáveis (Século XVI-XVIII)	Maria Luísa Guerra	2005

Entretanto, as obras acima citadas referem-se a estudos realizados em Portugal. A história da Universidade de Évora carece até o momento de pesquisas em nosso país. Uma instituição de tamanha importância, que formou mestres, pregadores e missionários que ajudaram a construir o Brasil, merece uma atenção especial por parte dos pesquisadores, pois a mesma está intrinsecamente relacionada à História da Educação do Brasil.

Como afirmamos anteriormente, partimos do pressuposto de que para se entender o processo de edificação da Universidade de Évora, não podemos estudá-la de uma forma isolada, mas, sim, dentro de seu contexto específico. Por conta disso, na segunda seção de nosso trabalho, após esta introdução, apresentamos ao leitor a conjuntura social e cultural de Portugal, a qual propiciou a abertura desta importante instituição de ensino superior no século XVI. Os aportes teóricos de Paiva (2012) corroboraram em nosso entendimento da sociedade portuguesa de *quinhetos*. Para o autor, o modelo de sociedade em Portugal naquele período se baseava no modelo divino. Isso quer dizer que toda a compreensão que os homens tinham de Deus, como um ser que era poderoso e justo, mas ao mesmo tempo, castigador, eles os estendiam também a todo outro tipo de poder, tal como o rei, por exemplo. Assim como Deus era misericordioso e justo, assim também era o rei.

Estamos nos referindo, portanto, a uma sociedade com costumes intensamente religiosos. No tempo, no espaço, nos atos de vida pública, nas atividades econômicas e profissionais, na alimentação, na higiene e até mesmo no corpo e no sexo, temos a interferência do religioso. Entender essa forma de organização é primordial para entendermos o processo de edificação da Universidade de Évora.

Outro ponto trabalhado na segunda seção refere-se ao momento histórico vivido pelos atores sociais. No século XVI, tanto a sociedade portuguesa como a europeia em geral, presenciavam um momento de mudança, se deparando com

transformações nos mais diversos setores. Nosso objetivo foi mostrar que transição não é sinônimo de ruptura, no que tange ao comportamento de uma sociedade, pois, da mesma forma que é incorreto afirmar que o período intitulado como Idade Média perdeu o contato com a Antiguidade, também é um equívoco afirmar que os homens desse novo momento histórico, denominado por Renascimento, negaram por completo os aspectos pertencentes à Idade Média. “É verdade que a Antiguidade nunca tinha sido totalmente esquecida; mas fora transformada” (DELUMEAU, 1923, p. 83). Assim, as freiras na Idade Média continuavam lendo Ovídio⁴, mas com uma escrita mais moralizada.

O Renascimento significou em sua gênese “juventude, dinamismo, vontade de renovar” (DELUMEAU, 1923, p. 9). Significado este que se modificou ao longo da história. Segundo o autor, entre os séculos XIV e XV, tem-se uma conjunção de fatores que desestruturaram a Europa, tais como fome, epidemias, guerras e aumento da mortalidade. Esses desafios, portanto, precisavam ser enfrentados e superados. Assim, o Renascimento vem também como resposta a esses desafios. Dentre suas ações temos “a recuperação demográfica, os progressos técnicos, a aventura marítima, uma nova estética, um cristianismo repensado e rejuvenescido” (DELUMEAU, 1923, p. 11).

É justamente nesse contexto, de um cristianismo mais rejuvenescido, que o mesmo se tornou mais aberto às realidades cotidianas da sociedade, e mais aberto para a sociedade laica. Aqui, portanto, entra outro ponto trabalhado na segunda seção, que é a formação de uma nova ordem frente às novas necessidades do período: a Companhia de Jesus. Diferente de outras ordens já existentes, os jesuítas se esforçaram em compreender e aceitar as novidades de seu tempo. “Assim, na época em que escritores, artistas, navegadores, mercadores e chefes de Estado criavam uma nova civilização, a religião não ficou para trás” (DELUMEAU, 1923, p. 386).

Por fim, ainda que brevemente, abordamos sobre a figura ímpar que foi o Cardeal D. Henrique, objetivando desconstruir ideias cristalizadas sobre o fundador da Universidade. Visualizamos o mesmo como um verdadeiro mecenas da educação em Portugal, visto que foi um grande incentivador na criação e no apoio

⁴ Públio Ovídio Nasão, conhecido como Ovídio nos países de língua portuguesa. Viveu entre os anos 43 a.C. à 17 d.C.

às atividades de ensino. Percebe-se que o Cardeal valorizava demasiadamente as questões ligadas à educação. Esse reconhecimento pode estar relacionado ao contato de D. Henrique com intelectuais, desde sua infância até a juventude, entre eles, intelectuais do humanismo renascentista.

A terceira seção de nosso trabalho, por sua vez, versa sobre o contexto educacional que permeou Portugal no século XVI. Apontamos os primeiros colégios dos jesuítas, anteriores ao próprio Colégio do Espírito Santo, para, na sequência, abordar a história da edificação da universidade eborense, sua organização, seus professores e alunos assim como sua participação decisiva nas ações missionárias.

A abertura de colégios para estudantes não religiosos não era uma ideia inicial nos planos da ordem de Inácio de Loyola. Importante mencionar que para a pedagogia inaciana, instrução e educação deveriam progredir juntas. Por conseguinte, os jesuítas perceberam o quanto a educação poderia contribuir para a transformação da sociedade portuguesa, ao introduzir na sociedade cristã uma nova consciência.

Segundo Delumeau (1923), ao professor da Idade Média cabia apenas a instrução do aluno. O ensino era funcional e mais técnico do que moral. O que o aluno fazia fora do ambiente escolar não dizia respeito aos professores. Essa característica se modifica nos colégios dos jesuítas. “Na época do Renascimento, a regulamentação dos estudos e o novo interesse em proteger moralmente a juventude modificaram de forma radical a vida escolar [...]” (DELUMEAU, 1923, p. 346). Nesse interesse pela juventude, passou o professor a realizar além da tarefa de instruir, também a de educar.

Para esse controle na educação integral do aluno, um dos recursos utilizados no século XVI foi a delação, que visava vigiar e controlar a população de estudantes. Conforme Delumeau (1923), esse processo poderia, em um primeiro momento, parecer um pouco excessivo, mas era perfeitamente compreensível se analisarmos que, na Idade Média, a criança vivia em um mundo de adultos. Com o Renascimento, a infância passou a ocupar um lugar diferenciado, passando, os alunos, a serem vistos como seres ainda frágeis para estarem imersos em um mundo adulto. “[...] A disciplina dos colégios permitiu que a civilização ocidental se educasse e se moralizasse” (DELUMEAU, 1923, p. 348).

Sobre a história da criação da Universidade de Évora, discutimos, na terceira seção, os antecedentes que permearam sua edificação, assim como as dificuldades enfrentadas pelo Cardeal D. Henrique para tal realização. Fizemos apontamentos sobre as celebrações realizadas no momento da inauguração mostrando o quanto essa obra foi importante para a cidade de Évora e para Portugal. Ainda nesta seção foram analisados os segundos estatutos da Universidade de Évora, no que se refere aos ofícios existentes na mesma e os costumes tanto de alunos como de professores.

Por fim, na quarta seção desta dissertação nosso enfoque foi nas práticas pedagógicas realizadas nos colégios jesuíticos e, especialmente, na Universidade de Évora. Analisamos a segunda parte dos segundos estatutos da universidade eborense que tratam dos *exercícios das letras, autos e graus*.

Em seus métodos pedagógicos a Companhia valorizou a relação professor/aluno, conciliando valores religiosos e educativos. Na educação jesuítica as matérias eram ensinadas de uma forma que se despertasse o prazer nos estudantes, estimulando o servir para a glória de Deus. Essa dimensão religiosa impregnou toda a educação inaciana, uma vez que “as matérias leccionadas eram vistas como meios para levar o aluno à descoberta de Deus, cabendo uma enorme responsabilidade aos professores, que era o de guiarem os alunos nessa descoberta” (MONTEIRO, 2012, p. 220). Nesse sentido, as disciplinas teológicas eram um importante fator no processo da descoberta de Deus.

Segundo Delumeau (1923), antes do processo de Reforma o clero insistia sem muito sucesso nas questões morais. No século XVI, com a renovação da cristandade, os religiosos passaram a restaurar a Teologia, a qual passou a assumir um papel de doutrina moral e cristã. Olhando por essa vertente compreende-se a importância da adesão do estudante leigo no ensino jesuíta.

Trabalhamos, nesta seção, com a hipótese de que a Companhia de Jesus representou, no século XVI, a pedagogia moderna de matriz católica em Portugal. Por meio especialmente do currículo da Universidade de Évora, procuramos evidenciar que suas ações educativas estavam de acordo com as novas exigências da sociedade de seu tempo, superando o objetivo primeiro que era a formação de teólogos.

2. CONJUNTURA CULTURAL DE PORTUGAL A CAMINHO DE UMA UNIVERSIDADE EM ÉVORA NO SÉCULO XVI

Neste capítulo nosso objetivo é apresentar as circunstâncias de Portugal no século XVI que propiciaram a fundação da Universidade de Évora em 1559. Importante termos em mente que os conflitos e contradições não são específicos de Portugal, mas, sim, estão dentro de um contexto maior, que é o Europeu. Desta forma, com base na historiografia produzida sobre o tema, averiguamos as condições que proporcionaram e/ou direcionaram a edificação da Universidade de Évora.

Primeiramente abordaremos o contexto da sociedade de *quinhetos*, ressaltando a forma como se organizavam. Uma vez que estamos nos referindo a uma cultura intensamente religiosa, onde as regras de comportamento eram estabelecidas pelo catolicismo, procuramos responder as seguintes indagações: O que as pessoas pensavam? Como viviam? Como se reportavam em relação a essas regras?

Na sequência teceremos breves considerações sobre o movimento do humanismo, em virtude do mesmo ter exercido considerável influência na educação em Portugal. Por fim, apresentaremos a atuação da Companhia de Jesus na sociedade portuguesa do referido período, assim como o envolvimento da mesma e do Cardeal D. Henrique (1578-1580), com o projeto educacional do país.

Ao nos adentrarmos ao estudo do século XVI, buscamos, também, desconstruir conceitos que foram produzidos em nossa época a partir dos valores que se têm hoje. Isso porque, de acordo com Barreto (1983, p.9), “a forma como uma sociedade imagina o seu passado é um produto de complexas estruturas antropológicas de todo um imaginário sociocultural e um interessante objeto de falsa consciência, isto é, de projeção no Outro do Eu/Mesmo”. Assim, ao longo do trabalho, adotamos uma postura de não julgamento, procurando compreender as ações do período relacionadas ao seu contexto.

2.1- A SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

Até o final do século XV, não apenas Portugal, mas todo o território europeu permanecia com marcas e definições herdadas da Idade Média. Ao iniciar o século seguinte, podemos afirmar que os mesmos vestígios sobreviveram, isso porque estamos nos referindo a um momento de transição, não existindo uma ruptura no que tange ao comportamento social. Essa conduta pode ser observada nas próprias fontes analisadas para este estudo – os segundos estatutos da Universidade de Évora. No documento, escrito no ano de 1567, podemos identificar características presentes na Instituição que demonstram uma continuidade com a Idade Média, como também, é possível averiguar práticas consideradas avançadas para o período intitulado pela história de modernidade.

Dessa forma, o homem da sociedade de *quinhetos* vivenciava um momento de adaptação em virtude das transformações ocorridas nos mais diversos setores. “Mudanças tão radicais no universo mental fizeram-se acompanhar de todo o tipo de traumas e conflitos, tanto para os próprios europeus como para aqueles com que estes se encontraram” (CAMERON, 2009, p. 17).

Quem integrava, portanto, os quadros na sociedade portuguesa no século XVI? Como ela se organizava? Estamos falando de uma sociedade desigual. “Por *diferenciação social* entende-se a noção, então incontroversa, de que na ordem correta da sociedade, divinamente sancionada, cada um tem um lugar no sistema, abaixo de alguns e acima de outros” (CAMERON, 2009, p.20). Se analisarmos essa sociedade com base em conceitos contemporâneos, podemos acabar cometendo um anacronismo caracterizando-a como injusta, porém, discussões como igualdade de classes e de gêneros era algo que praticamente inexistia no respectivo período.

Cabe salientar que a desigualdade nesse espaço de tempo era vista quase como “natural”. Como descreve Dias (1999, p.280), “estamos nos referindo aos valores de uma sociedade de ordens, onde havia homens superiores e inferiores, consoante pertencessem a determinados grupos hierarquizados.” Consequentemente, o valor era atribuído conforme o grupo social inserido. A pertença à determinada organização, setor de atividade, lugar de residência,

corporação profissional ou confraria religiosa, era fator decisivo para a definição do estatuto social de cada pessoa. Dessa forma, a virtude era atribuída não a pessoa em particular, pois a mesma estava relacionada a posição ocupada na hierarquia.

Assim sendo, na sociedade portuguesa de *quinhetos* cada um tinha o seu papel, relacionado à estrutura social. “[...] ordem subentendia hierarquia, não como imposição derivada do poder do mais forte, mas derivada da própria natureza [...]” (PAIVA, 2012, p.27). Deste modo, as diferenças eram aceitas, pois se tratava de algo da própria natureza. Não aceitar essa ordem seria igualmente não aceitar ao próprio Deus. A subordinação⁵, portanto, é parte dessa organização.

Os apontamentos de Dias (1969) igualmente contribuem acerca dessa forma de se organizar da sociedade portuguesa do século XVI. Conforme o autor, a constituição corporativa e hierárquica da sociedade era algo aceito, pois refletia a ordem da natureza do corpo humano e colocava o rei como centro vital no governo. O modelo do “corpo místico civil” transportava para a sociedade o conceito religioso do corpo místico de Cristo e da sua Igreja. Dessa forma, tal como Cristo, o rei era o coração e a cabeça do reino.

Essa forma de se organizar também se relaciona com outro ponto importante do período: o medo. O homem português de *quinhetos* nutria um sentimento de temor em relação aos castigos divinos, pois acreditava que burlando a organização maior de Deus, os castigos eram inevitáveis. Dessa forma, muitos se submetiam às regras devido ao medo que sentiam.

Percebemos esse comportamento nos próprios estatutos analisados. Todas as regras vinham juntamente com ameaças caso as mesmas não fossem cumpridas. A presença de uma cadeia na Instituição era uma das opções, um dos caminhos para quem se desviasse das regras.

Todo o governo, e administração das escollas, leações [lições], oficiais e estudantes da Universidade pera [para] boa direção [direção], e ordem della pertence ao Reitor do Collégio do Spirito Sto. da dita cidade de Évora, o qual conforme a estes statutos por mim ordenados, e pella Companhia aceitados, e as constituições da mesma Companhia regerá, e governará a dita Universidade, e

⁵ “A subordinação expressa o fato de todas as partes estarem relacionadas entre si, e nem por isso ocuparem lugar de significado universal igual” (PAIVA, 2012, p. 28).

este governo se ensina o castigo dos estudantes escolásticos, e lança-los fora da Universidade quando julgar ser assy necessário, e pôr-lhes penas pecuniárias e multar os officiaes e mais pessoas da Universidade, q [que] não cumprirem com suas obrigações, conforme ao q [que] bem lhes parecer. (ESTATUTOS, 1567, p. 3)

Em nome da boa moral da Universidade de Évora, do bom governo e administração das escolas jesuíticas, os estudantes eram constantemente lembrados que burlar as regras resultava sempre em alguma punição.

Segundo Paiva (2012), “o castigo visa, ainda, a um segundo objetivo, a *emenda* do pecador. Não só se deve reparar a ordem, mas é preciso que o pecador se *emende* e faça penitência”, e, por emenda, Paiva entende “o aperfeiçoamento da alma com vistas à salvação eterna. O castigo entra, então, como dádiva de Deus, instrumento desse aperfeiçoamento” (PAIVA, 2012, p. 141).

Logo, podemos afirmar que o modelo de sociedade em Portugal no respectivo período foi baseado no modelo divino.

A compreensão que a sociedade tem do Deus todo poderoso, misericordioso e justo e, ao mesmo tempo, terrível e castigador, ela a estende a todo outro poder, mormente o do rei, a quem cabe distribuir universalmente a justiça, e o dos governantes, seculares ou eclesiásticos, na sequência hierárquica. O poder não se discute: se acata e se obedece. Como Deus, também o rei é misericordioso. Mas também é justo. Por isso, castiga, satisfazendo e refazendo a ordem. Os súditos temem, se sujeitam, se submetem, convencidos pela própria visão teológico-jurídico-política que assimilaram desde a primeira idade, reconhecendo a ordem e a subordinação. (PAIVA, 2012, p. 144)

Esta citação de Paiva em muito nos esclarece a visão de poder dos governantes que deriva do poder de Deus. Ao analisarmos as atitudes de D. Henrique, enquanto eclesiástico, governante e inquisidor de Portugal, automaticamente temos que associá-lo a esse modelo de poder. Dessa forma, o castigo divino no referido período é algo redentor, pois objetivava a remissão do pecador com Deus e com a ordem.

Outro ponto que nos chama atenção na citação é de que desde a tenra idade estas concepções são introduzidas nas crianças, que crescem aceitando essa visão.

Retomando a descrição da sociedade portuguesa no século XVI, considerável recordar que a mesma era formada pelas famílias que, nesse

período histórico, era composta por um agrupamento social. Como podemos observar em Black (2009), viviam juntos até três gerações, onde se incluía viúvas, tios e solteiros. Entretanto, em contraste temos, também, a existência de jovens sozinhos, que saíam muitas vezes para estabelecer relações com clientes ou para trabalho.

Para muitos, a mobilidade e a interligação entre famílias era importante por razões econômicas, pelo estabelecimento de redes sociais, pela abertura de horizontes, pela promoção de relações entre a cidade e o campo, pela divulgação de ideias ou de uma cultura material caracteristicamente urbana. (BLACK, 2009, p.113)

Assim, podemos afirmar que na sociedade de *quinhetos* a mobilidade era algo expressivo, tanto na questão geográfica (rural-urbano), como na questão social.

Dentro do corpo social da família, a mulher exercia seu papel relacionado aos valores cristãos. Como afirma novamente Black (2009), na classe média urbana, jovens eram enviadas aos conventos, sendo que, muitas das que iam não chegavam a se tornar freiras, mas, mães de família, contribuindo demasiadamente na formação cristã de seu parentesco.

Um local importante onde membros das famílias se encontravam para estabelecer relações era a Igreja. Segundo Black (2009), essa atitude era mais característica de povoados menores, que tinham a comunidade paroquial como ponto central, onde se poderia obter tanto os serviços religiosos, como também outros tipos de negócios. Percebe-se assim, que a Igreja nesse período era uma localidade social escolhida para encontros, negócios e, posteriormente, passou a ser um local de formação por meio de escolas dominicais. Esse forte contato da Igreja com a sociedade despertou o interesse dos governantes. “O Estado secular tendia a usar a igreja paroquial, e a reunião, agora mais forçada, da comunidade, para a divulgação de ordens e avisos” (BLACK, 2009, p. 115).

Passemos agora a abordar o comportamento dessa sociedade portuguesa de *quinhetos*, em relação ao “Outro” dentro de seu território. Os segundos estatutos da Universidade de Évora podem nos auxiliar no esclarecimento dessa questão. Em seu capítulo quarto, do quarto livro, é esclarecido sobre a procedência em relação aos estrangeiros que desejassem incorporar à Instituição.

Os graduados, em qualquer grao [grau] de Artes feitos na Universidade de Salamanca e Alcalá se poderão encorporar [incorporar] nesta Universidade no último grao que tiverem sem exame tornando-o adavia [todavia] a tomar nesta Universidade e pagando as propinas delli, e os graduados em Theologia em qualquer grao que seja feitos nas ditas duas Universidades, e na Universidade de Paris, e Lovaine se encorporarão da mesma maneira nesta Universidade. (ESTATUTOS, 1567, p. 61)

Já em relação aos cargos existentes na Universidade de Évora, a preferência era sempre para quem fosse natural da região alentejana.

Rodrigues (1938) afirma que é possível encontrarmos no século XVI em Portugal o estrangeiro. Entretanto, o que incomodava a população (leiga e religiosa) era a execução de funções em cargos importantes pelos mesmos, como também, não se via com bons olhos quando estrangeiros eram enviados a missões.

O que não agradou o povo lusitano no período foi a entrada dos cristãos novos em seu território. Sentiam repulsa pelas características de comportamento da povo judaico, tais como a de acúmulo de riqueza. O sociólogo Gilberto Freyre (2003), trabalhou em seu livro “Casa Grande e Senzala”, sobre esta questão. Para o autor do século XX, os judeus eram em sua maioria técnicos de usura, considerada uma prática impregnada no sangue do povo judeu. Os mesmos acudiam nas urgências do Estado sendo o socorro sempre recompensado. Essa agiotagem incomodava o povo português.

Segundo Marques (1995) com a sua expulsão de Castela e Aragão em 1492, os judeus entraram em acordo com D. João II (1481-1495), oferecendo dinheiro para a permissão da entrada dos mesmos em Portugal. O monarca, por sua vez, optou pela seguinte solução: “ao preço de oito cruzados por cabeça autorizaria a entrada dos Judeus mas não os deixaria permanecer no País mais de oito meses” (MARQUES, 1995, P. 193). Com essa autorização, mais de 50.000 pessoas entraram em Portugal. Com o final do prazo, alguns foram reduzidos ao cativoiro, outros, com mais poderes, conseguiram comprar licença de residência permanente. Os que ficaram, portanto, eram os mais abastados, sendo que a presença dos mesmos em Portugal desequilibrou as relações com os cristãos, levando as medidas de violência do reinado seguinte.

Em terras lusitanas, portanto, não se aceitava cristãos-novos para a execução de cargos importantes. Eram, por conseguinte, afastados de cargos ilustres.

De Roma ordenou o Geral Francisco de Borja que se pusesse no ofício de Cancelário⁶ da Universidade de Évora o P. Paulo Ferrer, cristão-novo. Soube-o logo o cardinal infante e opôs-se à execução dessa ordem, considerando como um desdouro para a sua Universidade ter Cancelário daquela nação; e demais insinuou que pessoas de tal origem não deviam, para evitar escândalo do povo, meter-se em cargos públicos. (RODRIGUES, 1938, p. 340)

Esse era, portanto, o comportamento do português do século XVI. Cabe salientar que ao se referir aos cristãos-novos aplicava-se o termo “daquela nação”, dando a entender que a justificativa de não aceitarem os israelitas na execução de cargos se derivava do fato de pertencerem a outro povo. Era preciso, portanto, dar a preferência à pátria portuguesa.

Contudo, não apenas em Portugal, mas também nos demais reinos europeus, a regra geral era a intolerância por outros credos e raças. Boxer (2002) descreve que, mouros e sarracenos, judeus e gentios, eram considerados popularmente como condenados ao inferno, conseqüentemente, não deviam ser tratados com consideração. Os judeus e mouros que viviam em Portugal eram obrigados a viver em locais afastados e separados. Conforme Dias (1999), os mesmos precisavam ser identificados entre a comunidade cristã, dessa forma, os judeus se identificavam por meio da estrela de pano vermelha e os mouros pela lua de tecido amarelo.

Ao discorrer sobre o comportamento social em Portugal no século XVI, não podemos deixar de sublinhar o que se relaciona ao processo de descobrimento e colonização de novas terras, isso porque a expansão marítima no país modificou o ser português, configurando na mentalidade das pessoas uma nova forma de ver o mundo. Percebe-se na descrição dos acontecimentos que esse fato é retratado pelo povo português com sentimentos heroicos de uma época. Os *Lusíadas* (1572) de Luís de Camões é um exemplo desse sentimento.

Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,

⁶ “Dignidade da Universidade: o Cancellario da o grau de Doutor, e passa as cartas desse grau” (MORAES, 1813, p. 335).

Em perigos e guerras esforçados
 Mais do que prometia a força humana,
 E entre gente remota edificaram
 Novo Reino, que tanto sublimaram. (CANTO I)

Nesse poema épico nacional português o autor louva os feitos dos seus compatriotas caracterizando-os como heróis que dominaram os elementos na construção do Império português.

Conforme Dias (1973), na formação do espírito nacional português papel essencial teve os descobrimentos, pois despertou sentimentos diversos na sociedade do século XVI. Escreve Garcia de Resende em sua obra *Miscelanea e variedades de história*.

Outro mundo encoberto
 Vimos então descobrir,
 Que se tinha por incerto...
 Cousas mui duras de crer,
 De contar e de escrever,
 Se não foram tão sabidas,
 Tão vistas e tão ouvidas,
 Que bem as posso dizer. (*Apud DIAS, 1973, p.13*)

Podemos afirmar, portanto, que a literatura portuguesa encontrou no “Mar” uma inspiração. Por conseguinte, o sentimento de orgulho nacional das navegações esteve culturalmente presente em Portugal de *quinientos* perpetuando durante gerações.

O testemunho de Pedro Nunes, em seu *Tratado em defesa da arte de marear* do ano de 1537, exemplifica o entusiasmo de uma época.

Não há dúvida que as navegações deste reino, de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas, que as de nenhuma outra gente no mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entraram por ele sem receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos e, o que mais é, novo céu e novas estrelas. [...] Tiraram-nos muitas ignorâncias e amostraram-nos ser a terra maior que o mar, e haver aí antípodas, do que até os santos duvidaram, e que não há região que nem por quente nem por fria se deixe de habitar. E que num mesmo clima e igual distância da equinocial, há homens brancos e pretos e de mui diferentes qualidades [...]. (*Apud DIAS, 1973, p. 19*)

O século XVI é envolto, portanto, desse sentimento nacional de exaltação, no que se relaciona às conquistas portuguesas mar adentro.

Importa ressaltar que as navegações e os descobrimentos interferiram na cultura religiosa lusitana. Isso porque, com a informação da existência de novos povos, tem-se a certeza de que o evangelho não fora anunciado a todos. Por conseguinte, ocorria um incômodo geral já que os descobertos tinham que ter o direito da salvação cristã mediante o batismo. “Os Descobrimentos desencadearam em muitos portugueses do século XVI o processo de uma tomada de consciência dos deveres religiosos não cumpridos ou mal cumpridos, e acima de tudo dos deveres do apostolado cristão” (DIAS, 1973, p. 68).

Conforme, ainda, Dias (1973), os descobrimentos portugueses também representaram a própria eclosão do período moderno. Assim sendo, o conceito de modernidade despertou a imagem de uma nacionalidade fortalecida pelo impacto dos mesmos, de tal forma que “o interesse pela antiguidade clássica dobrou-se, muitas vezes, do interesse pela antiguidade pátria” (DIAS, p.131). Dessa forma, os portugueses de *quinhetos* possuíam uma identidade própria, pois eram cidadãos pertencentes a uma história nacional de descobertas.

Entretanto, precisamos sublinhar que os descobrimentos foram acompanhados por outros fatores que impulsionaram o sentimento de modernidade.

Os Descobrimentos, como já dissemos e mais uma vez repetimos, não agiram isoladamente sobre a cultura europeia, [...]. As suas águas juntaram-se com as suscitações do humanismo, a invenção da imprensa, a revolução da arte militar, o desenvolvimento do comércio e da indústria, para despertarem no europeu a intuição da realidade histórica do progresso [...]. (DIAS, 1973, p.136)

Contudo, mesmo não sendo o único fator que impulsionou o sentido de modernidade, os descobrimentos foram decisivos para o novo momento cultural.

Analisando a historiografia sobre a expansão marítima portuguesa, pudemos perceber que alguns autores afirmam que os portugueses estavam preparados para a série de descobrimentos marítimos e geográficos que mudaram o curso da história do mundo nos séculos XV e XVI. Segundo Boxer (2002), dentre as vantagens elencadas de Portugal temos a posição geografia sobre o Atlântico e certas características nacionais desenvolvidas em oito séculos de lutas contra os mouros. “Os portugueses conseguiram assegurar e manter, por quase todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do

oceano Índico e uma parte muito importante no que se fazia a leste do estreito de Malaca” (BOXER, 2002, p. 55).

Entretanto, Marques (1995) afirma que do ponto de vista tecnológico, as descobertas teriam sido possíveis nos começos do século XIV, devido as principais criações na arte de navegar. Entre os inventos temos: o leme central fixado ao cadaste da popa, a bússola e os portulanos. Para o autor, considerando que os inventos e os melhoramentos técnicos se relacionavam quase sempre com vastas áreas, torna-se difícil determinar o papel exato de Portugal. “Do que não resta dúvida é de que a sua posição geográfica e as suas características culturais favoreciam o encontro de processos novos” (MARQUES, 1995, p. 125).

Dando continuidade à discussão acerca da sociedade portuguesa no referido período, abordaremos sobre a cultura religiosa de Portugal, uma vez que consideramos a doutrina católica adotada como modelo de organização do corpo social do país. Compreender essa cultura religiosa de *quinhetos* é também entender o contexto da formação da Companhia de Jesus, assim como da própria fundação da Universidade de Évora.

2.1.1 - A religiosidade intrínseca de Portugal

Os segundos estatutos da Universidade de Évora estão imersos nesse contexto religioso que permeou a sociedade portuguesa de *quinhetos*. Seu próprio título já nos mostra tal conduta. “Statutos Ordenados pelo Muy alto e excellente príncipe e fereníffimo [sereníssimo] fnõr [Senhor] Dom Anrique [Henrique] por Mercê de Deus, e da fancta [Santa] Igreja de Roma [...]” (ESTATUTOS, 1567, p.1). A religiosidade se mantinha presente em toda estrutura da Universidade eborense, desde aos juramentos de cargos até as cerimônias para obtenções de graus.

Isso porque, na sociedade portuguesa do século XVI, os termos Estado e Igreja formavam um todo. Não existia uma sem a outra, pois ambos se legitimavam. Dessa forma, todos os integrantes desse reino partilhavam da mesma fé e por ela guiavam sua vida. “Ele [Deus] deve estar sempre presente, atuante, para que as ações dos homens se realizem plenamente. Todo tipo de

atividade social pertence à esfera do sagrado. Deus aí intervém” (PAIVA, 2007, p.13).

Esse contexto intrinsecamente religioso é perceptível em todas as esferas da sociedade portuguesa, desde as práticas mais simples até as mais complexas. O dia a dia de cada português era influenciado pelo sagrado. Em virtude disso, a educação não poderia ser diferente, pois a formação do homem estava estritamente ligada ao processo de cristianização.

A identidade portuguesa era produzida e também reproduzida pela Igreja, juntamente com os aparelhos monárquicos. “O reino (e o rei) ou era católico ou não era reino (ou não era rei). Um Portugal não católico seria um paradoxo [...]” (Hespanha e Xavier, 1993, p. 21). Existia assim toda uma unidade em termos de fé. Em contraste a essa situação, essa identidade tendia a recusar tudo o que pudesse incomodar o catolicismo.

Portugal teria sido o primeiro reino a converter-se a fé de Cristo. Concomitantemente, também ocorreu a chegada dos primeiros apóstolos e das conversões iniciais. “Para os portugueses tinha sido providencialmente reservada a missão de combater os infiéis e dilatar a fé de Cristo” (Hespanha e Xavier, 1993, p. 22). Tudo isso despertou a ideia entre os portugueses de que os mesmos eram os escolhidos por Deus. Com isso podemos afirmar que a identidade portuguesa era católica.

Em sua obra *Religiosidade e Cultura Brasileira: séculos XVI e XVIII*, Paiva (2012), analisando os documentos da sociedade portuguesa de *quinhetos*, constatou algo comum aos mesmos, que era a marca religiosa. Assim, identificou nos escritos a presença de Deus em diversos setores organizacionais, onde os mesmos justificavam suas ações em nome do divino, independente da escala hierárquica em que se encontravam. Cabe lembrar que no período todos compartilhavam a mesma crença, ou pelo menos deveriam⁷.

O rei, naquela sociedade, seria o mediador entre Deus e os homens, possuindo quase os mesmos poderes divinos. “O poder do rei é o poder de Deus. Esse poder, especificamente, é de Deus, por natureza, e do rei, pela graça”

⁷ Segundo Barreto (1983, p.113), o cristianismo é o clima epocal, não apenas dos finais da medievalidade, mas de todo o Renascimento. Assim, o homem europeu dos séculos XV e XVI referencia a globalidade de sua mundividência pela lei cristã.

(KANTOROWICZ, 1998, p. 52). Dessa forma, o monarca possuía como uma de suas funções o agir como vontade de Deus, representando-o na terra. Por conseguinte, suas atitudes não estavam ligadas apenas à figura do homem, mas sim, enquanto alguém que, pela graça, assumia a representação de Deus.

“Na história de Portugal, Estado e religião se imbricavam, desde as origens, com toda ação sendo justificada religiosamente. A expansão ocorrida no século XV, por exemplo, se justificava pela luta contra o infiel e pela salvação das almas” (PAIVA, 2012, p. 46). No século XVI não ocorrem mudanças bruscas sobre essa questão. Para o autor, ser português era necessariamente ser cristão apoiando as lutas contra tudo o que fosse contrário ao catolicismo. Combater as atitudes dos não cristãos, portanto, era uma missão individual do português de *quinhetos*.

Nessa compreensão coletiva a questão moral era algo que se exigia do todo social, sendo um período em que os valores desempenhavam um importante papel. Conforme Paiva (2012), aí esta uma das atribuições direcionadas à ordem religiosa dos jesuítas, pois os mesmos tiveram, ao longo do século XVI, a missão de moralizar a sociedade. Por conseguinte, as regras de comportamento eram estabelecidas pelo catolicismo, assim como a punição, quando as mesmas não eram respeitadas.

O que se percebe nos documentos analisados por José Maria de Paiva é que os portugueses acreditavam fielmente na ação de Deus sobre suas vidas, confiando na proteção e intervenção divina. Consideravam existir uma preferência de Deus à sociedade portuguesa. Segundo esse autor, é nos momentos de perigo, como nos relatos de batalha, por exemplo, que se evidenciam os pedidos de ajuda divina. Para melhor esclarecimento citaremos como exemplo um trecho da carta de José Anchieta de 1565.

Ajudou-nos Nosso Senhor de maneira que, andando no meio do terreiro descobertos e chovendo flechas sobre eles, não o feriram; antes mataram alguns dos inimigos e feriram muitos. E, não contentes com isto, arremeteram com eles fora da cerca e os fizeram fugir [...] [1565] (CARTAS III, p. 250).

Essa carta relata um encontro dos portugueses com os índios tamoios, onde se atribuiu o êxito à interferência divina. Importante lembrar que na visão

dos portugueses de *quinientos* não apenas Deus intervia em suas vidas, mas também, a Virgem Maria e os Santos.

Dessa maneira, o catolicismo do período não pode ser analisado somente enquanto uma resposta aos movimentos protestantes que cresciam em toda a Europa, pois, em meio a todo o movimento do período ocorre a gênese da Companhia de Jesus, de Inácio de Loyola. Para Cameron (2009, p. 194), “a sociedade de padres regulares, para que ele e seus companheiros conseguiram, em 1540, a aprovação papal, dedicava-se a obras de conforto pastoral, pela educação e pela confissão, e a missões entre não cristãos”. Para esse autor, analisando seus objetivos iniciais, fica evidente que não se tratava de uma ordem criada exclusivamente devido ao movimento de protestantes.

Posteriormente, após a sua criação, a Companhia passa a dedicar-se fortemente na área educacional religiosa. Para Cameron (2009), Inácio de Loyola sabia que, por meio da educação, era possível induzir as doutrinas vistas como corretas na Igreja.

Mesmo concordando com a posição de José Maria de Paiva no que se relaciona à cultura religiosa de Portugal, não podemos deixar de citar outras interpretações historiográficas a respeito. Boxer (2002), por exemplo, afirma que existia preconceito racial entre os portugueses (na Igreja e na sociedade leiga), tanto que usavam termos como “pureza de sangue” e “raças infectas”, sendo, portanto, uma questão mais complexa. Cita como modelo os estatutos da ordem de Santiago, que de início aceitavam os judeus como cavaleiros. Contudo, ao longo do século XVI, a decisão foi revogada, passando-se a exigir apenas cristãos-velhos.

Acreditamos que esse fato relatado por Boxer está intrinsecamente relacionado à preferência aos portugueses para a ocupação de cargos importantes. Prova disso é que o próprio autor notifica que as dispensas não eram raras, pois muitos já haviam recebido o grau de cavaleiro mesmo sendo descendentes de judeus de ambos os lados.

Para além das contribuições de José Maria Paiva, outro nome se destaca na análise da interferência da religiosidade em Portugal é Amélia Polónia, que, em seu artigo *Reflexões sobre alguns aspectos da vida quotidiana no século XVI*, analisa a vida cotidiana da sociedade de *quinientos*. Ela verificou que a religião

estabelecia valores e comportamentos na vivência do povo português. Polónia (1992, p.77) elenca um conjunto de diretrizes onde se observa a interferência do religioso: o tempo, o espaço, os atos de vida pública, as atividades econômicas e profissionais, a alimentação e a higiene, o corpo e o sexo.

A autora mostra que ao se ouvir o sino da igreja, sabia-se da chegada do horário da missa, ou de algum casamento ou morte. Sendo o relógio um artigo de luxo, o tempo era regido pela Igreja no referido período. O calendário, por exemplo, se baseava no tempo religioso e a pregação de vida eterna da Igreja, igualmente condicionava os comportamentos sociais.

Enquanto espaço a Igreja era o centro de vilas e aldeias, onde aconteciam os principais eventos da cidade. As pessoas tinham a Igreja como prestação de serviços a comunidade, como as informações relativas a Coroa, dentre elas: nascimentos, casamentos e morte dos reis.

Somando-se ao tempo e espaço, os atos de vida pública também se modelavam na religião. Um exemplo disso, conforme menciona Polónia (1992), seria a *unção régia* ou a *sagração do imperador*, indispensáveis para o exercício de seus cargos. Nessa interferência religiosa, “os decretos conciliares, como algumas deliberações pontifícias, passavam a integrar os corpos legislativos nacionais, e que era através do braço secular que essas normas se cumpriam” (POLÓNIA, 1992, p. 79).

A vida profissional e a atividade econômica de Portugal no século XVI igualmente estavam sujeitos a princípios religiosos. Desse modo, mais uma esfera da vida em que temos a interferência da religião. Nesse sentido, para Polónia (1992), ainda, os mais afetados são os intelectuais que precisavam delimitar suas produções. Importante nos reportarmos que no próprio espaço universitário temos o predomínio no seu capital humano do divino, tanto no seu currículo como na vivência dos alunos. Um exemplo disso são os próprios estatutos da Universidade de Évora que mantêm em sua organização a moldagem dos comportamentos dos acadêmicos (pessoal e privada), conforme os princípios religiosos. “Em suma, trata-se de práticas religiosas rigidamente estipuladas e vigiadas, aquelas a que se submetem os estudantes” (POLÓNIA, 1992, p. 80).

Outra área de influência da religião na vida cotidiana é na alimentação e na higiene, isso porque, a Igreja assumia um papel de permitir ou não determinado alimento, assim como, interferir em suas negociações. O não cumprimento com o estabelecido era motivo de punição. O consumo de carne na quaresma é um exemplo disso, pois era sujeito a pena da jurisdição civil. Outra questão importante é que muitos alimentos eram associados a outras religiões e seitas, assim, a Igreja mantinha um controle e fiscalização.

Os segundos estatutos da Universidade de Évora revelam a interferência da religião no que tange à questão higiênica. Isso porque, ao proibirem os estudantes de morarem com outras mulheres ou até mesmo de frequentarem casas de mulheres de “má reputação”, os religiosos não estavam apenas preocupados com questões morais. As decisões dos mesmos tinham também um caráter social, de saúde dos estudantes.

Vejamos o quanto a Igreja assumia um papel de governo ao direcionar sua atenção para as diversas esferas da sociedade. A questão de higiene também estaria relacionada à situação material, tendo assim, um elemento de diferenciação social. Segundo Polónia (1992), os banhos coletivos comuns na Idade Média acabaram por ser extintos devido ao medo de transmissão de doenças, sendo substituídos gradualmente por uso de linho interior a roupa ou pelo banho a seco com o uso de perfumes. Tem-se assim um novo critério de distinção social, visto que, os mais humildes não tinham condições em ambos os casos.

“Ligado ao material, ao terreno, ao carnal, o corpo, que deveria, segundo a ética cristã, funcionar como mero invólucro da alma e meio de procriação da espécie, constitui-se, frequentemente, em fonte de pecado [...]” (POLÓNIA, 1992, p. 86). Por conseguinte, é no século XVI que temos toda uma campanha contra a nudez e o sexo fora do casamento. Conforme a autora, em meio a objetivos comuns, a reforma protestante e a reforma católica se aliaram no combate desses comportamentos. Em contraposição a esse ataque à nudez, concomitantemente, esse também é o momento de culto a beleza, derivados dos valores do neoplatonismo.

2.1.2 - Considerações sobre o humanismo em Portugal

Apesar das maiores influências do período da história identificado como “Renascimento”, terem ocorrido no início do século XVI, o interesse de Portugal pela Antiguidade surgiria anteriormente no século XV. Segundo Marques (1995), no início de *quinhentos*, “a prosperidade econômica e a moda cosmopolita levaram centenas de moços portugueses aos principais centros intelectuais da Europa” (MARQUES, 1995, p. 176). Esses, regressando a Portugal, influenciaram demasiadamente a vida cultural do país.

A história do conceito do Renascimento pode ser dividida em duas fases. Uma primeira da consciência, que “corresponde à criação duma ideia global sobre a idade que se vive e as outras que passaram na formação da consciência ocidental, período que decorre entre os finais do século XIV e os finais do século XVI”; Em uma segunda fase temos “à passagem duma ideia de consciência existencial para o campo do saber erudito e historiográfico” (BARRETO, 1983, p. 14). Esse segundo momento inicia-se em finais do século XVII tornando-se um conceito definidor de uma época.

Dentro, portanto, dessa primeira fase, Portugal começava a se influenciar pelas ideias renascentistas.

Esta visão da história considerava “bárbaros” os séculos medievais e professava uma confiança sublime e um pouco vaga na possibilidade de restaurar a antiga civilização, através dos esforços dos próprios humanistas na redescoberta da herança da Antiguidade. [...] Estes desenvolvimentos levaram a exigências de reformas das escolas e universidades, no sentido de se dar menos atenção a assuntos que tinham dominado a educação medieval. [...] a influência humanística sobre a educação foi aumentando ao longo de todo o século XVI. (NAUERT, 2009, p. 139)

Devido a esse movimento ter exercido grande influência na educação formal e informal, torna-se essencial fazermos uma breve discussão acerca desse momento histórico.

Conforme Nauert (2009), na região italiana está a origem do movimento humanista de cunho renascentista, e os demais países europeus nela buscou

apenas o que lhes convinha⁸. O respectivo movimento possuía dentre suas metas mudanças em diversos setores, tais como a educação, entretanto, no quesito religião, não explanavam definições claras. Ainda segundo o autor, em contrapartida, temos ações de religiosos, principalmente no norte da Europa, que adaptaram o humanismo da Itália com a dinâmica do local. Como consequência, “por volta de 1500 alguns humanistas começaram a associar o desejo de restauração da civilização clássica à determinação em conseguir um ressurgimento da vida espiritual e uma reforma institucional da Igreja” (NAUERT, 2009, p. 140).

Temos assim o que ficou conhecido como humanismo cristão⁹ que, em Portugal, esteve presente, principalmente, por meio de um de seus inventores, Desidério Erasmo (1467-1536)¹⁰. Esse, segundo Nauert (2009), era rígido nas críticas contra a Igreja, contra a injustiça social, sendo, portanto, em tempos de guerras, um pacifista.

Segundo Polónia (2012), o conceito de Humanismo Renascentista está relacionado ao próprio programa cultural do Renascimento. Entretanto, o programa originário da região italiana não foi aplicado ao todo em Portugal. Para autora, isso ocorreu devido ao contexto político, econômico e, em particular, ao âmbito religioso do país. Porém, é preciso destacar outro ponto importante. Sabemos que essa corrente já apareceu tardia em Portugal, e ao chegar, os demais países europeus já estavam vivenciando novas pressões, nomeadamente, a da reforma religiosa. Como representante desse período de transição temos o monarca D. João III. “Essa nova orientação cultural resulta, na prática, numa substituição dos principais valores e estratégias humanistas, ainda que não das suas componentes formais” (POLÓNIA, 2012, p. 97). Para a autora, portanto, se estabelece em Portugal uma relação do humanismo renascentista com os ideais da Contra-Reforma Católica.

⁸ Segundo Marques (1995) era intenso o contato entre Portugal e Itália, isso porque, as universidades italianas chamavam a atenção de estudantes portugueses que para lá se deslocavam. Em Portugal, por sua vez, também temos a presença de professores italianos para o ensino de jovens aristocratas e do próprio rei.

⁹ Na Europa do Norte, o humanismo cristão esteve presente entre as décadas de 1500 a 1530. (NAUERT, 2009, p. 144)

¹⁰ “O erasmismo é o momento extremo da cultura humanista nas suas relações com a vida cristã” (DIAS, 1960, p. 179). Assim, o seu objetivo é guiar as concepções da teologia e as práticas do culto pelas luzes do humanismo e da escritura. O cristianismo, na maneira de ver da escola, deve ser vivido e concebido como um humanismo cristão no qual o espírito prevaleça em tudo.

Do mesmo modo que o humanismo se apresenta como um programa com implicações muito mais vastas que as especificamente literárias e estéticas, também esta nova corrente surge como uma verdadeira dinâmica de toda uma época, do mesmo modo que a sua emergência se articula com específicos contextos políticos, econômicos, sociais, religiosos, com que interage, com clara prevalência para estes últimos. (POLÓNIA, 2012, p.98)

Com esse novo movimento tem-se um retorno ao passado no que tange as questões educacionais. Isso porque, conforme a autora acima, ao retomar as orientações neoescolásticas promovem a volta da Teologia como principal disciplina. A fim de exemplificar esse direcionamento podemos citar a própria orientação curricular da Universidade de Évora e suas regras nos estatutos.

Nair de Nazaré Castro Soares, professora da Universidade de Coimbra, em seu artigo “Évora quinhentista e humanismo” afirma que o introdutor do humanismo em Portugal seria o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo, no ano de 1485. Chegou em Portugal o italiano a pedido do próprio rei D. João II, com a missão de educar seu filho. Dessa forma, conforme Soares (2012) é possível afirmar que do século XV até o ano de 1516 (ano da morte de Cataldo), as relações entre Portugal e a região italiana atingiram o seu auge. Porém, ao final do reinado de D. Manuel essa relação de intercâmbio passa a ser com a França, especificamente, com a Universidade de Paris. Prova disso seriam as bolsas concedidas por D. João III para estudantes portugueses no Colégio de Santa Bárbara, que passou a ser um local de formação para estudantes portugueses. Cabe lembrarmos que um dos reitores do mesmo foi André de Gouveia, um humanista português com fama internacional.

Em consonância, diversos colégios iam sendo fundados em Portugal, alguns apenas para religiosos e outros para jovens leigos¹¹. Conforme Marques (1995), nos chamados colégios maiores temos os cursos de nível universitário, já os colégios menores, por sua vez, consistiam em uma preparação para a Universidade, sendo nominados de “estudos secundários”, onde se ensinavam Humanidades e Matemática em um contexto humanista. “Esta preparação, outrora inexistente, iria permitir uma completa reorganização do sistema

¹¹ Conforme Boxer (2002, p. 363), os jesuítas não se limitaram a educação colegial e universitária, mas mantiveram o equivalente a jardins de infância e escolas primárias, anexos em alguns colégios.

universitário e uma considerável subida do seu nível científico” (MARQUES, 1995, p. 178).

Constata Marques (1995), que entre as décadas de 1530 e 1540, mais de vinte colégios foram fundados nas cidades de Portugal, sendo que o Colégio Real, também conhecido por Colégio das Artes e Humanidades foi o de maior destaque. Devido a uma trajetória tumultuada, no ano de 1555 o Colégio das Artes acaba sendo transferido para a Companhia de Jesus. A mudança, na visão do autor, decorre de que, vendo-se que uma escola deste tipo poderia se tornar uma ameaça à fé católica, incentivando o pensamento crítico, como também poderia colocar em risco a nova política religiosa e cultural de D. João III, passa o Colégio a ser um instrumento da Contra Reforma.

Lembramos que, não apenas a entrega do Colégio das Artes, como também, a administração da educação portuguesa pela nova ordem, sofreu forte reação de oposição. A própria historiografia diverge sobre a educação organizada pelos jesuítas, isso porque, alguns autores afirmam que a sociedade portuguesa não perdeu ao entregar a educação para os mesmos, outros, porém, assumem posturas contrárias. Marques (1995, p. 274) se insere entre os críticos da Companhia de Jesus nesse momento da História de Portugal.

[...] Poucas inovações no ensino foram toleradas. Universidades e colégios entraram em fase de quase estagnação, insistindo numa metodologia escolástica e cristalizando nas suas glosas aos velhos mestres. O ensino oficial mostrou-se dificilmente permeável a qualquer progresso científico, rejeitando o avanço cultural que se ia verificando lá por fora e oferecendo um exemplo centenário de dogmatismo e inutilidade.

Observamos, portanto, que na visão deste autor, a educação em Portugal em muito perdeu com a entrega aos jesuítas. Esta é, portanto, uma das interpretações da historiografia.

Para Marques [op. cit.] apenas no campo das navegações pode-se falar em uma ciência de nível europeu, isso porque, a evolução do humanismo em Portugal está relacionada ao intenso contato internacional. Um exemplo dessa relação seria por meio da expansão ultramarina, da migração de estudantes portuguesas para os centros europeus e pelos intelectuais estrangeiros em Portugal.

Os Portugueses do século XV e XVI provaram pela experiência e pela dedução científica: que o oceano Atlântico era navegável e estava livre de monstros. [...] Traçaram os contornos dos continentes e dos oceanos, esboçando, pela primeira vez, uma geografia ecuménica da Terra. Desenharam o primeiro mapa dos céus do hemisfério austral. Trouxeram a conhecimento do mundo ocidental grande número de civilizações e culturas desconhecidas. (MARQUES, 1995, p.186)

Dessa forma, por meio das navegações temos uma importante contribuição dos portugueses para as ciências. Nesse processo de tornar conhecida outras civilizações, concomitante, têm-se novos registros de plantas, frutas, animais para conhecimento de toda a Europa. Assim, os portugueses estabeleceram toda uma descrição científica das descobertas.

Podemos considerar, portanto, que o movimento intitulado de humanismo renascentista, adotado pelos jesuítas em Portugal, não absorveu as ideias filosóficas contrárias ao cristianismo católico. Dessa forma, reter e apropriar-se a favor do serviço do apostolado católico foi a estratégia pedagógica adotada pela Companhia de Jesus.

2.2 - A COMPANHIA DE JESUS

Conforme Dias (1960) no século XV, já adentrando ao século XVI, tem-se uma crise moral na Igreja onde as regras eram desprezadas. Na sociedade leiga não era diferente. Segundo o autor, eram frequentes os casos de bigamias, uniões ilícitas e casamentos nulos, existindo um crescente desprezo pelos sacramentos e atos cultos da Igreja.

Boxer (2002) nos fornece um exemplo dessa crise moral. Para o autor, em toda a Europa os valores eclesiásticos deixavam a desejar. Eram comuns os casos de concubinato, a ponto de “entre 1389 e 1438, dois arcebispos, cinco bispos, onze arqui-diáconos, nove deões, quatro chantres, 72 cônegos e cerca de seiscentos padres terem recebido permissão oficial para legitimar seus filhos bastardos” (BOXER, 2002, p. 20).

Com esse cenário do estado da cristandade portuguesa e da sociedade leiga, tem-se o despertar de pensamentos de renovação, um clamor pela restauração dos valores cristãos. Diante disso, o estabelecimento de colégios

universitários e a própria fundação da Universidade de Évora eram visualizados como um meio para se combater essa ignorância dos valores religiosos presente na sociedade em geral.

Em meio a esse panorama é que temos a adesão da Companhia de Jesus em Portugal. “Símbolo de mudança da reforma monástica, já no Portugal quinhentista, seria a Companhia de Jesus, pelos seus objetivos, características e organização” (DIAS, 1960, p. 76). Com base em uma sólida preparação – oito anos de estudos, após o noviciado – os jesuítas tinham como objetivos principais a pregação, os exercícios espirituais, as obras de piedade e beneficência e a ação pedagógica, que deve ser entendida não apenas como instrução religiosa da juventude, como também, uma pedagogia voltada para a vivência cristã plena por meio da frequência de sacramentos e da conversão dos infiéis.

A Companhia de Jesus nasceu em meio a um debate universitário que vigorava na época. Inácio de Loyola acompanhou toda discussão que dominava o ambiente acadêmico, entre os defensores dos ideais evangélicos (Calvino, Lutero, Melanchton e Zuinglo) com os teólogos da Sorbonne, os papistas, que defendiam a autoridade da Igreja na leitura e na interpretação da Bíblia. “E o veterano espanhol tomou partido: o partido da fidelidade e obediência a Igreja Católica” (VAZ e PEREIRA, 2012, p. 10).

Para o padre jesuíta Hermínio Rico (2012), nos estudos acadêmicos relacionados à origem da Companhia de Jesus é possível identificar duas ideias cristalizadas. Na primeira temos o conceito de que se trata de uma ordem religiosa fundada para impulsionar o período histórico denominado de Contra-Reforma no combate ao protestantismo. A segunda ideia, por sua vez, caracteriza-a como uma ordem criada intencionalmente para o ensino. Entretanto, para o autor, estas ideias falham por não considerar uma terceira dimensão presente na gênese da Companhia, que é o envolvimento missionário nos impérios espanhóis e portugueses.

Com base na análise de documentos que retratavam a fundação da Companhia, o autor chega a conclusão que essas duas ideias iniciais não se sustentam. “A abertura de colégios ou o combate ao luteranismo não foram objetivos apresentados para justificar a criação da Companhia como nova ordem religiosa” (RICO, 2012, p. 101). O autor, portanto, levanta as seguintes questões:

Para o que se formou a Companhia de Jesus? Se não foram criados para combater o protestantismo e também não objetivavam serem professores de colégios e universidades, o que queriam fazer?

Conforme análise de Rico (2012), Inácio de Loyola e seus companheiros tinham como objetivo inicial, desde 1534, o trabalho missionário na Terra Santa. Como as circunstâncias políticas impossibilitaram os mesmos de se dirigirem ao seu objetivo, prontamente se colocaram a disposição do Papa, desejosos de serem pregadores itinerantes a serviço de Deus e da Igreja. Esse ideal de vida apostólica estaria relacionado ao modo como Jesus e seus discípulos se puseram a evangelizar.

Na carta papal de Paulo III, de 1540, é possível verificar a justificativa da gênese da Companhia. “Foi instituída principalmente para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs, e para a propagação da fé, [...] buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis cristãos” (*apud* RICO, 2012, p. 102). Observa-se, portanto, a inexistência de qualquer referência a escolas. Entretanto, decorridos sete anos, com a autorização concedida para a formação de um colégio para leigos em Messina, a Companhia já se encontrava empenhada no ensino passando a ser uma de suas principais atividades. Dessa forma, “educação e combate pelo Catolicismo Romano não constituem os fins originais, são meios ao serviço dos fins primeiros e fundamentais que eram e continuaram a ser outros” (RICO, 2012, p.103). Pode-se dizer, assim, que foram meios importantes utilizados pelos jesuítas para o êxito de seus objetivos iniciais.

Em Portugal, portanto, é devido principalmente à iniciativa de D. João III (1521-1557), que a Companhia se estabelece no reino. Os dois companheiros de Santo Inácio, os padres Simão Rodrigues de Azevedo (1510-1579) e Francisco Xavier (1506-1552), chegaram em território lusitano a fim de iniciarem a missão na Índia. Logo de início se evidenciaram conquistando o povo português pela virtude, disciplina rígida e pela piedade convertida em ação. O monarca ao fixar os jesuítas em terras lusitanas, percebeu a contribuição que suas atividades poderiam dar em relação a sua política religiosa e cultural.

Como ressalta Rodrigues (1931), com merecimento o monarca é chamado de o pai da Companhia de Jesus. D. João III além de ajudar a Companhia, mostrava e divulgava a todos sobre ela e sobre seu amor e admiração. Assim,

recomendava a Companhia a pessoas importantes e com autoridade para que elas também a favorecessem.

Podemos afirmar que Inácio de Loyola era muito agradecido à dedicação do monarca, o qual muito fez pela sua ordem. Buscava tornar conhecidos os favores de D. João III a fim de fazer despertar em todos os integrantes da Companhia um desejo de retribuição a quem foi o grande benfeitor. Essa atitude de agradecimento aos protetores da organização era uma regra das próprias Constituições da Companhia de Jesus.

De maneira geral a Companhia deve ter-se como especialmente obrigada, por dever de caridade e de amor, a render aos fundadores e a seus parentes, em vida e depois da morte, todos os serviços compatíveis com a nossa humilde profissão, para a glória divina. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 120)

Importante ressaltar que os agradecimentos da Companhia estendiam-se aos demais membros da família real, tais como a rainha D. Catarina e os infantes D. Luís como também D. Henrique que, após D. João III, teria sido em Portugal o novo benfeitor.

Segundo Rodrigues (1931), Simão Rodrigues teria sido o primeiro jesuíta a adentrar em terras portuguesas¹², e quem logo cativou a amizade de D. João III, passando a exercer influências em decisões políticas, atuando em cargos de confiança.

Em nossa análise, foi possível identificar que o trabalho realizado pelo primeiro jesuíta em Portugal foi de suma importância, pois, por meio dele, o povo português passou a confiar e aceitar a Companhia de Jesus em terras lusitanas.

Lembramos que no momento da entrada da Companhia de Jesus em Portugal, outras ordens lá já existiam. Segundo Marques (1995, p. 170),

O Jerónimos, de fundação italiana, entraram em Portugal nos começos do século XV; os cónegos de S. João Evangelista, de origem portuguesa, surgiram igualmente no século XV; os Capuchinos, oriundos da Castela, chegaram pelos finais de Quatrocentos; os Arrábidos, portugueses,

¹² Simão Rodrigues foi o primeiro Provincial da Companhia de Jesus em Portugal. “Em 1543, quando Simão Rodrigues andava lançando os primeiros alicerces da Província, chegava a Roma a boa nova de que a Companhia de Jesus crescia e se fortificava em Portugal”. (RODRIGUES, 1931, p. 37)

foram fundados em 1539; os jesuítas, finalmente, chegaram pela primeira vez em 1540.

Vê-se que ocorria uma considerável entrada de ordens religiosas em Portugal, podendo relacionar esse fato ao estado de abusos que se encontrava na Igreja oficial e na sociedade em geral. Devido ao desejo da população por uma sociedade correta, com disciplina e pureza religiosa, temos a criação desses institutos. Percebe-se que eram tão desejados que se tornaram queridos da nobreza e do povo.

Dessa forma, é importante salientar a importância que teve a Companhia de Jesus em relação às orientações no processo de Reforma em Portugal. Segundo Costa (2004), a Companhia de Jesus faz parte de um movimento interno da Igreja Católica no qual se desenvolveu a ideia da necessidade de uma reforma interna, devendo, portanto, ser entendida, no contexto de Reforma da Igreja. Além desse cenário, é preciso identificá-la também com a história da modernidade, conforme o contexto da época com seus conceitos e valores.

Fundada em torno deste cenário, suas normas foram elaboradas cuidadosamente devido a preocupação que se tinha com a solidez e expansão da Companhia de Jesus. A organização minuciosa das Constituições da ordem resultou de uma longa experiência, de anos de estudo e amadurecimento até o momento de se vir a público. Na introdução das Constituições da Companhia de Jesus, temos o prefácio de autoria de P. Pedro de Ribaneira que nos mostra o cuidado de adaptação conforme a região trabalhada pelos jesuítas.

Assim, com grande esforço, elaborou as Constituições em todas as suas partes, até completá-las totalmente. Mas, com admirável prudência e singular humildade que o caracterizavam, o Padre compreendeu que, dada a diversidade dos costumes das diversas regiões, nem tudo seria conveniente para todos. Por outro lado, para que a feição e a imagem da Companhia fossem a mesma em toda a parte e as Constituições fossem aceitas e respeitadas permanentemente, era necessário que se ajustasse, quanto possível, aos costumes de todas as Províncias. Por isso, não superestimando o seu próprio juízo, de modo que um assunto de tanta importância dependesse só de seu critério e maneira de ser, no ano jubilar de 1550 apresentou o texto das Constituições a quase todos os Padres professos, ainda vivos, que tinham vindo a Roma, para que as discutissem. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p.14)

Dessa forma, Inácio de Loyola ao perceber a diversidade das regiões e preocupado com a aceitação da Companhia, solicita a adaptação das

Constituições a cada região. Outro ponto importante a se destacar é a socialização feita das leis com os padres antes de sua publicação.

Aceitando as considerações elencadas pelos padres, somente no ano de 1553 é que Inácio de Loyola entregou as Constituições para a devida publicação. No ano de 1558 ela foi submetida a uma última revisão pela Congregação Geral, para então, em 1559 (data da carta de P. Pedro de Ribadeneira) termos a primeira edição das Constituições da Companhia de Jesus.

Esta mínima Congregação ao ser fundada foi chamada pela Sé Apostólica Companhia de Jesus. Aprovou-a primeiramente o Papa Paulo III de feliz memória, no ano de 1540. Foi depois confirmada pelo mesmo Pontífice, em 1543, e por seu sucessor Júlio III, em 1550. Dela se faz ainda menção em vários Breves e Letras Apostólicas, concedendo-lhe diversas graças, que pressupõem uma ampla aprovação e confirmação. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 39)

Por conseguinte, mesmo sendo constituída em 1534, somente em 1540 é que se confirmou publicamente a existência jurídica da Companhia, “por meio da bula *Regimini militantes Ecclesiae* de Paulo III, de 27 de Setembro de 1540” (SOUSA, 2003).

Recordamos que foi em Portugal onde a nova ordem se destacou, ocasionando um considerável crescimento e desenvolvimento da Companhia. Entretanto, mesmo satisfeito com a expansão, Simão Rodrigues se preocupava com a formação espiritual (nas virtudes e nas letras), pois esse era para o jesuíta o “meio importante para a solidez das obras” (RODRIGUES, 1931, p.35).

Podemos afirmar que essa não era apenas uma preocupação isolada de Simão Rodrigues, isso porque, no ano de 1551 é enviada para Portugal uma resolução sobre as atividades da Província, sendo uma delas a educação. Segundo Rodrigues (1931), Inácio escreveu para o provincial português enfatizando a importância de se fundar colégios para a formação dos jovens.

Ao analisar as duas primeiras décadas desde a chegada dos jesuítas em Portugal (1540 a 1560), Rodrigues (1938) considera que um dos fatos que mais se destacou teria sido o grande e rápido progresso da Província portuguesa, justamente em um período onde Simão Rodrigues representava a Companhia de

Jesus no país. O primeiro provincial permaneceu em terras lusitanas por doze anos, sendo substituído no ano de 1552 pelo P. Diogo de Mirão.

Posteriormente a esse período a Companhia de Jesus continuou crescendo, sendo a mesma abalada apenas por agentes externos. Rodrigues (1938, p. 4), nos informa sobre os membros da ordem.

O número de seus membros, que em 1560 orçavam por uns 350, subia a 522 no ano de 1574. Cinco anos depois em 1579 apenas chegavam a 550, que no ano seguinte desciam 484. As calamidades do reino e a peste que assolou por esse tempo, foram a causa dessa diminuição. Em 1594 já eram 570. No ano de 1607 contavam-se 650 e passados oito anos juntava-se 15 a esse número, porquanto, em 1615, formavam a Província 665 membros, sendo 246 sacerdotes, 191 escolásticos, 160 coadjutores temporais e 68 noviços.

Esses dados nos mostram o quanto essa ordem, que iniciou pequena, obteve um grande desenvolvimento tornando-se uma grande organização. Importante citar que o próprio texto das Constituições nos fornece a ideia de que se trata de uma sociedade que veio para crescer, para dar certo.

Para além de números, muitos dos que entraram para a ordem eram homens dignos de honra. Conforme Rodrigues (1938, p. 21), entre os humanistas e professores de boa reputação que entraram na Companhia nos primeiros vinte anos, temos “Manuel Álvares, Pedro Perpinhão, Cipriano Soares, Manuel Pimenta e Luís da Cruz; Pedro da Fonseca, Manuel de Góis, Luís de Molina e Sebastião Barradas, que tanto se distinguiram nas ciências filosóficas e sagradas, e Luís Álvares e Inácio Martins que se extremaram pelos dotes de eloquência”. Entre os que entraram na Companhia após 1560, “aparecem-nos quatro jovens de singulares esperanças, Luís de Moraes, Jerónimo Dias, Francisco Cardoso e João de Lucena” (idem).

Como apresentamos anteriormente, D. João III teria sido um benfeitor da Companhia de Jesus em terras portuguesas. Posteriormente, outro personagem se destacou no apoio da ordem dos jesuítas, o Cardeal D. Henrique.

Quem mais procurou alargar a acção da Companhia com a erecção de Institutos de educação e ensino, foi o cardinal D. Henrique, intimamente persuadido pela experiência, de que era grande o proveito que dessas fundações nascia para a Igreja universa, para o bem das almas e difusão das sciências e das letras. Quando ainda o benemérito infante andava ocupado na

consolidação e melhoramento da sua Universidade eborense e do colégio de S. Antão de Lisboa, já formava outros e grandiosos planos de empresas do mesmo género. (RODRIGUES, 1938, p. 24)

D. Henrique muito se preocupava com a educação, contando com o apoio dos jesuítas em seu projeto de criação de estabelecimentos de ensino.

Conforme Rodrigues (1938), ao analisar os feitos de D. Henrique é possível identificar o seu apreço pela educação. Isso porque, nas dioceses onde trabalhou como prelado, se preocupou em estabelecer colégios e casas de educação. A diocese que mais se destacou com a dedicação do Cardeal foi a eborense, por meio de seu Colégio do Espírito Santo e da Universidade de Évora, onde desejou erigir mais quatro colégios que iriam contribuir com seu prestígio,

um de teólogos que se preparassem para os actos académicos (Colégio Nossa Senhora da Purificação), outro de teólogos que seguissem o curso universitário (Colégio S. Gregório), o terceiro de artistas ou filósofos (Colégio Santo Augustinho), e o quarto de humanistas (Colégio S. Jerónimo)". (RODRIGUES, 1938, p. 86)

Entretanto, por falta suficiente de verbas, apenas o Colégio da Purificação é fundado, incluindo, nesse, o colégio que pretendia abrir sob a invocação de S. Gregório, formando assim um seminário sacerdotal.

Posteriormente, ainda no século XVI, um terceiro colégio passou a fazer parte da instituição, o Colégio da Madre de Deus.

Importante fazermos uma referência de que a Companhia de Jesus estava a frente em cargos ilustres, como também, em tarefas mais humildes. Para exemplificar quais eram esses trabalhos, citaremos a carta anua de 1579.

Acudimos aos cárceres e às galés. A penúria dos indigentes socorremos com alimento e esmolas: às almas de todos levamos a consolação e alento das boas palavras e conselhos. Dos cárceres libertámos com o nosso trabalho cerca de duzentos; das galés mais de cem. Assistimos aos condenados à pena capital. Visitámos com frequência doentes e moribundos. Fora da cidade fomos consolar e confessar os leprosos, segregados da convivência comum. Êste modo e costume, nunca interrompido, de visitar, de consolar, de ajudar com os auxílios da religião e da caridade guardámo-lo aos hospitais públicos, onde às vezes chegam os enfermos a novecentos. (*apud* RODRIGUES, 1938, p.504)

Essa descrição na carta sobre as atividades dos jesuítas nos remete a questão da caridade, da qual era um dos quatro votos feitos pelos religiosos, sendo os demais, a pobreza, a caridade e a obediência ao Papa.

Finalizando a presente discussão sobre a Companhia de Jesus, nos remetemos a uma citação de Costa (2004, p. 15), que afirma que “qualquer julgamento *a posteriori* que se faça daqueles padres imbuído dos padrões valorativos da atualidade, é dismantelar a própria história, deixando vazar, por entre as mãos, uma boa oportunidade de tê-la como professora”. Deste modo, acreditamos que compreender a Companhia de Jesus no século XVI é fundamental para o entendimento do processo educacional tanto em Portugal como também na gênese do Brasil.

Por fim, percebe-se que a atuação da Companhia de Jesus foi primordial para a sociedade portuguesa de *quinhetos*. O momento era de trabalho missionário no Império português buscando a propagação da fé cristã, em contrapartida, a própria Igreja estava por enfrentar uma crise moral. Regras eram desprezadas tanto pela sociedade leiga como a religiosa. O período clamava pelo despertar de uma nova mentalidade na sociedade como um todo. O próprio estabelecimento de colégios era visto, nesse primeiro momento, como um meio de se combater a ignorância presente no clero. Diante disso, podemos atestar que uma das hipóteses sobre a fundação da escola eborense está justamente relacionada às necessidades de restauração católica em tempos de conversão.

2.3 – MECENAS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CARDEAL D. HENRIQUE

Apresentaremos nesta parte, ainda que brevemente, considerações a respeito da personalidade de D. Henrique que tanto contribuiu para a edificação da Universidade de Évora. Entretanto, não iremos abordá-lo apenas como infante, cardeal e rei, mas sim, enquanto humano, com suas qualidades e fraquezas comuns a nossa espécie. Manifestamos estas palavras, pois, de acordo com Amélia Polónia (2009), é possível identificar na historiografia uma imagem carregada de juízo de valor em relação a D. Henrique, personificação essa que precisamos desconstruir.

2.3.1 - O homem

Segundo Polónia [op. cit.], D. Henrique possuía um porte físico forte, o que pode estar relacionado ao fato de ser, dos nove, o único filho de D. Manuel que viveu até os 68 anos – idade considerável para a época em questão. Outro fator que pode ter ajudado a atingir tal idade teria sido o gosto que o Cardeal tinha pelos exercícios físicos, principalmente na juventude. Já em relação ao seu aspecto psicológico “a documentação fornece apenas visões parcelares, cujo significado nem sempre é claro para o investigador” (POLÓNIA, 2009, p. 17). Dentre as fontes que retratam sobre o Cardeal, encontram-se obras¹³ encomendadas pelo próprio D. Henrique que, por conseguinte, contém inúmeras virtudes caracterizando-o como um bom cristão. Outras, por sua vez, enaltecem uma imagem negativa do Cardeal, chegando a defini-lo como inapto para cargos mais importantes. “Mais duras são ainda as imagens que na posteridade se constroem do cardeal-rei. As histórias gerais de Portugal dos séculos XVIII e XIX, quando dele tratam, são sobremaneira punitivas”. (Idem, p. 22)

D. Henrique fazia parte de uma família alargada. Era o oitavo filho de D. Manuel, e sétimo do segundo casamento deste monarca com D. Maria, filha dos Reis Católicos, D. Fernando e D. Isabel, de quem o Infante era neto. Entretanto, antes de completar seus dez anos, D. Henrique já havia perdido pai e mãe, ficando sem os referências essenciais de sua infância. Contudo, mesmo sem a presença física, “D. Henrique nunca deixou de cultuar a memória de seus pais, o que pode ser aferido pelo afinco com que empreendeu a iniciativa, tomada como encargo pessoal, de mandar realizar, por Damião de Góis, a *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*” (POLÓNIA, 2009, p. 27).

Apesar de não ter frequentado uma instituição superior de ensino, pode-se identificar, em D. Henrique, todo um conhecimento em suas atitudes políticas (quando auxiliou a rainha D. Catarina na menoridade de D. Sebastião e durante seu reinado). Recebeu uma formação humanista e religiosa que esteve presente durante a sua vida, por meio de contatos que mantinha com intelectuais diversos. Relata Polónia (2009), que no ano de 1533, com seus vinte e um anos ele era aluno de Nicolau Clenardo, um reputado humanista formado em Teologia que

¹³ Conforme Polónia (2009), dentre as obras encomendadas por D. Henrique podemos destacar: *Crónica de D. Manuel*, escrita por Damião de Góis, e *Elogios dos Reis de Portugal*, de autoria de Frei Bernardo de Brito.

apreciava seu aluno. Em suas epístolas, Clenardo assim discorre sobre D. Henrique.

Nem a nobreza da sua origem, nem a sua alta hierarquia nem as riquezas o impediram de se dedicar ao estudo [...] O senhor infante, conquanto tivesse o tempo muito ocupado, nem por isso se dispensava facilmente da lição, a não ser que o exigisse a quotidiana acumulação de negócios. (*apud* POLÓNIA, 2009, p. 62)

Ao que parece, D. Henrique tinha gosto pelas letras. Pode-se perceber isso ao verificar o quanto ele participava de debates, reunindo teólogos, filósofos, retóricos e humanistas, homens cultos que frequentavam sua casa. Polónia (2009) afirma que D. Henrique teve uma atividade de mecenas ao incentivar diversas produções de sua época. Nelas prevaleciam as de conotação religiosa, mas não se excluía as obras leigas, tais como a *Comédia de Vilhalpandos* de Francisco Sá de Miranda, publicada em 1560. “O seu papel de mentor intelectual é manifesto, não só pelo apoio dado a publicação, mas também pelo impulso directo dado à produção intelectual” (POLÓNIA, 2009, p. 64).

Afirmamos anteriormente que o humanismo mais leigo manteve-se por pouco tempo em Portugal, não obstante D. Henrique pode conviver com importantes intelectuais da área. Por isso podemos afirmar sobre dois momentos distintos de D. Henrique, um primeiro onde convive e se contagia com os intelectuais da corrente humanista para, em um segundo momento, aderir “como eclesiástico pós-tridentino e activamente promoveu através da sua íntima adesão à acção religiosa e cultural da Companhia de Jesus” (POLÓNIA, 2009, p. 63)

Podemos identificar certa semelhança de comportamento entre os dois irmãos, D. Henrique e D. João III, pois ambos viveram dois momentos distintos. Primeiramente aderiram às ideias humanistas e posteriormente, tornaram-se adeptos das propostas da Contra-Reforma¹⁴.

Importante situar que D. Henrique tinha sim um contato com intelectuais do quais tinha admiração, entretanto, acima disso, estava o seu respeito à sua doutrina. Dessa forma, conforme assumiu suas atividades eclesiásticas, passou a cada vez mais se comprometer com a religiosidade do reino, influenciando

¹⁴ PIBIC (01/08/2010 à 31/07/2011). A vida e os feitos de D. João III de Portugal: um olhar por meio da arte. Orientador: Dr. Célio Juvenal Costa.

decisivamente nas posições culturais do país. A união com os padres jesuítas e o afastamento dos intelectuais humanistas representam esse fato.

O mesmo equivale a dizer que à medida que os tempos passam, os círculos de intelectuais que o rodeiam inclinam-se crescentemente para o espírito da Contra-Reforma, acentuando a importância dos valores tradicionais e promovendo a vinculação da cultura e do Estado aos interesses da ortodoxia religiosa. (POLÓNIA, 2009, p. 67)

Com a mudança de direcionamento, portanto, D. Henrique inicia um maior contato com os intelectuais da Contra Reforma.

2.3.2 - O promotor da educação

Podemos perceber o quanto D. Henrique foi importante no incentivo cultural de Portugal. Porém, sem dúvida, o que ficou marcado foi sua atuação na criação e no apoio aos locais de ensino.

O cardeal infante D. Henrique foi um dos mais activos e beneméritos promotores das letras em Portugal. Nas três dioceses que regeu como prelado, admiramos entre os seus primeiros e principais cuidados o de erigir colégios e casas de educação, não somente para o clero, mas para toda a classe de cidadãos. (RODRIGUES, 1931, p.85)

Percebe-se que a questão educacional era algo prioritário na atuação do Cardeal. A sua proximidade com as letras, desde criança, e o seu contato com intelectuais em sua juventude, podem ser indícios de que D. Henrique, desde a tenra idade, possuía um grande apreço pelo conhecimento.

Segundo Polónia (2009), D. Henrique inicialmente tinha como projeto a implantação de escolas em Braga, onde era pastor. O projeto consistia em introduzir aulas de Retórica, Filosofia, Cânone e Teologia. Entretanto, devido a mudança para Évora, não foi possível efetivá-lo. Antes de partir, conseguiu ampliar as instalações fundadas por P. Diogo de Sousa, como, também, criou e dotou novas classes de Gramática e Política, a cargo de Clenardo e Vaseu respectivamente. Vaseu permaneceu em Braga até o ano de 1541, indo posteriormente para Évora.

Aquilo que assistimos em Évora, numa primeira fase, decorre de uma mera transferência de planos: trata-se de introduzir na nova diocese a mesma estrutura, a mesma orientação e, inclusive, os

mesmos mestres que haviam pontificado em Braga. Com efeito, em Évora, Vaseu continuou a frente dos cursos de Gramática e Retórica desde 1541 a 1550, aí ministrando um ensino em tudo consoante com os ideais renascentistas. (POLÓNIA, 2009, p. 71)

Não podemos caracterizar a mudança de direcionamento de D. Henrique como um afastamento imediato, pois não ocorre uma brusca ruptura com as ideias humanistas. Esse afastamento é gradual, e, acontece principalmente, com o crescimento e o apoio da Companhia de Jesus no ensino de Portugal.

Das mais conhecidas ações do Cardeal em relação à educação em terras lusitanas, destaca-se sua ação enquanto fundador do Colégio do Espírito Santo e, posteriormente, da própria Universidade de Évora.¹⁵

A autora sustenta a ideia que as estruturas de ensino em Évora, das quais a Universidade se tornou o núcleo, tendem para um programa de atuação pastoral e cultural. Isto porque, ao analisarmos a estrutura pedagógica eborense, observamos que, mesmo abrindo espaço a população estudantil de Évora, o seu maior objetivo seria a formação do clero diocesano. “Não teria sido, na verdade, somente seu interesse pela cultura que o levava a criar as escolas humanistas de Braga e Évora e, particularmente, a acalentar os empreendimentos pedagógicos da Companhia de Jesus” (POLÓNIA, 2009, p. 73). Entendemos que, apesar de seu apreço pelas letras, a causa maior do negócio de D. Henrique era devido a má formação do clero.

D. Henrique também se preocupou com a parte financeira de seu complexo pedagógico. Assim, para poder receber os estudantes pobres (leigos ou eclesiásticos), determinou um programa de financiamento, por meio de concessão de bolsas de estudo. Para a autora estudiosa da vida do cardeal, isso demonstra mais uma vez, o lado mecenas que D. Henrique possuía.

O Colégio do Espírito Santo em Évora, portanto, seria a primeira pedra da grande obra pedagógica do Cardeal. Entretanto, antes de sua fundação (1553), D. Henrique havia construído, em 1551, um edifício como espaço de formação do clero. Deparando-se com o sucesso das obras da Companhia, decide entregá-lo a essa ordem, que passa a morar no edifício. No entanto, D. Henrique mantinha “o

¹⁵ “Até a data da fundação do primeiro instituto pedagógico da Companhia de Jesus – o Colégio do Espírito Santo – não estivera, porém, a cidade desprovida de locais de ensino, ainda que não possamos provar a continuidade de sua atividade nem aferir acerca dos conteúdos pedagógicos e científicos desses empreendimentos” (POLÓNIA, 2009, p. 72).

seu intuito de nele fixar certo número de clérigos seculares que aí vivessem e se formassem” (POLÓNIA, 2009, p. 75). Seria, portanto, um projeto de criação de um seminário diocesano, o qual não contou com o apoio da nova administração. Porém, estabeleceram uma alternativa ao projeto do Cardeal.

O Colégio do Espírito Santo fora então entregue, na sua totalidade, aos Jesuítas para aí abrirem escolas públicas, não especificamente eclesiásticas. Todavia, uma solução alternativa fora encontrada para responder aos anseios do cardeal em torno da preparação do clero diocesano. Trata-se da criação do curso de Casos de Consciência para clérigos seculares, cujos estudos seriam sustentados pela capelanias de Vera Cruz e dirigidos pelos padres da Companhia. (POLÓNIA, 2009, p. 75)

Contudo, D. Henrique desejava um plano de estudos mais elaborado, o qual incluía o ensino de Artes ou Filosofia.

Percebe-se que o Cardeal se envolvia demasiadamente com as instituições de ensino. O seu sucesso com as coisas acerca da educação foi tanto, que conseguiu a aprovação para a fundação de uma universidade em Évora.

A ideia de se criar institutos de ensino em Évora teria vindo anteriormente com D. Manuel, porém, isso não ocorreu em seu reinado e nem no reinado posterior, com D. João III. Por que apenas com D. Henrique isso se concretiza? Teria sido por motivos pessoais? Para Polónia (2009), pode até ser que tenha tido motivos pessoais, entretanto, analisando-se os estatutos da instituição, é possível identificar a sua prioridade que teria motivado o Cardeal: a formação do clero.

As disciplinas introduzidas de início são uma prova disso:

[...] Assim parece sugerir o conjunto de cadeiras com que se inicia a sua atividade lectiva: duas de Teologia Especulativa, uma de Escritura Sagrada, uma de Teologia Moral (ou Casos de Consciência), uma de Filosofia e oito de Retórica e Latim. Mais tarde, e ainda em vida do infante, o número de cadeiras viria a aumentar, compreendendo mais uma de Teologia Moral e três de Filosofia. (POLÓNIA, 2009, p. 78)

Temos, assim, um conjunto elaborado de conteúdos que visavam uma formação cristã.

2.3.3 - O Inquisidor

Conforme Marques (1995), a Inquisição teria sido estabelecida em Portugal como uma estratégia de centralização régia. Implantada, portanto, pela Coroa, a Inquisição esteve durante muito tempo sob o controle direto do poder real. Entretanto, a empresa cresceu e, com isso, cada tribunal passou a ter sua organização própria. “Extremamente cobiçosa, a Inquisição tinha o olho no mundo dos negócios e servia-se de pretextos para perseguir e confiscar” (MARQUES, 1995, p. 271). Importante sublinhar que grande parte dos burgueses abastados eram cristãos-novos ou a eles relacionados.

Como informamos anteriormente, D. Henrique desempenhou um papel fundamental nesse projeto político, cultural e religioso do reino, conhecido como Inquisição¹⁶, ficando no cargo de Inquisidor-Mor por cerca de 40 anos (1539-1578).

Segundo Polónia (2009), quando D. Henrique assumiu o cargo de inquisidor, tinha apenas 27 anos, insuficiente do ponto de vista canónico para tal função. Assim, a autora levanta as seguintes questões: essa nomeação, contrária as orientações religiosas, seria uma estratégia de D. João III para exercer um controle do tribunal por meio de seu irmão, ou, em vez disso, seria devido aos desejos pessoais de D. Henrique? Podemos afirmar que esta questão é muito debatida pela historiografia, prevalecendo entre a maioria dos autores a segunda opção.

Antes de avaliarmos um determinado fato (no caso, a Inquisição), é preciso analisar todo o conjunto que o propiciou. Não se trata de uma defesa, mas, sim, de uma postura de não julgamento. O processo de implantação da Inquisição em Portugal pertence a um contexto de estratégias de controle da religião vista como oficial, em face do avanço do movimento protestante. Vejamos o processo de sua gênese:

¹⁶ Segundo Marques (1995), D. Manuel solicita a implantação da Inquisição em Portugal em 1515, com o objetivo de conseguir mais centralização do poder régio e para o controle por parte da Coroa. Entretanto, apenas no reinado de D. João III é que temos a implantação da Inquisição em Portugal (1536), mas ainda com restrições. Apenas em 1547 as restrições foram retiradas passando a Inquisição portuguesa a dispor de plenos poderes. Em fins do século XVIII e início do XIX a Inquisição começa a perder o seu poder, devido entre outros fatores, ao fortalecimento do espírito iluminista da época.

Em todo o caso, o Tribunal do Santo Ofício surge, em Portugal, como uma conquista régia, mais do que como um desiderato de qualquer um dos pontífices envolvidos, os quais, como se pode aferir, não só se mostraram renitentes a sua criação, como procuraram de forma reiterada diminuir as suas atribuições, suspender o seu funcionamento, ou contrabalançar, com perdões e isenções, a coacção exercida sobre a comunidade em particular visada: a dos cristãos novos. (POLÓNIA, 2009, p. 126)

Temos, assim, o seu primeiro momento, contudo, com o tempo o tribunal vai ganhando o seu próprio dinamismo, “não se verificando que se viesse a constituir, como queria D. João III, num instrumento mais de reforço e centralização do poder régio, ou uma mera extensão desse mesmo poder” (POLÓNIA, 2009, p. 126).

Conforme correspondência analisada por Polónia (2009), percebe-se que D. Henrique desejava mais autonomia para a administração do tribunal inquisitorial. Em suas cartas, constantemente demonstrava a indignação aos privilégios que eram concedidos aos cristãos novos, em virtude de negociações com a Cúria Romana ou com a própria corte portuguesa. A própria suspensão do funcionamento da instituição, que ocorreu em 22 de setembro de 1544, é uma demonstração da influência que os mesmos (cristãos novos) tinham em Roma.

Creemos que isso ocasionou uma insatisfação da parte de D. Henrique, a ponto de, em novembro de 1547, o tribunal ser definitivamente reestabelecido, dessa vez, com novos poderes e maior autonomia. O Cardeal, porém, continuou incomodado, pois em simultâneo, eram colocadas isenções à comunidade de cristãos-novos. Com a nova instituição era preciso uma reorganização dos trabalhos. Na sequência vejamos as palavras do próprio Cardeal (*apud* POLÓNIA, 2009, p. 129):

[...] eu não hei de aceitar este cargo senão dando me Vossa Alteza dois ou três homens que entendam nos negócios da inquisição ou que sejam para isso para estarem comigo. E irem onde eu for. E inquisidores suficientes. E renda ou coisa certa donde se paguem estes homens e os gastos da inquisição. E um homem para Roma que não entenda em outra coisa senão nas coisas da Inquisição.

Percebe-se, portanto, toda a preocupação do Cardeal com a instituição, elencando competências e funções, atentando-se com a questão financeira, para iniciar, assim, uma fase de total organização.

A mesma autora cita uma passagem de Damião de Góis, em *Crónica de D. Manuel*, onde se refere a D. Henrique.

Com os culpados da Inquisição usou sempre de grande clemência e para os penitenciados ordenou um colégio onde foram as Escolas Gerais e ali são doutrinados na Fé e consolados com pregações e os pobres mantidos com esmolas, como são os do outro cárcere. (*apud* POLÓNIA, 2009, p. 133)

Se isso ocorria na prática, deveras não sabemos. Entretanto, o que nos chama a atenção é o princípio pedagógico do Cardeal, em querer doutrinar não pela força física, mas pela fé, pela benevolência.

Essa forma humanizada era utilizada como um princípio pedagógico na universidade eborense, podendo-se verificar estes comportamentos nas entrelinhas dos segundos estatutos da Universidade de Évora. Quando os mesmos abordavam o termo “castigo”, não necessariamente estavam se referindo como algo físico, de punição ao corpo. Os mesmos poderiam estar fazendo alusão ao pagamento de multa, prisão por alguns dias na cadeia da instituição, expulsão da Universidade ou até mesmo da cidade de Évora.

“Os estudantes não terem [terão] em sua casa mulher [mulher] suspeita, sob pena de mil réis [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 28). “Nenhum estudante poderá acompanhar a justiça alguma [alguma], nem ao Meirinho da Universidade de noite com armas, ou sem ellas, sob pena de 8 dias de cadeia, e perder as armas pera que causar” (ESTATUTOS, 1567, p.30). “Quando o Reitor da Universidade julgar que algum estudante he escandaloso e que nem as admoestações dos mestres, ou castigo basta [...] o lançara fora da Universidade” (ESTATUTOS, 1567, p. 4).

Além de participar de toda a implantação e organização da instituição inquisitorial, o Cardeal D. Henrique também atuou na questão da censura ideológica e literária. “A primeira percepção que se destaca é a preocupação em excluir das proibições as obras de puro carácter científico, literário ou filosófico, desde que de todo não colidissem com as prescrições doutrinárias ou éticas do espirito contra reformista” (POLÓNIA, 2009, p. 139). Dessa forma, os mais afetados foram outros gêneros, tais como, poesia de amor, teatro, novela sentimental e obras que criticavam as questões políticas e religiosas.

Se as atitudes de D. Henrique, em um primeiro momento na Inquisição, foram de tolerância, seu posicionamento se modifica em face ao novo cenário de

crescimento do luteranismo. Segundo Polónia (2009), a flexibilidade identificada em um primeiro momento não seria mais possível mediante o novo contexto de não aceitação de outras formas de viver institucionalmente o cristianismo.

Até mesmo no momento da entrada da Companhia de Jesus em Portugal despertou-se certa desconfiança. Os membros da nova ordem enfrentaram algumas rivalidades, tais como, dos religiosos que já estavam em Portugal, dos nobres, pois a congregação atraía muitos membros, e, por fim, da Universidade de Coimbra, resistentes ao método pedagógico da Companhia; “[...] determinou então D. Henrique, fazendo uso das suas atribuições de inquisidor, que se examinassem as práticas de Simão Rodrigues e o teor dos exercícios espirituais inspirados por Inácio de Loyola. [...]” (POLÓNIA, 2009, p. 149). Como resultado, foram declarados puros, passando D. Henrique a aderir às propostas da nova ordem.

As atitudes de D. Henrique, nomeadamente como inquisidor, devem, porém, ser vistas numa perspectiva conjuntural. Com efeito, um ataque ao crescente protagonismo dos cristãos novos em Portugal teria de vir pela via da religião. Um tribunal de crenças, um tribunal inquisitório de práticas heterodoxas constituiu-se, pois, no instrumento ideal para a dinamização de estratégias restritivas e punitivas que são, tanto quanto religiosas, políticas, econômicas e sociais. (POLÓNIA, 2009, p. 152)

Prova de que era mais do que uma questão religiosa, são os dados dos tribunais de inquisição. A autora destaca que os crimes de práticas judaicas, eram em maior número, chegando a dominar na atuação inquisitorial.

O que fez, portanto, D. Henrique, durante os 40 anos envolvido com a instituição? Segundo a autora, com base em documentos, durante esse tempo o Cardeal elaborou algo sólido, “alicerçado em termos jurídicos, normativos e regulamentares, infra-estruturais e humanos, e lançou as bases de sua plena sustentabilidade” (POLÓNIA, 2009, p. 154).

Sem dúvida temos a figura de um homem que se dedicou ao que se comprometeu, mesmo com o acúmulo de cargos. Um homem de Estado que não poupou esforços em suas importantes funções.

2.3.4 - O político

Estamos, assim, diante de um homem, acima de tudo, político. Dessa forma, para além de um homem religioso, é preciso contextualizar o seu lado de governante.

O período de governo de D. Henrique é o final do século XVI, onde ocorrem intensas crises: demográfica (epidemia e guerra), integração dos indivíduos na sociedade e forte mobilidade social e geográfica.

Trata-se, ainda de sociedades caracterizadas por um profundo conservadorismo: político e religioso, em que se procura fortalecer a ordem estabelecida – monárquica e eclesiástica, através de atitudes de vigilância e intolerância, comuns a sociedades católicas e reformadas. (POLÓNIA, 2009, p. 160)

D. Henrique assume o seu governo sem muita estratégia de mudanças ao que já estava estabelecido por D. Catarina¹⁷. A frente da administração de Portugal reedita em 1565 as *Ordenações Manuelinas* e, em 1569 publica as *Leis Extravagantes*, as quais passaram a serem as ordenações jurídicas do reino. Percebe-se, portanto, que durante o seu governo, D. Henrique muito se preocupou com as questões legislativas, sistematizando os procedimentos e bases do funcionamento judicial. Outra preocupação sua foi com a questão das finanças públicas. “Maior justiça fiscal e melhor arrecadação de receitas são, sem dúvida, meios consistentes para o saneamento financeiro do reino” (POLÓNIA, 2009, p. 190).

Segundo Polónia (2009), outro investimento presente durante o governo de D. Henrique foi a fortificação da costa portuguesa, pois era preciso uma maior vigilância a fim de se defender de possíveis ataques. Paralelamente a isso, elaborou toda uma reorganização militar. Ainda no que se refere à defesa, foram realizadas melhoras nas navegações ultramarinas, em virtude dos ataques de pirataria nas rotas oceânicas.

No panorama da regência do Cardeal, também é importante citar as reformas de ordens religiosas e militares e o apoio do ensino público por meio dos colégios. Por fim, se a atuação de D. Henrique não se revelou brilhante, é um

¹⁷ Com a morte de D. João III em 1557, o único filho sobrevivente do monarca, D. Sebastião, herda o trono com apenas três anos de idade. Por conseguinte, devido a pouca idade do novo rei, sua regência foi assegurada por D. Catarina de Áustria, sua avó, e pelo seu tio, o Cardeal D. Henrique, sucessivamente.

equivoco deixar de situar a sua contribuição na afirmação de um Estado moderno, centralizado e regido por leis.

D. Henrique muito se dedicou pelo reino de Portugal. Desempenhou funções políticas, pastorais, religiosas, dentre outras. Évora era uma cidade próxima de Lisboa, facilitando, assim, o percurso para as devidas reuniões do conselho real que nela ocorriam. Desde 1557, quando se tornou coadjutor de D. Catarina na regência do reino, os encontros políticos tornaram-se constantes. Este seria, portanto, o motivo de sua ausência na edificação da Universidade eborensis (1559).

Concluindo este capítulo podemos afirmar que o modelo de sociedade em Portugal no século XVI apoiava-se em um padrão religioso. O rei, nesse modelo, representava o próprio Deus, sendo o mediador da sua relação com o homem. Dessa forma, as atitudes dos monarcas nesse período precisam ser analisadas por essa vertente. O ser português no momento era o mesmo que ser católico. Sendo esse fato motivo de muito orgulho da nação. Por conseguinte, compreende-se que os valores eram cobrados de toda a sociedade. Prova disso é o apreço que as ordens religiosas adquirem no reino português, especialmente a própria Companhia de Jesus, que passa a dedicar-se também a essa formação moral. O trabalho realizado na Companhia passa a ser conhecido no reino a ponto do próprio cardeal edificar uma Universidade em Évora para administração dos jesuítas. É nesse contexto, portanto, que temos a fundação da Universidade eborensis no ano de 1559.

3. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI: O COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO E A UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Neste capítulo nosso objetivo é apresentar o contexto educacional lusitano que permeou o século XVI. Para tanto, faz-se necessário entendermos o ensino nos primeiros colégios da Companhia de Jesus, especialmente em Portugal, anteriores ao próprio Colégio do Espírito Santo (1553) e Universidade de Évora (1559).

Lembrando que tanto a Igreja como a sociedade leiga se encontravam em um contexto de crise moral e religiosa, os integrantes da Companhia de Jesus passaram a defender a educação como um meio de restaurar a alma da Igreja, como, também, afiançavam que ter uma boa formação ajudaria na conquista de novas almas cristãs. Assim, a ordem inaciana apostou na educação como um meio de transformar tanto a Igreja como a sociedade, ao constatar a falta de homens qualificados frente aos novos desafios da modernidade.

Como vimos anteriormente, Portugal no século XVI vivenciou um contexto cultural marcado pela afirmação do humanismo renascentista e pelas ideias da modernidade¹⁸. Nesse cenário, portanto, é que surgem os primeiros colégios dos jesuítas e a Universidade de Évora. Dessa forma, vamos abordar neste capítulo a história da edificação da Universidade eborense enquanto um complexo pedagógico do período, sua organização, seus professores e alunos, assim como sua participação decisiva nas ações missionárias.

Apesar dessa organização ser voltada para a formação de religiosos, podemos verificar por meio de suas práticas pedagógicas que seus métodos superavam o objetivo primeiro. Consideramos que a Universidade e suas instituições anexas, formavam tanto para os quadros da Igreja como para funções administrativas da Coroa. Dessa forma, apesar de ter sido um dos locais de formação imbuídos desse clima de reforma, contraditoriamente, a mesma também apresentou aspectos de ruptura por meio de suas atividades pedagógicas se mostrando abertos à ciência.

Para averiguar nossa hipótese, faremos uma análise dos segundos estatutos da Universidade de Évora, elaborados pelo Cardeal D. Henrique e

¹⁸ “O Humanismo fez da instrução o principal meio da educação. [...] A educação foi uma das grandes opções criadoras do mundo moderno” (DELUMEAU, 1923, p. 351).

reformados pela Companhia de Jesus. Entretanto, neste segundo capítulo nos atentaremos apenas aos seus dois primeiros livros, relacionados aos ofícios da instituição e aos costumes dos alunos, assim como a forma de organização do espaço. Os livros três e quatro do respectivo estatuto serão analisados no próximo capítulo, pois estão mais vinculados à questão educacional, ao currículo, assim como às demais práticas pedagógicas existentes na instituição, permitindo a análise do tipo de formação existente em Évora.

Muitos dos que estudaram no Colégio e Universidade de Évora, posteriormente migraram para outras terras, inclusive brasileiras. Por conseguinte, não podemos nos esquecer de que para além da História de Portugal, estamos nos referindo a História da Educação do Brasil.

3.1 – OS COLÉGIOS DA COMPANHIA DE JESUS EM PORTUGAL

Conforme mencionamos no primeiro capítulo, com o término da Idade Média, a Igreja Católica se encontrava em crise. Nesse ambiente que deveria ser religioso, comumente se encontravam casos de corrupção e atitudes mundanas. Em meio a esses conflitos, uma figura se destacou: Inácio de Loyola. Vendo os males que abalava sua Igreja, decidiu organizar uma ordem religiosa frente às necessidades da vida moderna. Nascia assim a Companhia de Jesus que, diferentemente de outras ordens monásticas isoladas, seus membros peregrinavam pelo mundo afora.

Com o movimento intitulado de Renascença¹⁹ dominando os espíritos da época, uma característica do período era o desejo do conhecimento. Com base nesse princípio é que Inácio de Loyola desejava compor sua ordem, permeada por homens eruditos.

Para esse efeito [a Companhia de Jesus] institue casas de formação científica e literaria com um methodo de estudos vagaroso e solido e determina que sejam admittidos na sua ordem

¹⁹ “A Renascença caracteriza-se essencialmente pela volta tumultuosa e entusiasta à antiguidade clássica. Grécia e Roma – depois do parêntese “bárbaro” da idade do meio – surgiram como fontes de beleza humana imortal. E não foi só na literatura que os seus escritores se impuseram como modelos insuperáveis do bem dizer. A pedagogia dos seus mais celebres educadores “renasceu”, também dela, aureolada com o respeito e veneração das cousas antigas” (FRANCA, 1952, p. 9).

jovens que pelo talento e virtude dêem fundadas esperanças de que hão de vir a ser doutos e proficuos à sociedade. (RODRIGUES, 1917, p. 10)

Inicialmente os integrantes da Companhia de Jesus recebiam sua formação em colégios onde também poderiam residir. Com o tempo, tais instituições passaram a aceitar a adesão de estudantes leigos e, com isso, obtiveram um processo de expansão, ocorrendo um considerável crescimento dos colégios dos jesuítas, principalmente em Portugal.

Inácio de Loyola desejava a difusão do que para ele era a verdadeira ciência, e a melhor forma para isso seria a formação das novas gerações. Assim, juntamente com a formação de religiosos, a Companhia de Jesus passa a se dedicar à instrução da juventude, alargando sua esfera de ação. Segundo Rodrigues (1917, p. 11), esse alargamento era essencial visto que o seu objetivo era a “regeneração” e “elevação” da humanidade. Era preciso, portanto formar homens de caráter ao modelo divino.

A abertura de colégios para estudantes não religiosos não era uma ideia inicial nos planos da ordem de Inácio de Loyola. Para Franca (1952), isso aconteceu devido a necessidade do momento e por ser a educação um instrumento eficaz de renovação cristã.

Conforme Rosa (2013), a Companhia de Jesus atraía as camadas mais jovens da sociedade, em virtude de suas pregações. Os integrantes da ordem inaciana perceberam o quanto a educação poderia contribuir para a transformação da sociedade portuguesa, ao introduzir na sociedade cristã uma nova consciência. “Pelo ensino, a Companhia acreditava transformar a sociedade à luz do seu ideário ‘reformista católico’ e, ao mesmo tempo, assegurar a sua afirmação enquanto Ordem” (ROSA, 2013, p. 24).

Para podermos compreender a educação nas instituições jesuíticas no século XVI, não podemos nos esquecer de que para a pedagogia inaciana, instrução e educação deviam progredir juntas. A Companhia de Jesus era uma organização religiosa que se utilizava da ciência e do ensino para promoverem o que consideravam a verdadeira religião. Entretanto, não podemos analisá-la como uma ordem meramente científica, pois ela está imersa dentro do ambiente religioso da sociedade descrito no capítulo anterior. Analisando a ordem sem pré-conceitos, veremos que a educação dada por eles correspondia aos anseios da

sociedade do momento, visando “aperfeiçoar todo o homem em si mesmo e a lhe desenvolver todas as faculdades, de modo que se torne membro digno da família, não prejudicial, mas útil à sociedade e capaz de tender para Deus” (RODRIGUES, 1917, p. 13).

Tendo os fundadores da Companhia de Jesus frequentado a Universidade de Paris, torna-se compreensível que tenham adotado o método daquela instituição em seu projeto pedagógico. O primeiro colégio dos jesuítas destinado também para estudantes leigos e o primeiro a se utilizar do *modus parisienses*²⁰ foi o Colégio de Messina, na região italiana. O método de Paris comportava a distribuição dos alunos em classe, realização de exercícios escolares pelos estudantes e mecanismos de incentivo ao trabalho escolar.

Segundo Costa (2004), o *modus parisiensis* juntamente com outros estudados anteriormente pelos jesuítas formaram o primeiro esboço do *Ratio Studiorum*²¹ do qual foi enviado de Roma para as instituições que iam sendo fundadas em diversos países, visando a uniformização e a organização do funcionamento dos colégios.

Com o êxito do Colégio de Messina, o fundador da ordem dos jesuítas estabelece em Roma um colégio modelo, destinado à formação dos futuros professores, contendo em seu currículo aulas de latim, grego e hebraico. Assim, em 1551 temos a fundação do Colégio Romano, considerado o mais ilustre e tido como modelo para as demais instituições pedagógicas jesuítas.

Antes dos primeiros colégios públicos²² dos jesuítas em Portugal, os mesmos já estavam inseridos no meio educacional por meio do Colégio de Jesus de Coimbra (1542) e Colégio do Espírito Santo de Évora (1551). Entretanto, ambos possuíam um ensino privado ao serem destinados apenas aos membros da Companhia de Jesus.

²⁰ “Para o Colégio de Messina foram escolhidas pessoas com uma excepcional preparação [...] professores, de várias nacionalidades, tinham em comum o facto de terem estudado na Universidade de Paris, razão que explica a opção pela Companhia do Modus Parisiensis”. (Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/_private/hj.htm)

²¹ Plano de estudos da Companhia de Jesus que significou a institucionalização das atividades. Segundo Rodrigues (1917), o *Ratio Studiorum* tornou-se referência, pois definia os métodos a serem adotados na educação dos colégios jesuítas. O *Ratio* foi elaborado ao longo de 50 anos, com experimentações práticas de suas versões, e foi finalizado e oficializado em 1599.

²² O termo “ensino público” no século XVI refere-se ao fato dos colégios aceitarem não apenas estudantes religiosos, mas também, jovens da sociedade em geral.

Conforme Rodrigues (1917), no início do ano de 1553, partiram de Coimbra o P. Cypriano Soares e o P. Manuel Alvares para fundar o Colégio de Santo Antão em Lisboa. De início não conseguiram inaugurar o Colégio em local separado, assim, foi edificado na mesma casa de Santo Antão, onde, desde 1542, os jesuítas já estavam instalados. Contudo, com o crescimento do número de estudantes, fez-se necessário a construção de um novo edifício para acomodar os numerosos estudantes que frequentavam o espaço. Com o Colégio de Santo Antão se inicia as aulas públicas a título gratuito em Portugal²³.

De acordo com Rodrigues (1931), foi notável o crescimento da obra jesuíta e o êxito que ela vinha tendo junto a sociedade portuguesa. Por conseguinte, o que mais despertava a admiração dos cidadãos de Lisboa, ainda segundo Rodrigues (1931) era a transformação rápida e intensa da juventude, que demonstrava estar mais piedosa e cheia de bons costumes.

No contexto do movimento conhecido como Renascimento, D. João III objetivou-se em “renovar a cultura portuguesa e reestruturar o sistema escolar do reino, de acordo com as exigências humanistas” (ROSA, 2013, p. 17). Como marco desta tentativa do monarca, temos o Colégio das Artes, que tinha por objetivo tal reorganização.

O Colégio das Artes, criado pelo rei D. João III, tinha como objetivo a preparação de estudantes para o ensino universitário. Antes dele os portugueses tinham que se deslocar para outras regiões, para tal estudo. Por conseguinte, no ano de 1547 o Colégio inicia suas atividades, tendo início na cidade universitária o ensino público, ao ser também destinado a alunos não religiosos.

O Colégio das Artes prosperou rapidamente e o número de estudantes cresceu consideravelmente. Entretanto, nem tudo eram “flores” para o famoso colégio que, cinco meses após sua inauguração, teve que enfrentar a morte repentina de Mestre André de Gouveia, seu primeiro reitor. Conforme Rodrigues (1931), além da morte do pedagogo, o Colégio também se deparou com uma crise moral entre seus professores, abalando a reputação da instituição.

Em meio as constantes oscilações que o Colégio das Artes vinha enfrentando, D. João III, ao observar o sucesso dos colégios dos jesuítas, decide, no ano de 1555, entregar o mesmo para a administração da Companhia de Jesus.

²³ Em Évora passou a ser público e gratuito em 1553 e Coimbra em 1555 com o Colégio das Artes.

O monarca estabelece que o Colégio ficaria independente da Universidade de Coimbra e isento da jurisdição do reitor; e as leis seriam modeladas pelas regras da Companhia.

Rodrigues (1931) considera que o Colégio de Artes, juntamente com a educação e o ensino que ali eram oferecidos, nada perdeu com os novos professores. Foi benéfico e contribuiu decisivamente na formação daquela juventude acadêmica.

A fundação do colégio era realizada quando alguma cidade, príncipe ou pessoa particular, contribuía com as rendas para a sua manutenção.

Ao colégio dava-se princípio da seguinte maneira. Nomeavam-se três ou quatro mestres de letras humanas. O primeiro começava a ensinar aos mais pequenos os rudimentos da gramática; o segundo tomava à sua conta os que tinham alguma mediania de latim, e o terceiro cuidava dos que haviam de aperfeiçoar-se nos preceitos da arte gramatical. O quarto seria o professor de humanidades, que exercitaria os jovens mais adeantados na língua latina e grega e também na hebraica. Publicando-se a abertura das escolas, admitiam-se nelas gratuitamente quantos o desejassem e soubessem já ler e escrever. (RODRIGUES, 1931, p. 287)

Como já descrito, o ensino nos colégios da Companhia de Jesus em Portugal era gratuito. Contudo, a situação de pobreza do aluno deveria ser avaliada pelo Superior, a fim de verificar se o mesmo realmente não tinha condições financeiras. Dessa forma, era realizada uma pesquisa sobre as reais necessidades econômicas dos alunos.

Segundo Rodrigues (1931), os menos favorecidos tinham a oportunidade de encontrar nesses colégios, o que teriam que pagar em outro. Dos estudos colheriam frutos dos quais retribuiriam ao serviço de Deus²⁴. Alguns defendiam a não admissão de quaisquer filhos do povo, mas sim, que os colégios fossem destinados à formação dos filhos da nobreza²⁵. Entretanto, os religiosos da Companhia não concordaram com tal argumentação e abriram as portas dos colégios para todos.

²⁴ Segundo Delumeau (1923), apesar do ensino nos colégios dos jesuítas ser gratuito, a maioria dos alunos era formada de pessoas com condições financeiras, pois os filhos de família pobre tinham que trabalhar nas casas dos patrões de seus pais.

²⁵ Justificavam-se afirmando que se os mais pobres provassem o gosto das letras e se aperfeiçoassem nos estudos poderia faltar mão de obra para ofícios mais humildes. (RODRIGUES, 1931).

Conforme o aumento de colégios e alunos, temos, conseqüentemente, o crescimento do número de membros da Companhia de Jesus em Portugal. Conforme o *Manuscrito da Livraria da Universidade de Évora*, no ano de 1571 a Província jesuítica portuguesa estava formada da seguinte maneira:

Há na província 8 Colégios: Coimbra, Porto, Braga, Bragança, Évora, Angra das Ilhas Terceiras, Funchal das ilhas da Madeira, em Lisboa o Colégio de Santo Antão, e a Casa de São Roque. Somos ao todo 460, os 103 sacerdotes, 299 mestres e escolares e os demais coadjutores e oficiais, do qual número 25 são professos de 4 votos, 21 de três, assim segundo o que as Constituições dizem como para ser ordenados, fazer a profissão de quatro votos. E de três (votos) 8, os coadjutores espirituais são 6 e temporais formados 4. (*Apud Rosa, 2013, p. 89*)

Estes dados nos mostram o êxito que obteve a educação nos colégios dos jesuítas. Por conseguinte, com o seu crescimento, temos as vozes contrárias à mesma, que surgiram principalmente no início do século XVII, alegando que por conta da formação nos colégios estava faltando mão de obra no país. “[...] minguavam braços para as armas, para a agricultura, para a indústria, para o commercio e sobejavam advogados e sacerdotes” (RODRIGUES, 1917, p. 405). Pediam as vozes contrárias que diminuíssem os estabelecimentos de ensino dos jesuítas; O que na prática não ocorreu.

Era exigência para a admissão nos colégios jesuíticos por parte dos alunos a obediência aos mestres em relação aos estudos, que se confessassem ao menos uma vez a cada mês, participassem da missa aos domingos, guardassem modéstia e tivessem compostura nas palavras e ações. Para quem se desviasse, seriam aplicados castigos, entretanto, sem contato físico.

Rodrigues (1917) provoca o seguinte questionamento: Qual era o tipo de educação dada aos estudantes que frequentavam os colégios jesuítas? Pode-se dizer que o ideal de educação para época foi realizado pelos jesuítas, pois formavam homens católicos de fé, de honra e moral, com sentimentos nobres e prestativos para as circunstâncias da vida em geral.

A educação em Portugal no século XVI estava diretamente ligada à religião. Conforme o pressuposto de que a sociedade educa de acordo com o tipo de homem que se quer formar, podemos averiguar que nesse período, os valores cristãos, e no caso, do catolicismo, eram o que o homem precisava exercer.

Analisando o objetivo educacional da sociedade de *quinhetos* em Portugal, pode-se afirmar que a Companhia de Jesus alcançou os mesmos, tanto na educação moral como nas letras. Com seu processo pedagógico, os jesuítas corresponderam ao ideal do período, formando homens honrados, intelectuais equilibrados.

3.2 – HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

D. João III, ao descrever sobre a cidade sede da Universidade no ano de 1540, afirmou que “Évora é uma das principais cidades do reino de Portugal e do Algarve, e de mais povoação de gente nobre e povo, tirando Lisboa” (SOARES, 2012, p. 165). Tal importância adquirida pela cidade, deve-se, conforme Soares (2012), às passagens constantes de sucessivos reis portugueses. D. João II, D. Manuel e D. João III permaneciam meses a até anos em terras eborenses.

O Cardeal D. Henrique, arcebispo em Évora entre os anos de 1540 a 1564²⁶, se preocupava com a falta de clero bem preparado para a sua diocese e, em virtude disso, solicita a construção de um Colégio em Coimbra para a formação dos religiosos. Concomitante, no ano de 1550, por meio de um convite do próprio Cardeal, seis jesuítas percorrem a região do Alentejo obtendo considerável êxito.

No ano de 1550 por assim lho persuadir o Infante D. Luís seu irmão, o Infante Arcebispo pediu alguns Padres, que andassem fazendo missões no Arcebispado. Foram de tanto proveito nos povos, que o Arcebispo entrou em pensamentos de lhe dar casa estável nesta cidade. Queria também o Infante D. Luís, que seu filho D. António estudasse Teologia em Évora, julgou que o ajudaria assim no estudo, como nos costumes alguns estudantes da Companhia que fossem seus condiscípulos. (ÉVORA ILUSTRADA *apud* ROSA, 2013, p. 74)

Dessa forma, com o propósito de receber os religiosos em seu arcebispado, decide o Cardeal por fundar um colégio para administração da Companhia de Jesus. Conforme Rosa (2013), com esse propósito, suspende-se

²⁶ D. Henrique, irmão de D. João III, nascido em 1512 foi elevado em 1532 a arcebispo de Braga, em 1540 a arcebispo de Évora, em 1545 a cardeal, em 1564 a arcebispo de Lisboa, em 1572 é eleito regente e em 1578 Rei de Portugal; morreu em 1580 (STEGMULLER, 1959, p. 37).

as obras do colégio de Coimbra para investir nesse novo projeto. Simão Rodrigues aceita o pedido do Cardeal e passa a administrar a nova comunidade.

Após aceitar o convite, Simão Rodrigues nomeia nove religiosos para constituir a nova comunidade, vindos um de Lisboa e oito de Coimbra, os quais chegaram em 5 de outubro de 1551. “Foram eles o Padre Melchior Carneiro, nomeado reitor, o Padre João Cavillon, francês, quatro estudantes de teologia, Afonso Barreto, Marçal Vaz, Miguel de Barros e Pedro da Fonseca e três irmãos coadjutores” (CID, 1997, p. 396). Essa é, portanto, a comunidade que vai dar origem na nova fundação de que mais tarde seria conhecida pelo nome de Colégio do Espírito Santo e Universidade de Évora.

Enquanto as obras eram concluídas, os jesuítas tiveram que se alojar por várias residências. “Deram-lhes alojamento no Mosteiro das Religiosas, de S. João de Malta, ou do Hospital, nas casas do cônego Diogo Ferreira, e, em 1553, nos Paços Reais de S. Francisco” (ROSA, 2013, p. 76); Apenas no Natal de 1554 se instalaram definitivamente no novo edifício, que ainda estava em término de construção. O Colégio é, portanto, inaugurado antes do término das obras e a Companhia de Jesus assume antes desta finalização.

O Colégio do Espírito Santo é inaugurado em 28 de Agosto de 1553 como escola pública, sendo estabelecido inicialmente três classes de Humanidades, onde se ensinava grego e latim e uma aula de Casos de Consciência, destinados à formação prática dos clérigos. Segundo Rosa (2013), a frequência escolar de início teria chegado perto de 200 alunos e, com o seu crescimento, foi preciso aumentar mais uma classe de Humanidades.

O Cardeal D. Henrique alegrou-se demasiadamente com o andamento do Colégio. Sempre que podia visitava a Instituição, assistia às aulas, ouvia os professores e se orgulhava do bem que estava sendo feito nas almas dos jovens, sendo que por meio deles se beneficiava a diocese eborense e a sociedade portuguesa.

[...] podemos inferir que era genuinamente cristã, elevada e nobre a educação que recebia aquela juventude no colégio do Espírito Santo de Évora. O povo e câmara da cidade com a vista de tão belos frutos cresciam em favor e benevolência para com os autores de tamanho bem. (RODRIGUES, 1931, p. 310)

O Colégio foi motivo de muita satisfação e, por conta desse triunfo, instituiu-se em 1556 um curso de Artes ministrado pelo professor Padre Inácio Martins²⁷. O curso veio a somar para o sucesso das aulas, elevando o seu nível de instrução. Podemos dizer que o mesmo foi decisivo no desejo do Cardeal D. Henrique em elevar o Colégio à categoria de Universidade.

Segundo Gomes (1960), quando D. Henrique pode se fazer presente em uma das aulas do curso de Artes, ficou admirado com o que viu. Não obstante, a fim de dar uma melhor prova da qualidade do curso, o reitor P. Leão Henriques propõe a celebração de disputas públicas que poderiam estimular ainda mais os estudos, como também, manifestar o progresso das disciplinas. Entretanto, conforme o autor, as disputas também exerciam outra função, que era evidenciar o ensino em Évora e atrair novos estudantes.

Após oito meses do início das disciplinas, a fama do Colégio em Évora se espalhou a ponto de suas aulas serem frequentadas por mais de trezentos estudantes, inclusive alunos estrangeiros. Dessa forma, D. Henrique foi objetivando a ampliação do Instituto, desejoso de elevá-lo a categoria de Universidade.

Conforme Veloso (1949), esse desejo de D. Henrique começou a partir do momento em que ele se depara com o sucesso e crescimento do colégio. O Cardeal começou a discursar que eram poucos os mestres, em razão de ter crescido o número de estudantes. Assim, começou a traçar, em seu pensamento, a criação de uma Universidade, a qual fosse entregue à Companhia de Jesus, para que nela se ensinasse todas as ciências necessárias para a formação de um bom pároco e de um pregador.

O Cardeal D. Henrique enfrentou contratempos para a realização do que idealizava, como, por exemplo, a oposição da Universidade conimbricense.

Logo que o reitor e os lentes da Universidade de Coimbra conheceram a intenção do Cardeal, por todos os meios trataram de se opor a que ela fosse posta em execução; e tanto se empenharam junto de El-Rei, que não foi possível a D. Henrique alcançar do irmão mais do que licença para criar em Évora uma cadeira de Filosofia ou Artes. (VELOSO, 1949, p. 35)

²⁷ O Padre Inácio Martins (1531-1598), nasceu em Gouveia, filho de Martins Lourenço e de Brites Álvares. Entrou para a Companhia de Jesus em Coimbra em 1547. Foi o primeiro Lente que ensinou Filosofia em Évora (1556-1559) e doutorou-se em Teologia (1570).

Mesmo com a oposição da Universidade conimbricense, D. Henrique rogava para que o Papa lhe concedesse a permissão de se instituir uma Universidade em Évora. Suas justificativas se encontram em carta escrita ao embaixador português em Roma D. Afonso de Lencastre aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de 1558.

<<Vendo eu, explicava ele, a muita falta de há em estes reinos, de teólogos e pessoas que possam ensinar a doutrina cristã e palavra de Deus ao povo, e assim os muitos benefícios curados que nele há, que muitas vezes não são providos de pessoas tão doutas e suficientes como é necessário e se requiere para o serviço de Nosso Senhor e salvação das almas (...) por suas pobrezaas, como por serem lugares tão remotos da dita Universidade, o que parece se podia remediar com se instituir e criar em o meu colégio de Évora uma Universidadezinha em que sòmente se lessem línguas, artes, teologia e casos de consciência (...) vos agradecerei muito de minha parte o representardes a S. Santidade e lhe dizerdes quanto fruto e serviço a Nosso Senhor de pode com isso fazer , por a cidade de Évora estar em meio dos lugares mais remotos que em este reino há da Universidade de Coimbra.>> (*apud* RODRIGUES, 1931, p. 313)

Solicitava autorização papal justificando que era preciso uma universidade em Évora, pois existia a falta de teólogos para ensinar a palavra de Deus ao povo e a cidade se encontrava longe de Coimbra dificultando a possibilidade das pessoas se locomoverem até lá para estudarem.

O Cardeal não estava sozinho, pois a rainha regente D. Catarina reforçou o pedido de seu cunhado por meio de carta ao mesmo diplomata D. Afonso de Lencastre. Podemos averiguar dessa forma que D. Henrique passou a ter o apoio da Coroa, após a morte de seu irmão, D. João III.

Segundo Veloso (1914), após pouco mais de um ano da morte de seu irmão, D. Henrique consegue do papa Paulo IV uma bula especial a fim de fundar em Évora, sob a direção da Companhia de Jesus, uma universidade, na qual poderia se ensinar todas as ciências, com exceção de Medicina, Direito Civil e parte do Direito Canônico, podendo, assim, conferir a seus alunos os graus de bacharéis, licenciados, mestres e doutores.

Alcançou o que desejava o cardeal D. Henrique:

No ano seguinte a novas súplicas do infante confirmou Paulo IV pela bula de quinze de abril a erecção da Universidade com todas as concessões que se haviam feito nas letras da Penitenciaria. Chegaram estas a Portugal pelo mês de abril de 1559, e logo o

cardeal se dispôs a executar sem demora o que elas lhe concediam. (RODRIGUES, 1931, p.315)

As resistências enfrentadas não impediram D. Henrique de continuar lutando por seu projeto educacional. Por conseguinte, consegue autorização da edificação da Universidade no ano de 1559.

3.2.1 - A fundação da Universidade de Évora

Consideram alguns autores que o sonho de fundar um “estudo geral”, na cidade de Évora, remonta ao tempo de D. Manuel, o qual, “em 1520, comprou ao coldel-mor e sua mulher, respectivamente, Francisco da Silveira e D. Margarida de Noronha, um terreno que possuíam junto ao Moinho de Vento” (ROSA, 2013, p. 73).

Esta discussão é abordada pelo pesquisador português Fernando Castelo Branco, em *O problema da criação por D. Manuel I de uma Universidade em Évora*. Para o autor, por meio de novos documentos históricos podemos ter novas interpretações desconstruindo informações tidas como certas e inquestionáveis. Inclui-se nesse quadro a afirmação que vem se repetindo desde o século XVII, de que D. Manuel I tentou em 1520 fundar uma Universidade em Évora. Conforme Branco (1967), é na quinta parte da *Monarchia Lusytana* de 1650 que aparece pela primeira vez a informação. Citemos o trecho em questão.

[...] o zelo delRey Dom Manuel, que não contente com a Universidade de Lisboa, cõprou na cidade de Evora, junto ao moinho de vento hum chão, que era do Coudel mór Francisco da Silveira e de sua mulher D. Margarida de Noronha, para nelle se fazer o estudo que ordenava. Foi isto no anno do Senhor de mil quinhentos e vinte; e pode ser que esta fosse a causa de escolher EIRey Dom Henrique seu filho esta mesma cidade para assento da Universidade que aly fundou. (BRANDÃO, 1650, p. 167)

Com base neste documento diversos autores passaram a interpretá-lo como uma tentativa de D. Manuel em fundar uma Universidade em Évora. Por conseguinte muitos historiadores levaram isso como uma verdade absoluta, considerando-a como antecessora da criada pelo cardeal D. Henrique.

Conforme Branco (1967), o trecho da obra *Monarchia Lusytana* não descreve de forma explicita que se trata da fundação de uma universidade,

implicitamente está sim direcionando para um estudo de nível superior. Dessa forma, para sanar suas dúvidas o autor consultou a fonte utilizada por Fr. Francisco Brandão, o documento transcrito no Livro VI dos *Místicos*, guardado atualmente na Torre do Tombo.

Fernando Castelo Branco identifica no documento a referência a *estudos*, não afirmando o grau do mesmo. Assim, podem estes *estudos* ser universitários ou não. Dessa forma, a afirmação de que D. Manuel I queria fundar uma universidade em Évora não teria uma base de afirmação, isso porque, ficou-se em aberto a questão de qual grau de estudos o rei teria projetado. Por conseguinte, o autor suscita o seguinte questionamento: se esses estudos fossem universitários, “se representassem mais um esforço para instalar no nosso país, uma segunda universidade, [...] não seria natural que o documento o referisse por forma clara e explícita?” (BRANCO, 1967, p. 12). Dada a importância, o autor acredita que sim.

O que também causa certa estranheza é esse desejo não ter deixado vestígios documentais, especialmente na carta de D. Henrique a Afonso de Lencastre. Tendo o Cardeal o interesse pela edificação da universidade, não teria motivos de justificar a sua pretensão com este argumento, reforçando que seu pai assim já o desejava? Entretanto, em nenhum momento sua carta se refere a isso.

Pode-se averiguar, portanto, que, “sustentar que em 1520 foi criada uma universidade em Évora é pelo contrário sustentar uma afirmação a que falta o imprescindível apoio documental” (BRANCO, 1967, p. 20).

Sustentamos que para se compreender a fundação da Universidade de Évora precisamos rever os antecedentes da mesma. Segundo Rosa (2013), no processo de edificação da universidade eborense, precisamos levar em conta uma série de fatores. Em primeiro lugar, é preciso considerar a ideia de D. Manuel instaurar um ensino em Évora, sendo ele universitário ou não. Em segundo lugar, sua fundação seria possível apenas se Portugal disponibilizasse de um “corpo pedagógico que, corporizando uma nova metodologia, o *Ratio Studiorum*, gozava de confiança de importantes figuras da vida pública portuguesa, incluindo a família real” (ROSA, 2013, p. 24). Fato que, em nosso pressuposto, ocorre apenas com a presença da Companhia de Jesus em Portugal.

[...] A Companhia exercia, na corte, uma importante influência religiosa, com inevitável ascendência sobre os destinos políticos

do reino. A procura de religiosos bem preparados, para realizar o programa de doutrinação cristã, que coexistia com o projeto econômico da expansão portuguesa, levou D. João III, a acolher em Portugal, no ano de 1540, a nova Ordem inaciana, recém-fundada que, rapidamente, ganhou grande estima por parte do monarca. Desta forma, não só lhes concedeu importantes meios materiais e financiamento econômico, assim como, a proteção política e recomendação diplomática, abrindo-lhes as “portas ao mundo”, através do vasto império ultramarino português. (ROSA, 2013, p.24)

Em terceiro lugar, outro ponto importante a se considerar na análise da fundação da Universidade de Évora, é que o mesmo coincidiu com o projeto reformista da Igreja. A Companhia de Jesus construiu as bases para a rede de colégios que se espalhou em Portugal como também para outros territórios da expansão portuguesa. Encontram em Évora um ambiente influente para estabelecerem um colégio, visto que era uma cidade consagrada pelas tradições culturais e local onde a corte permanecia por um bom período. Assim, como pontua Rosa (2013), era de supor que a Companhia de Jesus procurasse fixar-se nela.

Como descrevemos anteriormente, as primeiras fundações de colégios em Portugal apostaram em uma educação aberta também aos leigos. Com isso, o ensino público iniciou-se em 1553 por meio do Colégio de Santo Antão em Lisboa e no Colégio do Espírito Santo em Évora. Com a entrega do Colégio das Artes aos jesuítas em 1555, a Companhia assume uma posição de importância no ensino público em Portugal, “pois tratava-se de um Colégio contíguo à Universidade, no qual se administrava o ensino médio, que depois daria acesso aos cursos universitários” (ROSA, 2013, p. 26). Conforme a autora, após a morte de D. João III ocorre uma mal estar entre os jesuítas e a Universidade de Coimbra, dificultando os trabalhos da ordem. Por conta disso encontraram em Évora uma possibilidade de afirmação da Companhia.

Em quarto lugar, não podemos deixar de situar que a fundação da Universidade somente foi possível após um embate travado com D. João III que se opunha à construção de um novo centro de ensino universitário. Por fim, não podemos deixar de considerar o clima pós-tridentino²⁸ que pairava no ar, que

²⁸ O Concílio de Trento que se iniciou em 1545 e terminou em 1563, foi um evento de grande efeito em nível mundial, com influência na política da Educação na Europa (ROSA, 2013, p. 29).

apostava na formação do clero como uma das soluções para a crise presente na cristandade.

Além de todas essas características elencadas que perpetuam o momento histórico da fundação da Universidade de Évora, temos ainda as motivações de seu fundador, o Cardeal D. Henrique.

Segundo Polónia (2012), a fundação da Universidade de Évora precisa ser entendida em seu contexto, devendo ser analisada enquanto um enfoque pastoral e pedagógico, e não apenas enquanto instituição cultural. Por conseguinte, cabe a importância de se conhecer as motivações de seu fundador: o cardeal D. Henrique. Precisamos considerar que a vida de D. Henrique está relacionada à dinâmica de um período histórico, onde temos intensos debates propícios à mudanças, época de centralização de poder régio, de mecenato, humanismo e de reformas.

Dessa forma, todos os fatores elencados anteriormente propiciaram um ambiente para a fundação da Universidade de Évora no século XVI. O projeto de concretizar sua edificação não foi de imediato. Isso porque, como destacamos, ocorreram resistências, tais como a do próprio D. João III, devido a pressão da Universidade de Coimbra, que até então era a única instituição de ensino superior em Portugal. Tanto é que a devida aprovação da Universidade eborense veio a ocorrer apenas após a morte do monarca.

3.2.2 – As comemorações na edificação da Universidade

Foi em dia de Todos os Santos do ano de 1559 que abriu solenemente a Universidade, “com um dia e três noites de festas ruidosas e magníficas, iluminações, música, descantes²⁹ e encamisadas³⁰” (VELOSO, 1949, p. 14). Na ausência de D. Henrique que estava em Lisboa, envolvido com atividades políticas, a cerimônia foi proferida pelo bispo de Targa, D. Fr. Manuel dos Santos. Estavam presentes bispos do alto clero regular e secular, membros do Senado e da nobreza da cidade.

²⁹ “Viola pequena ou machete. Concerto de instrumentos, e talvez acompanhado de vozes” (MORAES, 1813).

³⁰ “Militar [...] em que as tropas vão vestidas de camisões sobre as armas. [...] Fazem-se também por festa com tochas” (MORAES, 1813).

Segundo Rosa (2013), a inauguração oficial da Universidade foi celebrada com muita festa pela cidade. As festividades tiveram início em primeiro de novembro indo até o quinto dia. “No dia 5, representou-se, no pátio dos estudos, a tragédia de El-Rei Saul, composta pelo Padre Simão Vieira, mestre de Retórica, a qual deve ter tido cerca de sete mil espectadores” (ROSA, 2013, p. 85).

Mediante análise da historiografia acerca do tema, podemos averiguar que um dos destaques da cerimônia de fundação da Universidade de Évora foi do professor de Retórica e Grego, o jesuíta Simão Vieira. Coube ao mestre proferir a oração em louvor das ciências e em agradecimento ao Cardeal D. Henrique. O professor se inspirou na estátua profética de Nabucodonosor descrita no capítulo 2 do Livro de Daniel: no discurso, “colocava a teologia no lugar da cabeça de ouro da estátua, e dispunha as outras ciências no lugar dos restantes metais de que ela era feita” (MIRANDA, 2012, p. 271).

Dando continuidade à abertura, tem-se a entrega da Universidade à Companhia de Jesus, representada pelo padre Doutor Miguel de Torres juntamente com um hino cristão *Te Deum* (de autoria atribuída a Santo Agostinho e Santo Ambrósio). Nesse momento é realizada também a leitura da bula papal de Paulo IV.

Publicada em 15 de Abril de 1559, a bula inicia com uma saudação do papa ao Cardeal. Na sequência, Paulo IV enaltece primeiramente o pedido de D. Henrique, em prol da salvação das almas para na sequência enaltecer a entrega do Colégio e Universidade para a Companhia de Jesus.

[...] tinhas erigido na cidade de Évora, em ordem ao incremento do culto divino e da salvação das almas, um Colégio ou Universidade; e, uma vez, erigido, o confiaras, concederas e doaras aos diletos filhos presbíteros ou chamados Padres da Companhia de Jesus a fim de que, na cidade em que reside a Sede Metropolitana e que sobressai como uma das mais insignes cidades de todo o Reino de Portugal e apta e digna de ter uma Universidade do Estudo Geral, e que dista muito da cidade de Coimbra, na qual floresce um Estudo Geral, tanto os cidadãos dessa mesma cidade, como do seu distrito, e outros habitantes de lugares circunvizinhos, sem dispêndio de grande deslocação, pudessem dedicar-se às Letras, para que, por este meio, aumentasse o culto divino e se colhessem outros bens que advêm do estudo das Letras; era teu desejo [...] uma Universidade do Estudo Geral, na dita cidade de Évora, onde se ensinassem, lessem e explicassem todos os saberes ou faculdades, à exceção da Medicina, do Direito Civil e da parte do Direito Canônico [...] na

qual pudessem ser conferidos todos os graus, inclusive os de Mestre e de Doutor; e que esta ficasse submetida ao cuidado, governo e administração dos mesmos presbíteros ou padres da dita Companhia de Jesus, mas sob a tua jurisdição e correção ou do teu Vigário, durante o tempo de tua vida [...] e, daí para o futuro, daquele que te suceder como Arcebispo de Évora ou do nosso caríssimo filho em Cristo, o ilustre Rei de Portugal [...] (BULA , 1559, p. 1)

Neste documento podemos averiguar a importância que se atribuía à cidade de Évora, identificada como apta a receber tal estudo. Também é possível perceber que além da preocupação com o estudo das letras, a Universidade de Évora desejava colher outros bens cristãos. Deixa claro na bula que a mesma não ensinaria Medicina, Direito Civil e parte do Direito Canónico.

Na sequência da inauguração, um dos momentos mais esperados da celebração foi a representação da tragédia de autoria de Simão Vieira.

A peça era de tema bíblico, em língua latina, sobre a morte do Rei Saul, e desenrolava-se ao longo de cinco actos. Foi representada ao ar livre, num grande palco erguido para o efeito no pátio das escolas, diante de uma multidão que as fontes históricas contabilizam entre seis e sete mil espectadores, que permaneceram de pé durante as três horas do espetáculo. Foi este, na verdade, o acontecimento mais notável na vida da cidade, de tal forma que o analista, ao enviar para Roma a crónica das coisas do Colégio de Évora, as resume a suas principais: *“una dellas la fundación y erección desta universidad; la outra la tragédia que para se celebrar com major autoridad la mesma fiesta, se ordenó”*. (MIRANDA, 2012, p. 272)

A fonte analisada pela autora foi uma Carta Quadrimestral escrita por Baltasar Pereira, professor da Universidade de Évora. Por meio da quantidade de pessoas presentes durante a celebração, podemos averiguar a importância que a cidade atribuía a tal estabelecimento de ensino. Percebe-se que esse momento foi especial para toda a população de Évora, que acompanhou os atos solenes no momento da inauguração. Todos na cidade, portanto, estavam em festa.

Ao longo da história da Universidade eborense foram inúmeras as ilustres visitas em volta de festas e comemorações. Além das cerimónias oficiais, também se realizava na instituição eventos religiosos, como beatificação ou canonização de membros da Companhia.

Entre as recepções a visitantes ilustres contam-se as de S. Francisco de Borja (1584-1585), coincidente com a chegada da primeira embaixada japonesa à Europa; a de Filipe II (1619); a da

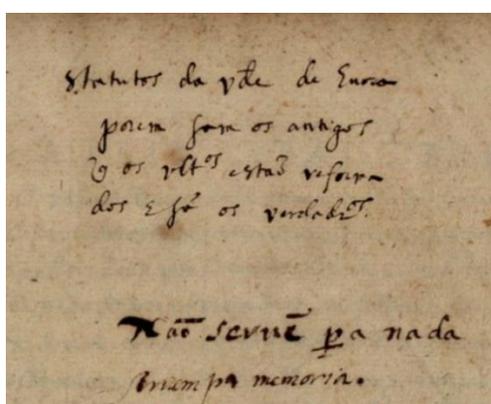
duquesa de Mântua (1634); a do duque de Bragança (1635); a de D. João IV (1643); a de Cosme de Médicis, Duque da Toscana (1669); a de D. Catarina de Bragança, rainha da Inglaterra (1699); as de D. João V em 1716, quando o irmão, Príncipe D. José, frequentava Teologia, e em 1729, ao tempo do recebimento dos príncipes herdeiros de Espanha e Portugal no Caia. (CID, 1997, p. 399)

Percebe-se que quando ocorriam as visitas ilustres, eram realizadas recepções grandiosas que objetivavam atingir toda a população. Os jesuítas procuravam homenagear individualmente, mas, também, receber as atenções da sociedade, a fim de divulgar o seu processo educativo e a competência e qualidade de seus mestres e alunos.

3.3 – OFÍCIOS E COSTUMES NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Edificada a Universidade de Évora foi preciso elaborar os seus estatutos. Em sua gênese a Instituição foi dotada de dois estatutos: os primeiros foram de autoria do próprio D. Henrique, datado do período entre 1559 a 1563; os segundos, e definitivos, “resultante de uma total adaptação deste às constituições da Companhia de Jesus, a quem a direção da universidade fora atribuída, situar-se-iam em 1567” (POLÓNIA, 2009, p.79). A data coincide com a carta régia passada em nome de D. Sebastião, por isso se refere no documento a tal rei.

Os primeiros estatutos elaborados pelo Cardeal D. Henrique, como não foram escritos conforme as Constituições da Companhia de Jesus, não foram aplicados na íntegra. Tanto é que em suas primeiras páginas está especificado que não servem para nada, apenas para memória. Foram, portanto, adaptados conforme as Constituições jesuíticas.



Fonte: Primeiros Estatutos da Universidade de Évora

A análise em nossa pesquisa foi realizada por meio dos segundos estatutos, pois os mesmos é que foram aplicados na Instituição no século XVI. Foram eles elaborados de forma ordenada, com prioridades bem definidas e nos fornecem subsídios para compreendermos toda a organização da instituição, o perfil dos alunos e professores, assim como as orientações pedagógicas. Conforme Polónia (2012), nos estatutos reformados pela Companhia, percebe-se a característica humanista, pois se preocupam em entender as leituras ligadas ao tempo da Grécia Antiga, apresentando S. Tomás de Aquino como divulgador de Aristóteles.

Os segundos estatutos da Universidade de Évora são divididos em quatro livros. O primeiro livro, composto por vinte e seis capítulos, está relacionado aos ofícios existentes na Universidade. O segundo, com seus cinco capítulos, refere-se aos costumes e comportamentos exigidos dos estudantes na Instituição. O terceiro livro, por sua vez, aborda por meio de seus vinte cinco capítulos, o exercício das letras e os graus obtidos na mesma. O quarto livro retrata sobre o tempo de duração, as férias, e o processo avaliativo dos cursos da Universidade.

O reinado de D. Sebastião de Portugal durou vinte e um anos (1557 a 1578), herdando o trono com apenas três anos de idade. Até seus quatorze anos sua regência foi assegurada por meio de sua avó D. Catarina de Áustria, e pelo seu tio-avô o Cardeal D. Henrique. Os estatutos analisados em nossa pesquisa são de 1567, dessa forma, inicia exaltando D. Sebastião como protetor da mesma e, assim, assumindo responsabilidades próprias.

A El-Rei como protector pertence defender e ajudar e favorecer a Universidade, e mandar lhe conservar todos seus privilégios, e entendendo q [que] os officiais ou studantes da Universidade q não forem da Companhia de Jesus e sobre q sua alteza tem jurisdição, não cumpre seus regimentos, ou quaisquer outras obrigações suas mandá-los constranger por via de justiça, pera q sempre se conserve o bom governo ordem e bem da dita Universidade. (ESTATUTOS, 1567, p.1)

Podemos visualizar nesta citação o quão importante era a proteção do rei de Portugal para com a Universidade. O bom andamento e a boa organização também eram de responsabilidade do rei enquanto protetor.

Percebendo o rei o não cumprimento dos devidos estatutos, tinha autorização para enviar aviso aos superiores da Companhia, como também

possuía o direito de informar ao próprio Papa para que fosse resolvida a questão pendente. Enquanto protetor da Universidade, cabia ao rei que guardasse e colocasse em prática os referidos estatutos. Para tanto, declara o seguinte juramento:

Eu El-Rei protector da Universidade de Évora, juro a estes Stos. Evangelhos em q ponho as mãos q daqui em diante quanto em mim for, ampararei e defenderei a dita Universidade com todas as cousas q lhe tocarem segundo vir q lhe mais convém a sua conservação, e proveito, e guardarei as cousas q estão postas neste capítulo de protector o qual me foi lido. (ESTATUTOS, 1567, p. 1)

Assim, enquanto rei de Portugal será também protetor da Universidade de Évora, tendo que praticar as regras contidas no estatuto.

Além do rei de Portugal, outro benfeitor da Universidade era o Arcebispo de Évora, pois tendo um cargo de autoridade, tinha o dever de favorecer e ajudar a Instituição, contribuindo com o seu crescimento. Os religiosos da Universidade (estudantes e oficiais) eram obrigados a respeitar a jurisdição do Arcebispo. Percebe-se que se tratava de uma instituição de interesse tanto para a sociedade religiosa como para a monarquia.

A elaboração dos estatutos da Universidade comprova o envolvimento do Cardeal D. Henrique com o complexo educacional em Évora. Percebe-se que ele conhecia os institutos, tanto que frequentemente os visitava. Não podemos excluir as intenções pessoais de D. Henrique ao desejar uma Universidade em Évora. Entretanto, acreditamos que, em sua gênese, embora sua finalidade fosse a formação de teólogos, a mesma não desconsiderava a formação de outros letrados.

3.3.1 – Organização administrativa

3.3.1.1 - O Reitor

A Universidade de Évora possuía uma organização estruturada, em que a figura do Reitor possuía o ponto máximo de relevância, devido aos seus poderes, regalias e privilégios. Tal importância pode ser averiguada nas próprias Constituições da Companhia de Jesus e nos estatutos da Universidade de Évora.

É o Reitor que terá a responsabilidade total, ou a superintendência e o governo da universidade. Poderá ser ao mesmo tempo Reitor do Colégio principal da Companhia, e deverá ter as qualidades anteriormente mencionadas, a fim de ser capaz de se desempenhar do cargo que lhe foi confiado, isto é, da direção intelectual e moral de toda a universidade. A sua escolha pertencerá ao Geral [...] (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148)

O Reitor da Universidade será sempre o Reitor ou superior do collegio do Spirito Sto. Da Companhia de Jesus. E tanto q for eleito conforme as constituições da Companhia ipso facto será Reitor da Universidade, ao qual todos os officiaes e estudantes e pessoas della eclesiástica e seculares reconhecerão por Reitor e serão obrigados a cumprir seus mandados in licitis et honestis conforme os statutos. (ESTATUTOS, 1567, p. 2)

O Reitor era visto como a função superior dentro do Colégio do Espírito Santo e da Universidade de Évora. Eleito conforme as regras das Constituições da Companhia de Jesus tinha que ser respeitado como tal por todos. Assim, cumprindo-se as normas dos referidos estatutos, deveria o Magnífico se responsabilizar pelo bom governo da Instituição, pela sua administração, pelo conteúdo estudado, pelos oficiais e estudantes nela inseridos. Ambos - oficiais e estudantes - estavam sob as ordens do Reitor, que possuía como uma de suas funções a de estipular as penas e multas quando algum dos integrantes do local não cumprisse com as normas dos estatutos.

Considerando as penas e castigos pouco eficientes e sendo responsável pelo zelo da Instituição, poderia o Reitor expulsar da Universidade quem estivesse interferindo em sua harmonia; Dependendo da agravante cometida a pena poderia ser a expulsão da cidade.

Quando o delito era cometido por pessoa secular, poderia ser punido com prisão por quantidade de dias estipulado pelo Reitor. Sendo eclesiástico, o Conservador³¹ não podia realizar a prisão, entretanto, avaliando a gravidade do delito e merecendo ser preso, mesmo sendo pessoa eclesiástica, o Reitor era autorizado a delatar o caso ao ordinário³² e solicitar a prisão.

Quando julgasse necessário, poderia o Reitor convocar um concelho para se discutir questões pertinentes ao Colégio e à Universidade. As decisões estavam nas mãos do Magnífico, que também possuía autonomia para aceitar ou

³¹ Ver item 2.3.1.4

³² Em Direito Canônico, o Bispo, Arcebispo, ou Prelado. (Morais, 1813)

não um determinado curso. Seu trabalho era visto como essencial, pois ele era um instrumento que poderia contribuir para o êxito dos colégios da Companhia.

O Reitor também tinha poderes sobre as instituições anexas à Universidade. Conforme Rosa (2013), o Colégio da Purificação, por exemplo, era administrado por um vice-reitor com a ajuda de outros padres da Companhia que estavam sujeitos ao Magnífico. O Colégio da Madre de Deus possuía em sua administração um clérigo secular também escolhido pelo Magnífico, assim como o Hospital Real. Percebe-se assim que todos os cargos dependiam da ação direta do Reitor nas respectivas nomeações³³. “Era patente a importância suprema do Reitor, tanto na administração da Universidade e organismos a ela anexas, como na superintendência da vida acadêmica” (ROSA, 2013, p. 107).

Em 1568, um ano após a publicação dos segundos estatutos, por ordem do papa Pio V, a Universidade é desobrigada de toda a jurisdição ou dependência real e eclesiástica, inclusive dos próprios arcebispos de Évora, ficando sujeita apenas ao P. Geral da Companhia de Jesus e a seus delegados. Segundo Veloso (1949), esse privilégio foi solicitado por D. Henrique, do qual também os jesuítas conseguiram, por meio de muitos esforços, mais poder para o Reitor da Universidade.

3.3.1.2 - O Prefeito de estudos, o Cancelário, os Conselheiros e Deputados

Ao Prefeito de estudos cabia a responsabilidade de dar assistência nas aulas de “Latim, Grego, Hebraico, dirigir as matérias dos cursos de Artes, numa orientação escolástica, de modo a preservar a moral e ética dos costumes” (ROSA, 2013, p. 109). Era, portanto, responsável pela parte pedagógica e disciplinar dos alunos.

Já o ofício de Cancelário estava ligado à Companhia de Jesus e por ela era eleito. Sendo um instrumento de ajuda para Reitor, existia uma preocupação com as qualidades da pessoa que iria assumir tal função. Para tal ela precisava ser esclarecida nos estudos, zelosa e de boa reputação, pois encaminhava as disputas realizadas em atos públicos podendo julgar o merecimento dos graus dos alunos.

³³ Com exceção do Conservador Secular, que era eleito pelo Corregedor da Comarca.

Avendo-se de notar em algum dos ditos autos sobre a suficiência do sustentante, o Reitor com ajuda do Cancellário, e do Presidente, ou do doutor mais antigo da dita faculdade, regulará os votos, attendendo com q nisso não aja falta nem erro. (ESTATUTOS, 1567, p. 3)

Como podemos observar, é por meio desses atos públicos que o Cancellário comprovava o merecimento dos alunos em obter os graus de Licenciado, Doutor em Teologia e Mestre em Artes. Era, portanto, um instrumento para o Magnífico no ordenamento dos estudos.

Conforme os segundos estatutos eborenses, além do Cancellário, mais quatro assistentes eram eleitos pela Companhia de Jesus, ficando disponíveis para quando o Reitor os chamasse.

Averá um decano de humanidade e outro da faculdade de artes, e outro da theologia, e outro de casos de consciência, e serão dos mais versados, e de mais experiência da sua faculdade, cujo officio será ter special cuidado, e vigilância sobre as cousas da sua faculdade, pera ver se há alguma de q [que] convenha tratar-se, e prover-se, e fará disso lembrança ao Reitor pera q [que] elle a proponha em Conselho, e determine como for conveniente. (ESTATUTOS, 1567, p. 4)

Sua missão era, portanto, o cuidado sobre o que estivesse relacionado ao seu respectivo curso.

Os segundos estatutos também descrevem sobre o ofício de Deputado. Estabelece a presença na Universidade de dois Deputados pertencentes à Companhia de Jesus, em cada um dos cursos existentes na Instituição. Os mesmos eram eleitos pelo Reitor com parecer de seus conselheiros. Tais Deputados eram membros do Conselho da Universidade, juntamente com o Cancellário e os Decanos.

Outro cargo na Universidade era o do Secretário do Conselho. Tratava-se de pessoa pertencente à Companhia de Jesus que tinha como função anotar os acordos estipulados nos respectivos conselhos. Possuía um livro de matrícula e outro sobre os bens materiais da Universidade. Quando deixava o seu cargo encaminhava os livros para o seu sucessor. “O dito secretário terá também cuidado do cartório da Universidade [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 5).

O cartório da Universidade era um local onde se armazenavam documentos acerca da Universidade, tais como, escrituras, bulas, privilégios. Esses documentos não podiam ser retirados do local. O traslado de algum

documento era realizado somente com autorização por escrito do Reitor, sendo que o mesmo estipulava um prazo para devolução.

3.3.1.3 - O Escrivão, os Bedéis, a livraria e o Guarda das escolas

Conforme os segundos estatutos, a Universidade contava com um Escrivão, que não era integrante da Companhia, tratando-se de um adjunto nomeado pelo Reitor com o parecer de seus conselheiros. Possuía quatro livros: um com informações acerca dos graus que se deram na Universidade, outro sobre os autos realizados para os graus, constando, as aprovações, reprovações, penitências, lições e exames privados para os Licenciados em Teologia, devendo-se constar no mesmo todos os nomes dos presentes; em um terceiro livro, deveria registrar os cursos aprovados, e, por fim, em um quarto livro, deveria ter a relação das matrículas³⁴.

Todos os ditos livros, e quaisquer outros em q [que] o dito escrivão escrever estarão no Collégio fechados em alguma caixa, de q [que] terá hua [uma] chave o dito escrivão e outra o escrivão do Conselho, e serão todos encadernados, numerados, e assinados pello Reitor em cada folha, e não o sendo, não se dará fé ao q [que] se escrever nelles e se fará assento no cabo dos tais livros do número das folhas, e do anno assinado pello dito Reitor, o qual terá cuidado de ver os ditos livros duas vezes ao anno, e saber se guardam contendo neste statuto; e quando acabar de servir seu officio entregará todos os livros q [que] tiver em seu poder ao official que lhe suceder [...]. (ESTATUTOS, 1567, p. 6)

Cabia também ao Escrivão a emissão de certificados como o seu devido recebimento. Por conseguinte, tinha que estar presente em todos os graus, exames privados e autos públicos, onde se precisasse de votos, devendo registrar tudo o que fosse declarado pelo Reitor e pelos demais presentes.

A Universidade também contava com a ajuda de dois Bedéis; Figuras não ligadas à Companhia e eleitas pelo Reitor.

O Bedel servirá de seu officio, nos actos públicos de todas as faculdades e nos ajuntamentos da Universidade, estando com sua

³⁴ Todos os livros eram protegidos devendo conter a assinatura do Reitor. (sem a devida assinatura do Reitor o documento não tinha legalidade). Para isso, duas vezes ao ano, o Reitor deveria ver e conferir os ditos livros.

maça de prata³⁵ e vestido com loba³⁶, ou com outro algum vestido honesto e clerical sem espada, e sem outra arma alguma. (ESTATUTOS, 1567, p. 7)

Os Bedéis, portanto, precisavam estar presentes nos autos, antes de seu início, podendo sair do ambiente apenas ao final e com a licença do Reitor. Eram responsáveis em agasalhar³⁷ as autoridades e de encaminhá-los ao local onde deveriam permanecer.

Outra obrigação do Bedel era em relação à organização da ordem dos autos. Para isso, deveria possuir uma relação onde constasse os nomes dos estudantes de Teologia e Casos de Consciência juntamente com o tempo de estudo de cada um. Como os alunos eram obrigados a participar dos autos com os exercícios de disputa, o Bedel controlava as informações para poder seguir a devida ordem das mesmas e avisando com antecedência os estudantes. Também tinha como obrigação o aviso com até três dias de antecedência, aos doutores, mestres e lentes que estariam presentes. Deveria informar por meio de comunicado na porta das escolas, entregando uma cópia ao Reitor, ao Cancelário, ao presidente, e aos demais que forem argumentar.

Os segundos estatutos da Universidade também abordam sobre a existência de uma sala que seria a livraria. Nela deveria constar livros de todas os cursos e em número significativo. O Bedel de Teologia é quem ficaria responsável pela mesma, devendo no inverno abri-la às sete horas da manhã fechando-se as onze, retornando das duas da tarde até às cinco horas. No verão abriria às seis horas e meia da manhã e fecharia às dez, e a tarde abriria às três horas e fecharia às seis. Cabia, portanto, ao Bedel ter uma grande vigilância para com os livros.

“[...] em qt [enquanto] estiverem na dita casa procurem de ter modéstia e quietação pera se não estorvarem huns aos outros [...]” (ESTATUTOS, 1567, p.9). Os livros não poderiam ser levados do ambiente pelos alunos. “[...] quando achar menos algum livro o fará logo saber ao Rtor., pera q [que] mande fazer diligência

³⁵ [...] Maça, ou clava de ferro, era um cabo com grande cabeça, de que usavam na guerra, para dar pancadas. [...] Maça de Bedel e Porteiro, é um cabo com seu adorno na extremidade à imitação das maças de brigar, que eles levam as costas. (Morais, 1813)

³⁶ Loba: roupa roçante antiga [...] Vestido Escolástico antigo; consta de túnica aberta que sobrepõe por diante, sem manga, e de uma capa talar; também era vestido de dó antigo (luto). (Morais, 1813)

³⁷ Dar agasalho, acolher, receber em casa, abrigar, hospedar, acolher bem. (Morais, 1813)

pera se saber quem o levou e pera se cobrar, e castigar quem nisso tiver culpa” (ESTATUTOS, 1567, P.9). Não achando-se o livro adquiria-se outro e descontava-se o salário do guarda.

A Universidade também contava com a ajuda do Guarda das escolas, pessoa de confiança do Reitor, que tinha como função a limpeza das salas de aula e do pátio, e, também precisa se atentar ao comportamento dos estudantes quando os mesmos estiverem no pátio ou varanda.

3.3.1.4 - O Corretor, o Conservador secular, o Meirinho e o Escrivão

Para a função de Corretor, o Reitor deveria escolher um homem apto que inspirava respeito nos estudantes, pois tinha como uma de suas funções castigar os mesmos conforme ordens do Magnífico, do Cancelário ou dos mestres. Para isso, precisava estar presente em todos os momentos solenes da Universidade.

O dito correitor terá o cuidado de tanjer a missa dos estudantes; e a todas as lições ao principio, e ao cabo dellas, as horas q [que] lhe for ordenado, e assy pella manhã, como à tarde se achara presente sempre no Colégio enquanto durarem as lições, e quaisquer outros actos q [que] se fizerem. (ESTATUTOS, 1567, p. 10)

Sua presença também era cobrada durante as missas a fim de manter os estudantes em silêncio.

O Conservador secular da Universidade, por sua vez, tinha jurisdição civil sobre os estudantes e oficiais da instituição, assim como também aos servidores e familiares.

Terá o Conservador desta Universidade a mesma alçada q [que] tem o Conservador da Universidade de Coimbra, e nos casos da dita alçada fará dar suas sentenças e execução sem appellação nem agravo, e nos outros dará appellação e agravo conforme o seu regimento. (ESTATUTOS, 1567, p. 11)

O Conservador tinha conhecimento das injúrias da pessoa de sua jurisdição, dando apelação conforme a mesma. Sua função, portanto, estava relacionada com a justiça dentro da Instituição. Por conta disso, precisava estar

atento na feira³⁸ dos estudantes a fim de vigiar o andamento da mesma e verificar se estavam cumprindo as taxas estipuladas. Assim como precisava evitar as confusões entre os siseiros³⁹ com os lavradores ou pessoas que levavam os mantimentos.

Uma vez ao ano deveria o Conservador interrogar os estudantes e oficiais da Universidade de sua jurisdição, a fim de verificar como viviam os mesmos (estudantes) e se os ofícios estavam sendo cumpridos.

Outro cargo na Universidade era o do Meirinho, nomeado em conselho pelo Reitor. O mesmo seria uma espécie de vigia que deveria percorrer os arredores da Instituição levando consigo o escrivão das armas. Encontrando pessoas (dia ou noite) que deveriam estar presas, sendo da jurisdição do conservador, poderia levá-las para a prisão. Encontrando pessoas praticando atos não aceitos, não sendo de sua jurisdição, poderia levar ao julgador a que pertencessem. Para executar seu serviço, andava juntamente com mais quatro homens. Também era obrigado a estar presente em atos públicos da Universidade juntamente com seus homens, a fim de acudir qualquer inconveniente que porventura ocorresse. Deveria acompanhar com seus homens o conservador quando o mesmo precisasse sair para a cidade. “Será obrigado o dito meirinho a ser presente em todos os actos públicos da Universidade com seus homes [homens], [...] pera acudir a qualquer alvoroço q [que] suceder” (ESTATUTOS, 1567, p. 15). Também controlavam as confusões que ocorriam no açougue da Universidade e na feira dos estudantes.

A Universidade contava ainda com o Escrivão do conservador. Nomeado pelo Reitor com parecer de seus conselheiros e do conservador, seu ofício era o de “escrever os feitos e cousas q [que] os estudantes e pessoas da Universidade q [que] gozam de seus privilégios tiverem diante do dito Conservador, e guardará todo o regimento dos escrivães judiciais” (ESTATUTOS, 1567, p. 16).

Além do Escrivão do conservador, a Universidade também possuía o Escrivão da almotaçaria, o Escrivão das armas (trabalhando junto com o

³⁸ “Lugar onde em certos dias semanais, mensais, ou de ano em ano concorrem tratantes, mercadores, e lavradores a vender os produtos da terra, e das artes, e mecânica”. (Morais, 1813). D. Catarina, rainha regente concedeu aos padres da Universidade a regalia de terem açougue particular para carne e peixe, e fazer todas as semanas uma feira franca, isenta de qualquer sisa.

³⁹ “Pessoa responsável pela arrecadação da sisa”. (Morais, 1813)

meirinho) e o Escrivão das taxas (trabalho com os taxadores das pousadas dos estudantes da Universidade).

3.3.1.5 - O Almotacé e os Taxadores

Seguindo a análise dos segundos estatutos da Universidade de Évora, cabia ao Almotacé servir de seis em seis meses, repartindo a carne e o pescado que se vendia no açougue da Universidade, respeitando as ordenações do reino. Precisava se atentar à justiça repartindo em porções iguais para o Colégio e Universidade. O Almotacé deveria reger o andamento da feira na praça da Universidade, estabelecendo os respectivos preços.

Encontrava-se na Universidade dois Taxadores, um da Universidade e outro da cidade de Évora. Para a função precisava ter acima de 30 anos e ser graduado antigo, não podendo ser pessoa natural de Évora e nem ter parentes que tivessem casas para alugar.

Os ditos taxadores terão cargo de taxar os alugeres e preços das casas q [que] forem dadas aos estudantes e pessoas da Universidade, a q [que] per virtude dos privilégios dellas se devem dar, e quando ambos não forem conformes tomarão por terceiro o Conservador, e a parte a que elle mais se inclinar, essa prevalecerá. (ESTATUTOS, 1567, p. 19)

Os Taxadores eram os responsáveis por taxar a cada três anos o preço para a moradia nas respectivas casas. Não poderiam estabelecer valores maiores do que já estava estipulado.

Os segundos estatutos da Universidade eborense também citam sobre a existência de um Inquiridor, um Contador e um Distribuidor dos feitos, trabalhando nos auditórios dos Conservadores, servindo como juizes, e um Síndico com função de saber das penas ocorridas entre os estudantes e outras pessoas da Universidade, podendo requerer e executar as devidas multas (arrecadações).

Analisando todos os ofícios existentes no complexo pedagógico da Universidade de Évora, Veloso (1949) dividiu os mesmos em três grupos: os de serviço interior, os de governo e polícia exterior⁴⁰ e os da administração. No primeiro grupo insere-se o Prefeito de estudos, o Escrivão, os Bedéis, o Guarda e

⁴⁰ No século XVI o termo “polícia” relaciona-se ao governo, administração e segurança dos estudantes, visando o controle do seu bom comportamento.

o Corretor. No segundo grupo estariam os Conservadores, o Meirinho, o Escrivão das armas, o Almotacel e seu escrivão, os Taxadores e seu escrivão, o porteiro das “conservatórias” e seu escrivão e um Inquiridor de testemunhas. No terceiro grupo, por sua vez, estaria o Síndico, os recebedores de renda, dos arrecadadores, dois porteiros e dois escrivães das execuções e um escrivão encarregado de contratos e assinaturas.

Sendo nossa análise feita por meio dos segundos estatutos da Universidade de Évora, os reformados, podemos perceber que a organização de suas funções foi realizada de acordo com as próprias Constituições da Companhia de Jesus. Todos os ofícios estão relacionados à visão de formação integral do aluno, dentro e fora da Instituição. Todos os cargos criados, portanto, juntamente com as respectivas regras e punições, foram elaborados no sentido de que Évora formasse o aluno segundo a concepção de educação, letrada e religiosa, do século XVI.

3.3.2 – Professores, alunos e a ação missionária da Universidade eborense

3.3.2.1 - Professores

Ao estudarmos uma instituição universitária de ensino, todos os detalhes são importantes. Entretanto, o corpo social que formava essa instituição, em nossa concepção, era a alma da Universidade. Por isso defendemos a importância de se conhecer tanto os professores como os alunos do período.

Os jesuítas assimilaram o humanismo renascentista dentro de um espírito cristão, procurando estabelecer uma síntese entre o “teocentrismo medieval” e o “cosmocentrismo renascentista”. Isso porque se tratava de uma educação individualizada com base moral e religiosa, onde o homem possuía sua vontade própria e era consciente de suas potencialidades, mas, ao mesmo tempo, se preocupava com a salvação de sua alma. Figura essencial para tal objetivo foi o professor: “É a consciência da importância do papel desempenhado pelo professor para o êxito do projecto educativo inaciano que está na origem dos cuidados colocados na sua formação” (MONTEIRO, 2012, p.211).

O professor era a figura fundamental na pedagogia inaciana, desde as experiências educacionais nos colégios até a promulgação definitiva do *Ratio*

Studiorum. Analisando este documento elaborado ainda no século XVI, podemos averiguar que, na concepção dos jesuítas, de nada adiantava bons livros, bons métodos, se não tivessem bons professores.⁴¹

Acreditamos que essa concepção dos jesuítas em relação aos professores nos mostra mais uma vez a visão moderna frente aos novos desafios, pois, conforme Franca (1952), os profissionais da educação vinham de um momento de pouco prestígio em relação à profissão. Reconhecendo que os docentes não estavam sendo valorizados conforme a nobre missão que possuíam, passou a Companhia de Jesus, por meio de ações, a consagrar a importância da figura do professor.

Num conceito justo e integral da missão educadora, a formação do mestre deve ser também inteira e completa, abraçando todos os aspectos da perfeição humana. Não é só pela sua inteligência culta e ilustrada, é pela sua personalidade toda que o educador modela no educando o homem perfeito de amanhã. (FRANCA, 1952, p. 44)

Por conseguinte, a formação moral e religiosa dos professores era a preocupação maior da ordem inaciana. O tempo destinado a essa formação em específico era de cerca de dois anos, e nesse processo, os Exercícios Espirituais desempenhavam importante papel. Por meio de exame de consciência, meditação e oração, constituía-se o primeiro passo em direção a Deus. “Terminado o biênio unicamente consagrado ao aperfeiçoamento moral que continuará como tarefa indeclinável de toda a sua vida, o jovem jesuíta inicia a sua formação intelectual” (FRANCA, 1952, p.45).

Esse primeiro momento da formação consistia no aprendizado de controle de emoções, combatendo paixões que desviasse do caminho. Era, portanto um trabalho de psicologia humana.

Era preciso pôr a inteligência e a liberdade ao serviço da vontade do Senhor, esquecendo a vontade pessoal de cada um. Os principais inimigos eram a vaidade, o prazer, o interesse, a aversão; era preciso, portanto purificar-se de todos esses sentimentos. (SOUSA, 2003, p. 12)

⁴¹ O *Ratio Studiorum* não foi objeto de estudo desta dissertação, entretanto, a versão final desse documento (1599) está imbuído das experiências desenvolvidas nos primeiros colégios e universidade dos jesuítas. Dessa forma, as práticas educacionais existentes tanto no Colégio do Espírito Santo como na Universidade de Évora contribuíram por meio de suas práticas pedagógicas na elaboração da versão final do documento.

Após esse momento, o professor também era preparado intelectualmente por mais dois anos, aprofundando o estudo das letras clássicas, latim, grego e hebreu.

Durante a elaboração do *Ratio Studiorum*, no ano de 1586, cogitou-se em encaminhar ao magistério após esses quatro anos. Tal proposta, porém, foi rejeitada, pois os jesuítas concordaram que era preciso também uma formação filosófica de pelo menos três anos. “A filosofia dava aos futuros mestres uma visão orgânica da vida, amadurecia-lhes o espírito, e, com mais três anos de estudo, também a experiência da vida” (FRANCA, 1952, p. 45). Temos assim um exemplo da preocupação da Companhia de Jesus em relação à formação dos seus professores.

Passados esses sete anos, poderia o professor exercer o magistério. Contudo, se o mesmo desejasse adentrar ao ensino superior, teria que continuar seus estudos. Para trabalhar como docente nos ambientes universitários, precisava cursar Teologia por mais quatro anos, para na sequência, especializar-se na disciplina que seria ministrada por mais dois anos.

Pode-se afirmar que a formação de bons teólogos era a maior preocupação dos jesuítas, pois se “a Companhia de Jesus não criar insignes historiadores, physicos, astrónomos poder-se-lhe-ha talvez encontrar desculpa, mas se não apresenta bons theologos, não cumpriu a sua missão de ensinar” (RODRIGUES, 1917, p. 60). Importante lembrar, como destacado desde o início deste trabalho, que se trata de uma sociedade religiosa, que tem por fim levar as almas a Deus, para isso, as ciências são o meio, mas o principal instrumento é a Teologia.

Podemos considerar que, tomando como modelo a figura de mestre que foi Jesus, Inácio de Loyola valorizou imensamente a figura do professor. Desde o início apontava o professor como um exemplo a ser seguido pelos alunos, por isso o mestre deveria se comportar como tal, cuidando com suas palavras e atos. Juntamente à questão moral, comum ao período analisado, outro ponto de extrema importância era a boa formação do professor. Até mesmo após a conclusão de seus estudos ele tinha que constantemente manter-se atualizado. Segundo Gomes (1960), na Universidade de Évora, por exemplo, nos dias que os

professores⁴² estavam isentos de lições, deveriam se dedicar aos estudos de geografia e matemática, pois eram conhecimentos importantes para humanistas e filósofos. Percebe-se, portanto, que mesmo sendo uma instituição que visava a formação do clero, não desconsiderava o conhecimento científico e a preocupação com o ensino.

O professor tinha assim um papel essencial na formação integral desse educando, devendo estar atento tanto no progresso das letras, como, também, no comportamento de seus alunos.

3.3.2.2 – Os alunos

Em relação aos alunos, por meio de análise documental pode-se averiguar que eram constantemente voltados à disciplina e aos bons costumes. Incluem-se nesse quesito todos os estudantes e não apenas os religiosos. Na Universidade de Évora os estudantes que adentravam ao espaço universitário tinham que ter seus nomes e informações específicas em um livro de matrícula.

O motivo de tal exigência estava no fato de que alguns alunos não queriam se matricular para poderem evadir-se das penas dos estatutos vigentes da Instituição, pois sendo atuados, poderiam declarar que não eram matriculados, não podendo, portanto, serem condenados. Assim:

Todos os estudantes q [que] estiverem presentes na Universidade serão obrigados a se matricular até quinze dias depois do tempo em se começam as lições, e os que não estiverem presentes no dito tempo, serão obrigados vir-se assentar depois q [que] vierem, dentro em quinze dias. E pera q [que] mais facilmente isto tenha effeito, o escrivão da matrícula no principio do anno porá hum édito na porta das escolas pera vir a notícia de todos em q [que] se declare o tempo em que se hão-de matricular; E q [que] se não matricularem, cada anno pella dita maneira não gozarão dos privilégios da dita Universidade, nem serão avidos por estudantes della, nem lhe será contado pera curso algum, todo o tempo que na Universidade estiverem sem se matricular, como dito hé. (ESTATUTOS, 1567, p. 26)

⁴² Segundo Veloso (1949), os professores da Universidade de Évora eram jesuítas, geralmente vindos de outra instituição e a maioria possuía grau de doutorado. Alguns falavam várias línguas clássicas como o latim, o grego e o hebraico, tal como o P. Doutor Gaspar Gonçalves do qual também foi escolhido para ajudar a redigir o *Ratio Studiorum*.

Iniciada as lições os alunos tinham até quinze dias para se matricular, não podendo ficar na Instituição sem a devida efetivação de sua matrícula.

“Porq [porque] meu intento quando fundei este Collégio e Universidade foi, que os estudantes que nella ouvessem de estudar, juntamente com letras aprendessem bons costumes, e eu desejo que isto aja efeito guardarão o q [que] se segue” (ESTATUTOS, 1567, p. 27). Imbuído por essa preocupação, o documento estabelece que os estudantes participem da missa realizada todos os dias antes das lições e que se confessem ao menos uma vez ao mês, pois a mesma era entendida como uma ajuda espiritual. Também deveriam estar presentes nas comemorações realizadas quatro vezes ao ano: dia de todos os Santos (edificação da Universidade), dia da purificação de Nossa Senhora, dia do Espírito Santo e, posteriormente, o dia da morte de D. Henrique.

O respeito para com os mestres e superiores era uma exigência dos estatutos. Assim, quando algum estudante encontrasse em seu caminho algum de seus mestres, deveria tirar o barrete, descobrindo sua cabeça em sinal de respeito. Sendo alunos de uma instituição dos jesuítas, tinham também os estudantes que zelar pelo bom comportamento, guardando o que estava estipulado também nas Constituições da Companhia de Jesus.

Todas essas exigências estão relacionadas ao ideal de formação que se buscava: formar bons cristãos, pois os mesmos serviriam tanto para a Igreja como para a sociedade. Percebe-se, assim, que para estudantes não jesuítas também existia uma grande preocupação com a qualidade da formação, no sentido de cultivar nos estudantes um sentimento de bons cristãos e, conseqüentemente, bons súditos. Existia um grande rigor disciplinar e, caso ocorresse alguma infração, os alunos poderiam ser multados, expulsos da universidade e até da própria cidade.

As práticas deveriam ser a de um bom cristão, tanto que os estudantes precisavam participar de missas, confissão, assim como conhecer a doutrina cristã. “[...] tanto no comportamento e hábitos de vida, quanto no vestuário e postura exterior, procura D. Henrique conformar os estudantes da sua universidade com um perfil moral rigoroso e exemplar” (POLÓNIA, 2009, p.79).

Os segundos estatutos da Universidade de Évora, além de se dedicar às questões morais e de conduta dos alunos e demais oficiais, também se

preocupava com a questão moral do ambiente da cidade. Tanto que proibia os estudantes de morar em casas localizadas em locais imorais, como também andar nas ruas em altas horas, usar máscaras e andar armado.

O livro II dos respectivos estatutos nos fornecem informações acerca do perfil visto como desejável dos alunos. Para além do espaço universitário, existia toda uma atenção especial com o que os alunos viviam em seu espaço externo. A função do meirinho, por exemplo, mostra-nos tal situação, pois o mesmo tinha como uma de suas funções, percorrer as ruas da cidade juntamente com um escrivão, para o registro, se necessário, de infrações que porventura ocorressem no quotidiano dos alunos.

Dessa forma, podemos afirmar que o controle exercido não era apenas na vida pública dos alunos, mas também, na vida particular. Não podiam ter ligações ilegítimas e nem receber mulheres suspeitas em suas casas. Precisavam, portanto ter uma vida simples e com limites⁴³.

Os segundos estatutos da Universidade de Évora também são detalhistas sobre a questão da vestimenta e trajes acadêmicos. Cabe mencionar que aos estudantes carentes essa regra não se aplicava, pois os mesmos eram isentos desse traje. A roupa dos alunos deveria ser uniforme, não se aceitava outras cores ou roupas diferentes. As vestes deveriam cobrir bem o corpo. Estando na sala de aula ou em atos públicos teriam que retirar o chapéu ou sombreiro da cabeça.

Uma das justificativas de D. Henrique para se instituir uma universidade em Évora, foi o fato da cidade se localizar distante da Universidade de Coimbra. Analisando os alunos integrantes da Instituição, percebe-se que prevaleceu os de terras alentejanas. Ao elaborar uma análise da proveniência geográfica dos estudantes eborenses, por meio do *Livro de Juramentos e Profissões de Fé*, Polónia (2009), chegou aos seguintes resultados.

⁴³ Podemos afirmar que se trata da concepção social da época, onde estudantes, e especialmente os professores universitários eram visualizados como clérigos, e assim sendo, precisavam manter uma vida correta. O filme "Em Nome de Deus" (1988) exemplifica esta condição. Retratando o amor de Abelardo e Heloisa no século XII, sendo ele professor universitário, precisava se manter celibatário, mesmo não sendo religioso.

QUADRO Nº1

Proveniência geográfica dos bacharéis e graduados em Artes pela Universidade de Évora

Proveniência	Nº de estudantes	%
Entre Douro e Minho	3	2,7
Beira	7	6,3
Estremadura	9	8
Alentejo	91	81,3
Algarve	2	1,8

Fonte: Livro de Juramentos e Profissões de Fé (POLÓNIA, 2009)

Os dados analisados pela autora remetem ao período de 1569 a 1572. Pode-se observar por estes dados, uma predominância de alunos provenientes de terras alentejanas. Por meio de outra fonte, desta vez o Mappa dos Estudantes da Universidade de Évora, a autora analisa outro período, finais do século XVI e início do XVII, são os anos de 1603/1604.

QUADRO Nº2

Proveniência geográfica dos alunos da Universidade de Évora (1603/1604)

Proveniência	Nº de estudantes	%
Trás-os-Montes	1	0,1
Entre Douro e Minho	15	1,1
Beira	103	7,9
Estremadura	63	4,8
Alentejo	1017	77,8
Algarve	32	2,4
Açores	2	0,2
Brasil	2	0,2
Espanha	5	0,4
França	1	0,1
Irlanda	3	0,2
Não identificados	64	4,9

Fonte: Mappa dos Estudantes da Universidade de Évora (POLÓNIA, 2009)

Pode-se observar, portanto, que a Universidade atraía estudantes naturais e residentes no Alentejo e Algarve, que apenas se dirigiam para outra instituição quando se tratava de curso não ofertado em sua estrutura curricular. Em contrapartida, conforme Polónia (2009), os jovens de Évora frequentavam a faculdade de Medicina da Universidade de Salamanca, visto que, o mesmo não existia em sua cidade. Dessa forma, os estudos criados por D. Henrique contribuíram para a formação de muitos jovens portugueses, pois os estudantes que migravam para outras instituições eram apenas os que optavam por estudos não contemplados na organização eborense.

Em relação à quantidade de alunos da Universidade no primeiro ano de sua fundação a Instituição contava com cerca de quinhentos alunos. Número que cresceu demasiadamente com o tempo.

QUADRO Nº3
Alunos na Instituição

Ano	Alunos
1559	500
1566	800
1571	800
1578	1100
1579	1300
1588	1500

Fonte: Manuscrito da Livraria (POLÓNIA, 2009)

Na Universidade os estudantes leigos que não pretendiam seguir carreira religiosa, poderiam realizar os estudos apenas dos cursos de Humanidades ou Artes, que seriam suficientes para poderem exercer funções na sociedade.

No caso dos estudantes carentes financeiramente, era prática na Universidade a concessão de bolsas de estudo. “Exemplo disso são as Capelas de Vera Cruz, para casuístas⁴⁴, e de São João, para artistas” (ROSA, 2013, p. 137). Conforme a autora, pessoas particulares poderiam instituir bolsas de estudo, tal como aconteceu com o Colégio da Madre de Deus⁴⁵, destinado a colegiais pobres e mantido com os bens de Doutor Heitor de Pina Olival.

Analisando esse complexo pedagógico edificado no século XVI por interferência de D. Henrique, podemos afirmar que havia preocupação com a formação total e integral do homem, por isso se atribuía muita importância a figura do professor. Temos um conjunto de regras com foco na formação dos mestres.

Já as exigências elencadas anteriormente para quem desejasse adentrar ao espaço acadêmico de Évora, juntamente com as penas previstas para a violação de suas regras, nos mostram a importância que se dava à ordem e à disciplina na Instituição. Assim, a questão moral ocupava, nos segundos

⁴⁴ Casuístico: “Que respeita a casos de consciencia. Em que se trata a moral, referindo casos, e dizendo o que há de doutrinar na moral ácerca daquela especie” (MORAES, 1813).

⁴⁵ Colégio fundado sob o patrocínio de D. Francisca de Brito Sacoto e de seu marido, o desembargador Heitor de Pina, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, que, tendo obtido de Clemente VIII, a 7 de Agosto de 1595, a bula autorizando a respectiva fundação, compram os terrenos para o efeito e suportam as obras que de imediato se iniciaram. O Colégio pôde assim ser habitado logo a partir de Dezembro de 1608. Os Estatutos do novo edifício, aprovados a 18 de Maio de 1607, colocavam o Colégio na dependência simultânea do Ordinário e da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos Jesuítas em 1759, o imóvel passou para a posse da Coroa. (FUNDIS-Fundos Documentais de Instituições do Sul)

estatutos, o mesmo nível de importância que a questão formativa. Fato totalmente compreensível se lembrarmos da sociedade portuguesa do século XVI descrita no capítulo anterior.

3.3.2.3 – Ação Missionária

Após apresentarmos as considerações sobre o perfil dos alunos e dos professores na Instituição, passemos agora a abordar, ainda que brevemente, a participação nas ações missionárias presente no ambiente universitário de Évora.

Os dois primeiros séculos de existência da Universidade eborense coincidiram com o da construção do Império português. Por conseguinte, a história do ensino jesuítico é marcada pelo importante papel da Instituição na atividade missionária. Muitos que passaram por Évora, alunos e até mesmo professores, seguiram para missões no Brasil, África e Oriente.

É de se observar que a Universidade Eborense, na mente do fundador, tinha como preocupação fundamental formar, em simultâneo com os estudantes jesuítas, sacerdotes diocesanos, superiormente cultos, sobretudo para as províncias do sul do país. Embora fosse uma verdadeira Universidade Eclesiástica, acolhia também inúmeros estudantes não clérigos, que freqüentavam os seus cursos de Humanidades e de Artes, pois lhes bastavam apenas as habilitações requeridas para as funções burocráticas da vida civil ou a preparação exigida para cursar as faculdades de Medicina e de Direito Canónico e Civil. (CARVALHO, 1997, p. 968)

Pode-se dizer que a preocupação da Universidade era em preparar os religiosos para as províncias do sul do país. Já em relação aos estudantes não clérigos, objetivava a preparação para os cargos burocráticos da vida civil.

Graças a esse trabalho missionário, o espaço universitário de Évora obteve uma participação fundamental no desenvolvimento das ciências. Isso porque o ofício de muitos missionários serviu de incentivo para suas respectivas pesquisas da natureza, da etnografia e da linguística.

No Brasil, por exemplo, o discípulo do Colégio do Espírito Santo que mais se fez notar pela ação missionária foi o Pe. Fernão Cardim. Conforme Fonseca e Marçalo (2012), o padre deixou registrado em sua obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, as condições da missão catequética, a vida das comunidades indígenas

e, ainda, sobre a fauna e flora brasileira. Sua obra seria a mais relevante para a história do Brasil no último quartel do século XVI.⁴⁶

Cabe mencionar que não apenas em outros territórios os jesuítas exerciam suas missões, mas, também, junto à população de Portugal. Conforme Rosa (2013), essa ação dos jesuítas pode ser vista por meio da mediação que realizavam dos conflitos, corrigindo comportamentos e costumes, consolando espiritualmente, pelas confissões e exames de consciência, no apoio aos enfermos e presos, na caridade em geral. Entretanto, o de maior alcance seria o da pregação; “A pregação era assim entendida como uma forma de difundir a mensagem cristã, por meio de sermões, homilias e outras atividades semelhantes, com vistas a salvação das almas” (ROSA, 2013, p.152).

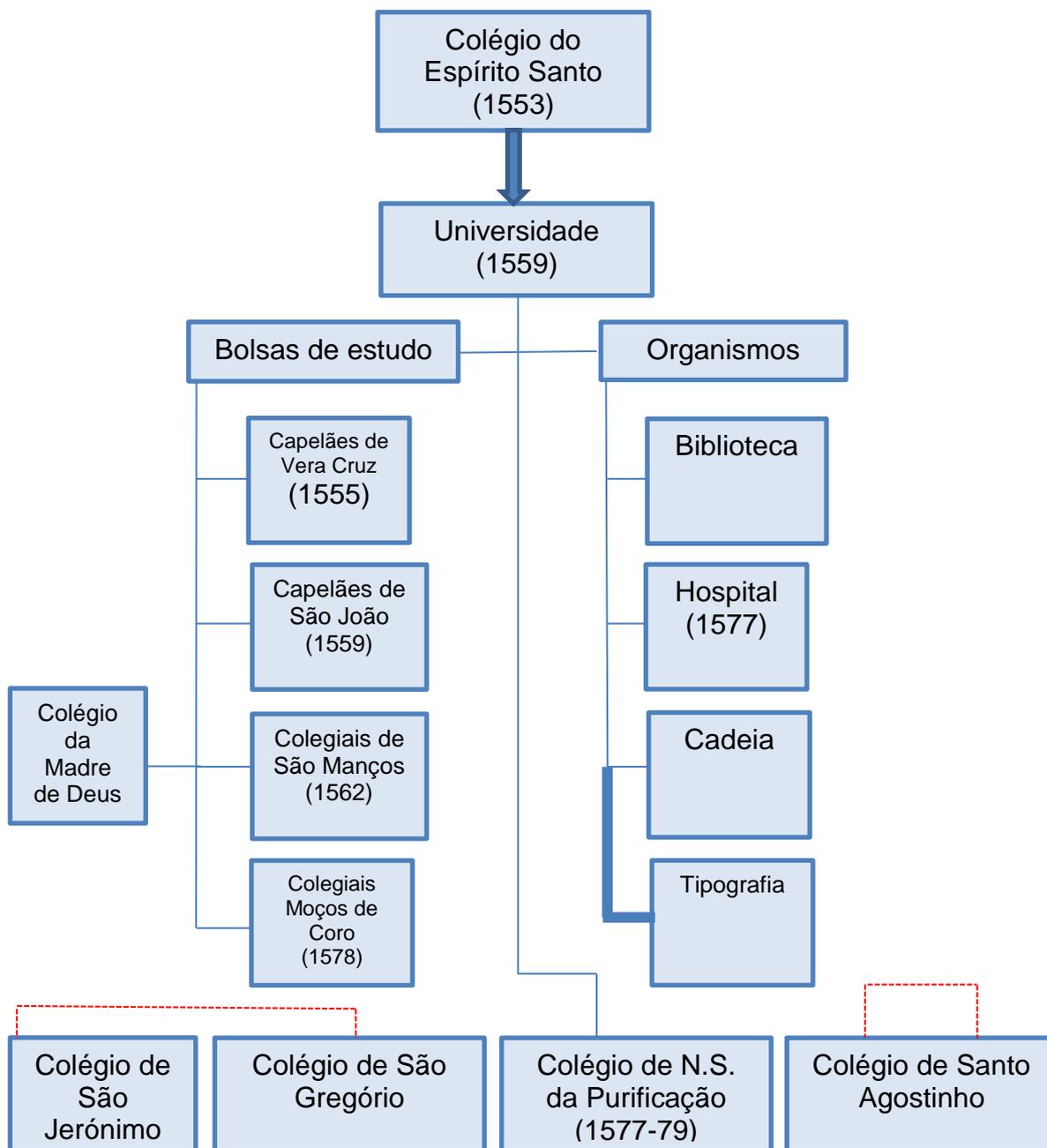
Na elaboração dos sermões os religiosos adequavam-se às situações vividas na comunidade, tornando-se um momento especial para ambos.

Na gênese da Companhia de Jesus podemos perceber a valorização do humano e, para esse fim, reconheciam a importância das culturas, das ciências, e das artes em prol de seu aprimoramento. Por conseguinte, podemos afirmar que a Universidade foi um importante local para esse encontro. Isso porque, era nesse ambiente que chegavam as notícias dos missionários jesuítas, contribuindo para o estudo e para a investigação da Instituição, assim como para a prática científica. Também era nessa estrutura física que se formavam os missionários com uma sólida formação humanista. Dessa forma, o ensino jesuíta foi-se desenvolvendo numa “linha profundamente humanista, caracterizado pela valorização da ciência experimental, da cultura e das artes e pela promoção das virtudes cívicas, para lá da formação espiritual” (RICO, 2012, p. 108).

Importante não nos esquecermos de que a Companhia de Jesus tinha por fim a salvação das almas, dessa forma seu projeto de educação estava inserido em um caráter religioso e sacerdotal. Para alcançar os objetivos, se adaptavam aos mais diversos locais, pois uma das características dos jesuítas era justamente ir até o povo. Para o êxito era essencial os meios de instrução facilitando o contato com a sociedade.

⁴⁶ Antes de Fernão Cardim outros autores já haviam descrito a fauna e flora no Brasil, tais como Pêro Vaz de Caminha (1500) em sua *Carta do Achamento do Brasil*, Pêro Lopes de Sousa (1530) em seu *Diário de Navegação*, as cartas do Padre Anchieta (1534-1597) e as de Manuel da Nóbrega (1517-1570).

3.3.3 – As instituições anexas ao centro pedagógico



(ROSA, 2013, p. 101)

Legenda

- Projetos concretizados ————
- Realizações posteriores ————
- Projetos não concretizados - - - - -

O Cardeal D. Henrique desejou ter em anexo à Universidade bons colégios que acrescentariam grandeza e importância. Segundo Cid (1997) o Cardeal

projetava quatro colégios, sendo um chamado de Nossa Senhora da Purificação, destinado a teólogos passantes⁴⁷, outro de S. Gregório, para teólogos cursantes⁴⁸, outro de São Agostinho, para artistas e o de S. Jerónimo, para humanistas de latim e grego. A autorização dos devidos colégios foi concedida pelo papa Gregório XIII, por meio do breve *Altitudo Divinae Providentiae*, em 4 de fevereiro de 1576. Entretanto, por falta de rendas foi fundado apenas o Colégio da Purificação, integrando nele as pretensões que tinha em relação ao Colégio de São Gregório, com seus estatutos elaborados no ano de 1579. Após três anos, pelo breve *Romani Pontificis*, do mesmo papa, foi o Colégio e suas rendas incorporados à Universidade.

Conforme Veloso (1949), o primeiro colégio anexo a Universidade teria sido o dos porcionistas no ano de 1562, consagrado a São Manços. Uma espécie de seminário destinado à educação de órfãos, filhos de criados e meninos do coro da Sé. Também podia matricular-se qualquer estudante nobre que pudesse pagar o equivalente a 13\$000 até 15\$000 réis anuais. Quem o administrava era um reitor secular, nomeado pelo reitor da Universidade, tendo por conselheiro dois padres da Companhia de Jesus, a quem incumbia o cuidado da educação espiritual e literária dos alunos. Com a morte de D. Henrique o Colégio foi extinto por falta de rendas.

O Colégio da Purificação, por sua vez, teve sua fundação autorizada por bula papal de Gregório XIII, no ano de 1579. Destinado à educação de clérigos, sendo a maioria composta por portugueses. Era exigido que os alunos não tivessem menos que vinte anos, não podiam ser leprosos e nem ter outra doença contagiosa. Também não podiam ter descendência de judeus e mouros, ou de pessoas que haviam sido condenadas pela Inquisição. Era governado por um vice-reitor, com assistência de outros padres da Companhia, sob a imediata e direta sujeição do reitor da Universidade.

Os estatutos do Colégio da Purificação foram elaborados pelos próprios padres da Companhia de Jesus. O mesmo se findou com a expulsão dos jesuítas em 1759. Desta forma, segundo Veloso (1949), ficando o edifício desabitado, foi posteriormente, por carta Régia de D. Maria I, doado aos padres da Congregação

⁴⁷ Religioso que, após ter frequentado as aulas de Filosofia ou Teologia, ia argumentar as sabatinas e outros exercícios escolásticos.

⁴⁸ "Cursista: Estudante que cursa as lições de Filosofia e Teologia". (Morais, 1813)

da Missão⁴⁹, do convento de Rilhafoles de Lisboa, do qual saíram de lá apenas em 1834, pela abolição das ordens religiosas.

Havia, ainda, outro colégio anexo a Universidade, o da Madre de Deus, fundado após o falecimento do Cardeal, e que, segundo Veloso (1949), teria vindo para compensar o que perdeu a Universidade com a extinção do Colégio dos porcionistas. Seus fundadores foram Dona Francisca de Brito Sacota e seu marido Heitor de Pina Olival. Sendo ricos e sem filhos resolveram consagrar parte de sua fortuna à instalação e sustento do colégio. Era governado por um clérigo secular, de escolha do reitor da Universidade, a quem competia prover os estudantes pensionistas. Abandonado em 1759, no momento da expulsão da Companhia, o edifício foi vendido em praça⁵⁰, assim como outros bens nacionais.

Dentre os estabelecimentos dependentes da Universidade tem-se o hospital acadêmico, Hospital Real da Piedade. Sua construção foi solicitada pelo cardeal D. Henrique para tratamento dos religiosos da Purificação e também para os estudantes pobres. Conforme Veloso (1949), a bula do papa Gregório XIII expedida aos 13 de junho de 1579, solicita a incorporação do hospital e suas rendas ao dote do Colégio do Espírito Santo, porém, sua construção se inicia apenas em setembro de 1584.

As carências econômicas dos estudantes levou o fundador a elaborar a criação do Hospital Real da Universidade, consagrado a nossa Senhora da Piedade, sendo mais tarde, no século XVII ampliado com uma área de cárcere privado. “O Hospital cadeia, cujo funcionamento era regulamentado pelos próprios estatutos da Universidade, estava sob administração de um padre, que acumulava esse lugar com o de secretário da Universidade” (ROSA, 2013, p. 96). O Hospital, portanto, mantinha uma atenção especial dando assistência aos estudantes pobres. Os recursos humanos do Hospital eram médicos, enfermeiros, cirurgião, e sangrador.

⁴⁹ Doação feita a pedido do clero, nobreza e do povo da cidade.

⁵⁰ Vendido ao Ministério da Guerra para ali instalar o Hospital Militar (VELOSO, 1949, p.75). O termo “praça” surgiu no direito romano, já que naquela época a arrematação dos bens realmente era realizada em uma praça. A praça é, quanto ao local, o espaço físico em que comparecem os interessados em arrematar determinados bens, sendo que o vencedor será aquele que oferecer o maior lance. O artigo 686, IV do CPC passou a denominar como “praça” a hasta pública de bem imóvel. (LIMA, 2012)

Uma das ações de D. Henrique foi justamente a exigência de tratamento médico para os estudantes e sacerdotes que não tinham condições financeiras. Conforme os estatutos da Universidade de Évora, para receber o atendimento, era preciso duas declarações, uma feita pelo Reitor, confirmando a situação econômica do aluno, e outra do médico do hospital, atestando sua doença. Encaminhava-se assim ao provedor do hospital da cidade. Caso não houvesse a necessidade de internamento o mesmo poderia receber o atendimento em casa.

Um fator que enriqueceu demasiadamente a Universidade foi a inclusão da Tipografia no ano de 1657, passando a Instituição a disponibilizar de importantes materiais impressos. As obras impressas na Tipografia eram dos mais variados temas, tais como, sermões, crítica literária, teses de doutorado, obras de teologia, filosofia, astronomia, geografia, entre outras.

Podemos verificar, portanto, que além do papel pedagógico e científico, a Universidade eborense também teve o seu papel social. Analisando esse complexo pedagógico podemos aferir “os contributos sociais e culturais que as fundações pedagógicas do Cardeal D. Henrique, e a Universidade, em particular, imprimiram a cidade de Évora e a todo o território a Sul do Tejo” (ROSA, 2013, p. 140).

3.3.4 – Os privilégios⁵¹ da Universidade de Évora

Na bula do papa Paulo IV, que dispunha sobre a fundação da Universidade de Évora sob o governo e direção da Companhia de Jesus, constava que era permitido à Instituição ensinar todas as ciências, com exceção da Medicina, do Direito Civil e de parte do Direito Canônico, sendo que ela tinha, no entanto, a permissão para conferir os graus semelhantes à Universidade de Coimbra.

[...] era teu desejo [...] uma Universidade do Estudo Geral, na dita cidade de Évora, onde se ensinassem, lessem e explicassem todos os saberes ou faculdades, à exceção da Medicina, do Direito Civil e da parte do Direito Canônico [...] na qual pudessem ser conferidos todos os graus, inclusive os de Mestre e de Doutor; e que esta ficasse submetida ao cuidado, governo e administração

⁵¹ No século XVI privilégio poderia significar um direito positivo a qualquer coisa ou uma isenção especial. (Black, 2009, p. 124); também poderia ser uma “Lei particular em favor de alguma pessoa, ou coisa privativamente” (MORAES, 1813).

dos mesmos presbíteros ou padres da dita Companhia de Jesus, mas sob a tua jurisdição [...] (BULA , 1559, p. 1)

A bula citada foi posteriormente confirmada no ano de 1559 pelo mesmo pontífice, instituindo para sempre a respectiva Universidade e concedendo aos seus reitores, lentes, graduados, oficiais e estudantes, os mesmos privilégios, isenções, liberdades e favores, tanto espirituais como temporais, que outras universidades possuíam.

No ano de 1568 o papa Pio V publicou uma nova bula que eximia a Universidade de qualquer jurisdição, tanto eclesiástica como secular. Por meio dessa bula ficava a jurisdição espiritual do ordinário exclusivamente a cargo do Padre Geral e seus representantes, o provincial, o reitor e mais religiosos da Companhia de Jesus. Os próprios arcebispos de Évora não tinham atribuições, nem superioridade sobre a Universidade.

A referida bula teria sido solicitada pelo próprio D. Henrique, na qualidade de governador do Reino.

E declaramos que o Rei de Portugal, na jurisdição, correção e visitação, em tudo e sobredito e em cada uma das outras cousas pertencentes à mesma Universidade, não pode de modo algum intrometer-se com os Religiosos, Estudantes, Officiaes, Leitores, etc., da mesma Universidade, ou ter alguma superioridade, jurisdição, correção ou visitação, ou gosar do direito de os visitar ou corrigir. (BULA , 1568, p. 1)

Em 1586 é emitida nova bula, pelo papa Sisto V, na qual consta que o funcionário encarregado de exercer a jurisdição era um Conservador Eclesiástico, nomeado pelo reitor, com função de conhecer todas as causas – cíveis e criminais – dos clérigos de ordens sacras e mais pessoas que gozassem do foro eclesiástico.

Conforme Veloso (1949), por último, em 1621, expediu o papa Gregório XV mais uma bula, aprovando todos os privilégios concedidos pelos seus antecessores e conferindo outros novos. Podemos afirmar que tais bulas serviam como respostas a algum conflito possivelmente existente em relação às regalias e aos privilégios da Universidade. As bulas não eram aceitas com passividade, pois eram questionadas.

Ainda segundo Veloso (1949), o principal motivo da última bula era a luta existente entre os padres da Universidade e do Colégio do Espírito Santo e o

arcebispo de Évora, D. José de Melo, que os queria sujeitar à sua autoridade e obediência. O papa decide a favor da Companhia, pedindo que em relação às pretensões do Arcebispo se fizesse *perpetuum silentium*.

Não eram menores os privilégios concedidos à Universidade no foro temporal. “O primeiro alvará régio elaborado pela rainha regente D. Catarina, em nome de D. Sebastião é de 1559” (VELOSO, 1949, p. 43). Nele é concedido a jurisdição secular do reitor em tudo o que se relaciona ao Colégio e à Universidade.

Conforme Veloso (1949), no ano de 1577 o rei D. Sebastião concede à Universidade um novo privilégio, determinando que um dos desembargadores do Paço fosse juiz privativo das apelações e agravo, em matéria da jurisdição do Conservador.

Após dois anos do primeiro alvará, a rainha regente concedeu aos padres da Universidade a regalia de terem açougue particular para carne e peixe e fazer todas as semanas uma feira franca, isenta de qualquer sisa⁵². Com o tempo, outros privilégios particulares foram sendo emitidos à Universidade, tais como, o de não poderem seus oficiais serem coagidos ao desempenho de qualquer cargo, ofício ou obrigação do governo da cidade.

Cabe referenciar que apenas no ano de 1562 foram concedidos à Universidade de Évora os mesmos privilégios que a Universidade de Coimbra.

Ao analisarmos o contexto educacional lusitano por meio dos primeiros colégios da Companhia de Jesus, pelo Colégio do Espírito Santo (1553) e, especialmente, pela Universidade de Évora (1559), pudemos averiguar que a educação era percebida como um meio tanto de restauração da Igreja como de conquista de novos cristãos, com capacidade de transformar a sociedade religiosa e leiga, por isso a importância da aliança entre educação e instrução.

Observamos neste capítulo, por meio da análise dos segundos Estatutos da Universidade de Évora, que sua organização era voltada para a formação de religiosos, entretanto, no próximo capítulo desta dissertação, onde serão analisados os livros 3 e 4 dos estatutos, nos objetivamos a demonstrar por meio

⁵² “Tributo temporário, e que os povos concederão aos Reis deste Reino para acudirerem às despesas extraordinárias da guerra, e que cessava com ella, e por ser concessão lhe chamávamos grados, de grado vontade” (MORAES, 1813).

do currículo e das práticas pedagógicas, que a Instituição eborense superava o objetivo primeiro na formação dos alunos.

4. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CIENTÍFICAS NO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO E NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Buscamos neste terceiro capítulo analisar a atividade pedagógica presente nos primeiros colégios da Companhia de Jesus e, em especial, na Universidade de Évora. No que tange aos estatutos da universidade eborense, iremos aprofundar a compreensão do terceiro e quarto livros que tratam do “Exercício das Letras, Autos e Graus”. Desta forma, teceremos considerações sobre os respectivos cursos existentes na Instituição, as lições trabalhadas, a rotina de estudos, os exames realizados, dentre outros aspectos.

Analisando os estatutos, percebe-se que o mesmo possuía, enquanto orientação pedagógica, as seguintes estratégias: “o recurso às emulações (as conclusões e repetições – diárias e semanais: as sabatinas); às disputas privadas e públicas nos cursos superiores; às sessões literárias abertas ao público” (POLÓNIA, 2012, p.92). Podemos averiguar que são técnicas onde o debate público era utilizado como ferramenta de avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes, valorizando tanto o raciocínio e o conhecimento, como, também, a postura, o discurso e o poder de argumentação.

Partimos da hipótese de que a educação presente nos colégios e Universidade da Companhia de Jesus representou o que possuía de mais avançado na época, isso porque, para a educação inaciana, o estudo, a descoberta, era uma forma de se chegar até a natureza de Deus. Assim, percebe-se o quão importante foi a Teologia nesse contexto.

A Universidade de Évora no século XVI contou em seu corpo docente com respeitáveis pensadores desse início de modernidade, respeitados não apenas em território lusitano como, também, europeu. As obras dos mestres eborenses foram de reconhecimento nacional e internacional, marcando uma época na instituição universitária, contribuindo imensamente para a cultura do seu tempo.

Intencionamos, com esta análise, identificar que a educação presente na Instituição eborense possuía características herdadas da universidade medieval, entretanto, concomitante, também representou, no século XVI, a pedagogia moderna de orientação católica. Desta forma, por meio especialmente do currículo da Universidade de Évora, temos por finalidade averiguar que suas

ações educativas estavam de acordo com as novas exigências da sociedade de seu tempo, superando o objetivo primeiro que era a formação de teólogos.

4.1. A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NA COMPANHIA DE JESUS E NA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Inácio de Loyola, o pai da Companhia de Jesus, tinha como propósito a formação de bons homens, tanto para a Igreja como para a sociedade em geral⁵³. Para atingir tal objetivo, elaborou linha a linha, durante anos, as Constituições da Companhia de Jesus. É justamente esta impressão que temos ao ler a obra, riquíssima em detalhes para quem se propõe a estudar a ordem inaciana. A quarta parte do documento é especial para nosso estudo, visto que a mesma apresenta detalhes relacionados à formação e à educação dos jesuítas. Trata-se, portanto, de um verdadeiro programa escolar, que foi base para o desenvolvimento da posterior versão definitiva do Ratio Studiorum, no ano de 1599.

As Constituições da Companhia de Jesus são uma prova da preocupação de formação do homem no século XVI. Suas linhas direcionam para a constituição de religiosos bem preparados na doutrina católica e de homens equilibrados, sem excessos, que dominem os seus sentimentos; duas características que se buscava resgatar no contexto da sociedade de *quinhetos*.

Importante pontuar que, sendo uma das preocupações da Companhia a formação de homens de caráter, logo, a mesma seria de cunho cristão. Não tendo este fim, não estaria de acordo com a pedagogia cristã de Loyola. Nessa didática, papel essencial era reservado aos professores, que tinham como missão levar, ou melhor, conduzir o aluno para Deus.

Para Inácio o homem deveria entregar-se totalmente à experiência educativa. Isso porque, para ele, “se o sentimento interno não se alia ao conhecimento intelectual, a aprendizagem não moverá ninguém à ação” (KOLVENBACH, 1987, p. 50). Percebe-se o quanto era importante a atuação dos

⁵³ Formar bons homens, para o período, remete-se à preparação de religiosos capacitados para seus respectivos cargos, como, também, à formação de bons cristãos para a sociedade, ambos sendo preparados frente aos novos desafios impostos pela modernidade.

jovens, a prática dos alunos, para com a sociedade. Desse ponto decorre a importância da formação das atitudes dos alunos.

Na quarta parte das Constituições da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola descreveu o que seria o seu plano pedagógico o qual pretendia universalizar nas instituições da ordem. Nela indica os estudos que deveriam fazer parte das atividades dos estabelecimentos.

Inicia o capítulo quinto, da parte mencionada, afirmando que o fim dos estudos na Companhia é ajudar, sendo algo vazio quando não colocado em prática, pelo bem ao próximo. A aprendizagem, portanto, deveria incitar nos alunos a ação para com o semelhante.

Na continuidade, indica que os estudos humanísticos⁵⁴ de várias línguas são de muito proveito. “A lógica, a filosofia natural e moral, a metafísica, a teologia escolástica e positiva, e a Sagrada Escritura, serão estas as matérias que hão de estudar os que se enviam aos colégios” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 129). Cabe mencionar que o documento sugere que os religiosos levem sempre em consideração as circunstâncias do local e das pessoas em que os colégios estejam em funcionamento.

No capítulo sétimo da quarta parte das Constituições, Inácio de Loyola, ao lembrar que os colégios também recebiam estudantes não religiosos, indica além dos estudos de humanidades e línguas, a doutrina cristã. Percebe-se, portanto, que para os alunos leigos existia uma especial atenção para que os mesmos fossem bem instruídos nos preceitos cristãos. “Haja enfim a preocupação de, com a instrução, lhes inculcar hábitos dignos de cristãos” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 137).

Mais à frente, o documento aborda as universidades especificamente. Nessa parte, Inácio, ao lembrar que o fim dos estudos para a Companhia é ajudar ao próximo por meio de ações, pontua o Curso de Teologia como lugar de destaque, visto que, era o mais apropriado para tal finalidade.

[...] Procurar-se-á que a parte respeitante à doutrina escolástica e à Sagrada Escritura, bem como a parte da doutrina positiva que convém ao fim proposto, seja cuidadosamente tratada por excelentes professores. Mas não se entre na parte do Direito

⁵⁴ “Por estudos humanísticos entende-se a retórica, além da gramática” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 129).

Canônico orientada para as questões do foro contencioso. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148)

Dessa forma, o fato de a Universidade de Évora não conter aulas de Direito Canônico e Medicina, estaria relacionado às próprias regras das Constituições da Companhia de Jesus.

Para a formação teológica exigia-se conhecimento de literatura⁵⁵, e das línguas latina, grega e hebraica. Porém, quando julgassem necessário, poderia também ser trabalhado o caldeu, o árabe ou hindi. Por isso torna-se crucial a presença de bons professores na instituição.

“As artes ou as ciências naturais dispõem os espíritos para a teologia, e servem para se ter dela perfeito conhecimento e prática [...]” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148). Estas disciplinas, eram, portanto, próprias para o fim que se pretendia na teologia. Também deveriam ser ensinadas por professores competentes.

A lógica, a física, a metafísica e a moral, bem como as matemáticas, não de ser ensinadas dentro dos limites próprios do fim que se pretende. Ensinar a ler e a escrever seria também obra de caridade, se a Companhia tivesse tanta gente que pudesse acudir a tudo. Mas, por falta de pessoal, ordinariamente não se ensinará. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148)

Podemos afirmar que apesar dos jesuítas se dedicarem mais ao ensino secundário e superior, não deixavam de valorizar o ensino primário. Dessa forma, em muitos colégios eram ministradas aulas de instrução primária. “Na Universidade de Évora tiveram sempre abertas duas escolas de ler e escrever frequentadas por grande número de meninos” (RODRIGUES, 1917, p. 174).

Dentre as orientações presentes nas Constituições da Companhia de Jesus, temos as indicações das discussões públicas. As mesmas deveriam ser realizadas nas universidades, com dia e hora marcada. Esse recurso deveria ser aplicado tanto para os alunos avançados no conteúdo, como, também, para os mais atrasados. Até mesmo os professores deveriam participar das discussões públicas.

⁵⁵ “Por literatura deve entender-se a gramática e o que diz respeito à retórica, poesia e história” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148).

Em relação aos textos que seriam lidos nas aulas, estabelece o documento que, “seguir-se-ão em cada matéria os textos que expõem a doutrina mais sólida e mais segura. Não se adotarão os que forem suspeitos, eles ou os seus autores” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 151). Entretanto, mesmo não sendo adotados os livros, poderiam ser citados nas universidades.

Na Teologia, os livros a serem seguidos era o Antigo e o Novo Testamento, e os ensinamentos de Tomás de Aquino. “Ensinar-se-á também o Mestre das Sentenças” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 151). Caso os professores desejassem trabalhar com outro autor, poderiam fazê-lo, entretanto, precisavam da aprovação do Superior Geral. “Na lógica, na filosofia natural e moral e na metafísica, bem como nas artes liberais, seguir-se-á a doutrina de Aristóteles” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 152).

As Constituições da Companhia de Jesus determinam o respeito ao desenvolvimento específico de cada aluno e aos talentos de cada um. Tanto que orienta que não se exija um limite de tempo determinado para se realizar o curso de humanidades e de línguas, considerados o ensino base no período. Entretanto, para o Curso de Artes o documento orienta o mínimo de três anos e meio para conclusão. O Curso de Teologia, por sua vez, deveria ser composto por seis anos. “Ensinar-se-á todo o programa em quatro anos, e os dois últimos serão consagrados às repetições e aos costumados atos para o doutorado daqueles que o devem receber” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 153).

Posteriormente, com o *Ratio Studiorum* de 1599, visando a unidade do ensino no reino, estabelece-se no curso de letras a gramática, humanidades e retórica e o estudo do latim e do grego, cabendo ao professor a introdução de conteúdos conforme for sendo necessário. A língua hebraica passou a pertencer ao curso de Teologia. Percebe-se assim que foram adaptações no currículo que não alterou a sua essência.

Os primeiros colégios jesuíticos e a Universidade de Évora se colocavam abertos para as ciências modernas. Incorreto pensar o contrário pelo fato de ser uma instituição religiosa. Essa valorização do conhecimento nas instituições jesuíticas justifica-se pela ideia de que para se encontrar Deus era preciso conhecer o mundo. Era no mundo que Deus se fazia presente. Para os jesuítas,

era importante se manterem atentos às mudanças do mundo e as novas exigências, entretanto, sem perder o caráter humano e cristão.

Imersos em um contexto religioso exemplificado no primeiro capítulo, a educação jesuítica tinha, sim, um objetivo adicional, pois ao educar a juventude poderia estar definindo o futuro religioso de um país. Entretanto, não podemos ter a ingenuidade em acreditar que era apenas este pretexto apostólico. Ela tinha, portanto, outros fins.

Uma das características da espiritualidade de Inácio de Loyola foi sempre a profunda persuasão de que não existe para o ser humano caminho para a autêntica busca de Deus que não passe por uma imersão no mundo da criação. Se o ser humano é o caminho para Deus, para Inácio de Loyola o ponto de encontro do ser humano com Deus está no mundo. Traduzido ao terreno da educação, este princípio inaciano significa que o encontro do ser humano com Deus se dá no campo da cultura. (KOLVENBACH, 1999, p. 51)

Esta é uma das características da educação jesuítica – humanista e inserida na realidade do mundo. Incluir-se na realidade não significava considerar bom tudo o que essa realidade implicava. Era necessário ser crítico diante da novidade. Isso explica a atitude tomada por Inácio que adequou o período da história intitulado de Renascimento ao seu humanismo cristão.

Conforme Capitão (1959), o programa pedagógico universitário dos jesuítas era de uma sequência de estudos. Iniciando com o curso de Humanidades, para depois o Curso de Artes e posteriormente o curso de Teologia. Conforme a autora, o Curso de Humanidades seria semelhante ao que hoje conhecemos como Ensino Médio, acrescentando-se matérias de um Curso de Letras. Nele os alunos aprendiam o latim, o grego, a poesia e a eloquência e conjuntamente a língua pátria, a história, a geografia.

E não é de estranhar que assim acontecesse, se nos lembrarmos de que o Latim era ao tempo a língua oficial da ciência. Aulas, disputas, teses, conclusões, as próprias orações de Sapiência, ficaram-nos em Latim, com raras exceções para o século XVIII, onde por vezes encontramos já, alguns manuscritos redigidos em Português e Castelhana. (CAPITÃO, 1959, p. 226)

Os alunos não poderiam frequentar as aulas do Curso de Arte sem antes realizar um prévio exame de latim. Essa exigência torna-se compreensível se

voltarmos os olhos para a sociedade na qual a Universidade está imersa⁵⁶. Conforme Carvalho (2001), umas das interferências desse momento histórico, no que tange às questões educacionais seria a exigência do conhecimento do latim. Dominar essa língua possibilitava a leitura de autores tidos como clássicos da literatura.

Ainda em relação ao latim, o estudante era obrigado a aprender a língua antes das próprias Sagradas Escrituras. “Lancem bons fundamentos no latim, antes de frequentar as artes; e nestas, antes de passar à teologia escolástica. [...] A Escritura poderá estudar-se simultaneamente ou depois” (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 132).

Conforme Rodrigues (1917), por meio do latim se ensinava também o grego, a língua pátria, a história, de uma forma que os alunos pudessem compreender os autores clássicos. As aulas, portanto, iniciavam-se com a gramática latina, ínfima, média e suprema.

Os segundos estatutos da Universidade de Évora estabelecem que, vindo um estudante de fora para a aula de latim ou para o primeiro Curso de Artes, o mesmo seria examinado na língua latina, sendo encaminhado à sala que merecer. Passado algum tempo seria avaliado novamente a fim de se verificar o nível da língua.

Conforme os segundos estatutos da universidade eborense,

Averá na Universidade sete classes nas quais se ensine latim e retórica. E averá mais quatro lentes de Artes começando-se cada anno hum curso e três lições de Theologia, duas dellas de Santo Thomas e outra da sagrada Escritura; E duas lições de Casos de Consciência, e uma classe e outra na qual se ensine a ler e escrever⁵⁷. (ESTATUTOS, 1567, p. 31)

Conforme o documento, as aulas na Universidade de Évora iniciavam-se em dois de outubro para todos os cursos nela existentes. O que se diferenciava

⁵⁶ O século XVI foi um período de intensas transformações nos mais diversos setores da sociedade, influenciando a forma de viver dos homens. Momento rotulado pela história de “Renascimento”, onde se tem um maior interesse pela Antiguidade Clássica.

⁵⁷ Não conseguimos obter uma resposta ao longo deste estudo em relação, especificamente, às aulas de ler e escrever. Ao lermos o termo no documento específico da Universidade de Évora, a impressão que temos é de se tratar de um ensino de primeiras letras e números, ligados ao processo de catequização. Entretanto, não obtemos informações do local onde os mesmos eram aplicados, se era algum preparatório para outro curso, como também, quem eram as pessoas que o procuravam. Segundo Boxer (2012), os jesuítas mantiveram o equivalente a jardins de infância e escolas primárias que ficavam anexas aos colégios.

entre os mesmos era o período de férias. Nas três faculdades e nas duas classes de retórica, o descanso era de dois meses, sendo agosto e setembro. Os alunos de humanidades e gramática, por sua vez, tinham férias apenas no mês de setembro. E os alunos de ler e escrever apenas a segunda quinzena desse mês.

Nas classes de artes, retórica, gramática, ler e escrever, as lições eram de duas horas e meia, de manhã e à tarde. No sábado apenas duas horas. Entretanto, sendo o sábado dia santo, na sexta-feira as aulas teriam apenas duas horas. Já as lições de Prima de Teologia e Casos de Consciência duravam uma hora e meia, e de Véspera, Escritura, somente uma hora. (manhã e tarde). O horário não era igual durante todo o ano letivo. No inverno as lições iniciavam pela manhã às oito horas indo até às dez horas e meia. Durante a tarde iniciam às duas e finalizavam às quatro e meia. Já no verão, começavam às sete da manhã até às nove e meia, e na parte da tarde, iniciavam às três indo até às cinco e meia.

Nas lições também prevalecia a regra dos estatutos, sendo as Constituições uma ajuda para sua execução. O que se percebe ao analisar a orgânica da Universidade de Évora, por meio de seus estatutos, é que existia todo um cuidado de não se realizar atividades que não estivessem de acordo com as Constituições da Companhia de Jesus. Sempre que possível o documento refere-se que tudo seguirá conforme as regras das Constituições.

Dentre as regras dos estatutos, temos a proibição de implantação de outras escolas (privadas ou públicas) em Évora. A exceção é apenas para escolas de ler e escrever; “[...], porém nos conventos dos religiosos que na dita cidade houver, se poderão ler quaisquer lições, com tal declaração que somente as possam ouvir os mesmos religiosos, e seus servidores, [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 47).

4.2. CURSO DE ARTES

Sendo a Universidade de Évora (uma instituição de ensino jesuítica), uma das alterações realizadas pela Companhia de Jesus em relação aos seus primeiros estatutos, elaborados pelo Cardeal D. Henrique, refere-se ao tempo de conclusão do Curso de Artes. O mesmo estava estipulado, inicialmente, em três anos de duração, portanto, mais breve que o existente na Universidade de

Coimbra. Dessa forma, com a alteração, o curso passou a ser de três anos e meio, da mesma forma que se encontrava em Coimbra.

O Curso de Artes funcionava como um preparatório para o ingresso ao curso de Teologia. Os estudantes que desejassem frequentar o Curso de Teologia teriam que ser licenciados ou bacharéis em Artes. Importante esclarecer que na Universidade de Évora, o Curso de Artes referia-se ao Curso de Filosofia.

Conforme os segundos estatutos da Universidade de Évora, o Curso de Artes era de três anos e meio de frequência. Em seu primeiro ano lia-se Dialética, no segundo ano era a Lógica, de Físicos e Éticas, no terceiro seria a Filosofia, trabalhando também a metafísica, por meio do livro "*Parva naturalia*" (coleção elaborada por Aristóteles⁵⁸ sobre o corpo e a alma), e, no quarto ano (de seis meses), era trabalhada a Filosofia por meio dos livros de "*Anima*" (ou também "*Sobre a Alma*").

Os professores do Curso de Artes, além do exercício das disputas onde se uniam todos os cursos, também exercitavam seus alunos em classe e, com base no texto de Aristóteles, eram lidos outros autores autorizados pelo Reitor.

Como descrito anteriormente, antes de adentrar ao Curso de Artes os alunos eram obrigados a passar por exame de Latim. O mesmo valia para alunos que já tinham iniciado o Curso de Artes em outra instituição, e que passaram a estudar na Universidade de Évora.

O autor principal trabalhado pelos professores do Curso de Artes era Aristóteles. Os mestres deveriam exercitar os seus alunos seguindo o filósofo.

4.2.1. Disputas do Curso de Artes

Dentre as práticas pedagógicas realizadas nos colégios e universidade da Companhia de Jesus, podemos destacar as disputas, que objetivavam, por meio de um exercício mental, o desenvolvimento da inteligência.

⁵⁸Em suas obras, Aristóteles sugere que as afecções atribuídas geralmente à alma são propriedades do todo, isto é, do corpo animado ou dotado de alma. Sendo assim, há que se considerar o impacto desse fato sobre o teor da definição da alma. "Parece também que todas as afecções da alma ocorrem com um corpo: ânimo, mansidão, medo, comiseração, ousadia, bem como a alegria, o amar e o odiar – pois o corpo é afetado de algum modo e simultaneamente a elas. [...] Isto se torna ainda mais evidente quando, não havendo ocorrido nada de temível, experimentamos o sentimento de temor. Sendo assim, é evidente que as afecções são determinações na matéria" (ARISTÓTELES, 2006, p.47/48).

As disputas na Universidade de Évora eram realizadas três vezes por semana, nas terças, quintas e aos sábados pela tarde. As ocorridas às terças eram particulares de cada curso, com duração de duas horas e meia. As realizadas às quintas e aos sábados eram públicas, reunindo todos os cursos; “[...] e em cada hum destes dias à tarde se gastarão três quartos de hora em ler e ditar, e uma hora e três quartos q [que] ficam se gastarão nas disputas públicas [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 32). Entretanto, nas quintas realizavam-se as disputas dos discípulos argumentando entre si e com os mestres, e aos sábados apenas os mestres argumentavam entre si. Os estatutos lembram que em ambas as disputas se sustentarão as conclusões, não podendo reproduzir na íntegra as obras de Aristóteles; era preciso, por conseguinte, elaborar o próprio desfecho. Nos dias santos não eram realizadas as disputas.

Nas primeiras disputas em o princípio de Novembro, sustentará o primeiro Curso o princípio de Porfírio, e nas suas segundas conclusões sustentará o que imediatamente se sege. O que defendeu nas primeiras, e da mesma maneira se continuará nas terceiras; E o mesmo modo se guardará nas disputas dos annos adiante ficando porem a arbítrio do mestre deixar ou mudar algumas [algumas] matérias segundo vir que é mais proveitoso pera os discípulos. (ESTATUTOS, 1567, p. 33)

Desde o primeiro ano do curso os alunos já eram obrigados a participar das disputas. De início seriam apenas ouvintes. Posteriormente, passados dois meses de curso, os mesmos tinham que estar presentes nas disputas tanto dos discípulos como também dos mestres.

Existia nessas disputas uma organização elaborada pelo professor de artes, uma ordem no andamento das argumentações. Essa era uma das formas de não deixar nenhum aluno de fora do processo.

Os professores que participavam das disputas aos sábados recebiam uma remuneração para tal tarefa.

A cada hum dos Mestres que argumentarem nas ditas disputas públicas se dará de propina dois vinténs da Arca da Universidade, e estas propinas repartirá o Bedel da Universidade, e dará conta do dinheiro q [que] pera isso receber com assinado do mais antigo regente que nella se achar; Em que declare quantos Mestres argumentarão e reberão a dita propina. (ESTATUTOS, 1567, p. 33)

Podemos visualizar essa prática entre os mestres como uma forma de permanente atualização.

A organização das disputas ocorria da seguinte forma: o aluno do segundo ano teria as conclusões⁵⁹ da matéria que ele defenderia como, também, deveria ter acesso à matéria defendida pelo aluno do primeiro ano. Assim sucessivamente, quando for o discípulo do terceiro ano será feito com os do segundo ano. Tudo isso era feito para que os alunos argumentassem não apenas com os estudantes do mesmo nível de estudo que o seu.

Os alunos do terceiro ano, portanto, deveriam estudar todo o conteúdo dos anos anteriores para poderem argumentar (do primeiro e segundo). Eram obrigados a sustentar a lógica, a filosofia natural e moral e a metafísica.

Os discípulos que fossem defender suas conclusões, um ou dois dias antes, deveriam anexar um informe nas portas dos cursos dos quais estariam presentes na disputa.

4.2.2. Exames para a obtenção do grau de Bacharel em Artes

Nos exames dos Bacharéis do Curso de Artes haveria três examinadores (dois da Companhia e outro eleito pelo Reitor). Não poderia o examinador ser o professor dos mesmos. Os segundos estatutos da universidade jesuítica também estabelecem que somente em situação de extrema urgência é que poderia o mestre do quarto ano ser o examinador. Para o estudante participar dos exames precisava trazer uma autorização assinada pelo Reitor, que justificasse que o aluno já havia cursado dois anos e meio do curso. O aluno, chegando ao local do exame, deveria entregar a autorização para o escrivão da Universidade, o qual iria fazer o devido registro no livro do curso.

Entendemos, pela leitura do documento, que era realizado um sorteio entre os alunos para a devida apresentação. Podemos perceber esta questão em duas passagens dos estatutos: “Vespora [véspera] de Sam [São] Sebastião dará o mestre do 3º curso as pedras, e repartirá os lugares a seus discípulos [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 34), e “Os lugares em que se hão-de examinar, o

⁵⁹ “A última parte do discurso oratório, ou poema; epílogo, fecho da obra [...] These, Theorema, em matéria científica, ou princípios de Moral” (MORAES, 1813, p. 436).

primeiro, segundo, terceiro, quarto e mais o derradeiro, assy pera Bacharéis, como pera Lecenciados, se darão por sortes [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 35).

Pelo que podemos perceber na análise do documento, os integrantes da Companhia de Jesus não participavam desse sorteio. Os mesmos eram examinados do quinto lugar em diante, após a apresentação dos quatro alunos sorteados.

Quatro dias antes do exame era realizada a eleição dos examinadores. Quando não pertenciam a ordem deveriam prestar juramento no claustro de fazer o melhor e ser fiel ao seu ofício de examinador. Antes do exame público, o responsável pelo curso encaminhava aos examinadores e ao Bedel a informação com o nome dos alunos dos quais seriam examinados, indicando o dia do mesmo e a ordem do exame.

Para tal ato, existia toda uma preocupação com os costumes dos alunos como também as vestes dos mesmos, compreensível para o período em questão. “[...] aos estudantes q [que] se hão-de examinar que venham ao exame em hábito honesto, e que respondam com humildade e reverência aos examinadores” (ESTATUTOS, 1567, p. 35). A religiosidade não poderia deixar de se fazer presente nesse momento, tanto que, antes do exame, os presentes participavam de uma oração. “[...] o dito estudante fará também sua oração em louvor da Dialética e Filosofia [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 35).

No primeiro dia do exame o primeiro examinador elaborava questões de ordem pessoal, tais como: Como se chama? De que lugar é? Em quais locais estudou? Satisfeito com as respostas iniciais, poderia propor uma questão do livro dos *Físicos*, devendo o sustentante⁶⁰ provar seu conhecimento das teses aristotélicas com digna autoridade.

No dia seguinte, o primeiro examinador daria continuidade ao exame realizando as devidas questões. Discutia-se na sequência, sobre algum capítulo de Porfírio, tendo o aluno a obrigação em descrever o seu resumo. Sintetizando o capítulo, o mesmo deveria, também, elaborar uma questão ou questões sobre o conteúdo, das quais seriam devidamente encaminhadas para o examinador argumentar. Feito isso, era a vez do segundo examinador, que elaborava uma questão sobre algum capítulo dos *Predicamentos* de Aristóteles. O terceiro

⁶⁰ “O que sustenta a These ou Conclusões” (Moraes, 1813, p. 743).

examinador, por sua vez, deveria elaborar perguntas sobre o livro *Interpretatione*. Em todos examinadores seguia-se a mesma organização descrita anteriormente. O aluno deveria resumir o capítulo e lançar questões para o examinador.

Após essa primeira fase, passado o aluno pelos três examinadores e dando continuidade ao exame, era a vez novamente do primeiro examinador. Entretanto, nessa segunda fase, o mesmo deveria elaborar uma questão de *Priores*, o segundo examinador de *Posteriores* e o terceiro de *Tópicos*, todos de Aristóteles.

Dando sequência ao exame, voltando ao primeiro examinador, seria debatida a Lógica com os *Elencos*.

Ao fim dessa etapa, cada examinador tinha que elaborar uma questão sobre os *Físicos* e, por fim, sobre a Lógica. Dessa forma se findava o exame. Finalizado, seria a vez do próximo que fora sorteado.

O que se percebe, por meio da análise dos estatutos da Universidade de Évora, é que essa ordem, elaborada no primeiro exame realizado, era alterada no segundo exame, e, assim por diante. Dessa forma, cada examinador seria obrigado a dominar todas as leituras trabalhadas no dito exame. No segundo exame, quem iniciava o questionamento era o segundo examinador. Mais uma vez podemos observar o quanto os mestres precisavam estar em constante estudo e aperfeiçoamento de seu conhecimento.

[...] tomará a pedra o 2º e dará a cédula ao 2º examinador q [que] o começara a examinar e por esta ordem procederão até que se acabem os exames, gastando-se hum dia inteiro com cada hum dos primeiros cincos examinados, e dai por diante examinar-se-ão dois cada dia e mais não tirando o último com o qual se gastará também o dia inteiro. E nos dias de guarda, não averá exame algum. (ESTATUTOS, 1567, p. 36)

Ao fim da prova, os examinadores se reuniam em local reservado, a fim de discutirem sobre a suficiência ou não do examinado. Em acordo, o examinador que iniciou o processo deveria indicar por escrito a decisão.

Ao fim de todos os exames o Reitor da Universidade se reunia com os examinadores para discutirem sobre cada estudante pela ordem de apresentação. Na sequência pedia-se para virem até si os alunos a fim de passar-lhes o resultado. Ou eram louvados ou repreendidos conforme merecessem.

Após isso, o Reitor estabelecia um dia para festas em que era dado o grau de Bacharel. Percebe-se que esse momento era de muita importância para a Universidade. O mesmo está descrito em detalhes nos Estatutos.

Os examinadores e regente do Curso dos que se ão de graduar com os mais estudantes e pessoas que o quiserem acompanhar se ajuntarão em a Igreja da Universidade, pera dai irem a sala, onde já estará o Reitor com os Mestres, e serão por esta ordem diante de tudo, as trombetas, ou charamelas tangendo as quais o dia dantes tanjão a porta das Escolas e do Examinador que não for da Companhia e em os lugares mais públicos da cidade pera que venha a noticia de todos o dito grau, e logo vira o Meirinho da Universidade e depois delle virão os que se hão de graduar por ordem em procissão de uma parte e doutra, e com a cabeça descuberta, e detrás delles os examinadores e regentes com suas insignias levando diante de si o Bedel com a maça. (ESTATUTOS, 1567, p. 37)

Ao chegarem ao local da festa, era lido o nome dos que iriam receber os graus, e um dos examinadores, em voz alta e em nome de todos, pedia o grau de Bacharel para os alunos. Na sequência, era realizada uma oração de agradecimento e outra oração em louvor às ciências das artes e filosofia, louvando as virtudes e diligência dos discípulos.

Para receberem o grau de Bacharel, os que foram examinados deveriam se ajoelhar em sinal de humildade e respeito.

Pelas regras dos estatutos, os alunos que recebiam o grau de Bacharel poderiam adquirir o próximo grau, que era o de Licenciado. Entretanto, precisavam passar por duas conclusões, chamadas “respostas maiores”. Essas conclusões eram realizadas aos sábados, no mês de março, podendo participar até cinco bacharéis.

Hum dos cinco [cinco] Bacharéis que comumente ão de sustentar em cada uma das mesas sustentará nove Conclusões da Lógica; O 2.º sustentará outras nove de Physicos de Aristóteles; O 3.º outras nove de Philosophia natural e duas de moral; o 5.º cinco, ou seis de Metaphisica e as outras de Éticos. (ESTATUTOS, 1567, p. 38)

Após essa primeira fase, as chamadas “respostas maiores”, ocorria outro auto chamado “respostas menores”, não tendo o mesmo nível de solenidade tal qual as maiores. Tanto é que os estatutos são breves ao descrever esse auto. O

documento não nos fornece muitos detalhes em relação ao conteúdo que se trabalhava com os alunos.

4.2.3. Exames para obtenção do grau de Licenciado em Artes

Os exames dos licenciados em Artes, por sua vez, eram compostos por cinco examinadores (três da Companhia e dois de fora). Seguia-se a mesma metodologia empregada nos exames dos Bacharéis. O conteúdo, portanto, é que se diferenciava. Além das questões de física, presentes nas conclusões dos bacharéis, para os licenciados exigia-se o estudo da metafísica. Juntamente, “o exame nos livros de *Coelo, de Generation, Metauros, de Anima*, e nos livros chamados *parva naturalia*” (ESTATUTOS, 1567, p. 40). Os examinadores elaboravam três questões acerca da moral em Aristóteles, dos primeiros três livros.

Finalizado os exames, um dia antes da entrega dos graus, o Reitor se reunia com o Cancelário e com os examinadores, em local reservado, a fim de chegar a conclusão se os mesmos foram aprovados. Assim, o escrivão da Universidade entregava aos examinadores “duas letras escritas cada uma em seu papel, em um dos quais estará um A e no outro um R e logo votarão secretamente” e “achando mais AA que RR ficará o tal examinado aprovado, e tendo mais RR que AA será reprovado” (ESTATUTOS, 1567, p. 40).

Os estatutos também autorizam aplicação de penitências da parte dos examinadores para com os examinados. Dessa forma, ao analisar o desenvolvimento do aprendiz durante o procedimento, o mesmo poderia receber o devido castigo. Caso o candidato a Licenciado em Artes recebesse alguma punição, outro exame deveria ser agendado para o mesmo, podendo ser trabalhado apenas o que ficou deficiente por parte do examinado.

Os examinados aprovados realizavam um juramento perante o Reitor e o Cancelário, se comprometendo a dar continuidade a seus estudos a fim de obterem o grau de Mestre.

Analisando os estatutos, é possível identificar que existia um sorteio realizado com o nome dos aprovados, para se definir o local em que os mesmos iriam receber o grau de Mestre.

[...] os que forem aprovados jurão [juram] perante o Reitor e Cancelário pera se lançarem sortes sobre os lugares que terão em se fazerem Mestres porque o grau de Ldos [Licenciados] se dara a todos juntos e tendo o escrivão da Universidade escritos os nomes dos Examinados cada hu [um] per si em um papel os lançara em uma boeta e em outra estarão os lugares do Magistério por numeros, e tirando hum e hum pela ordem e número dos lugares que sairem precederão uns aos outros no tomar do grau de Mestre em Artes e das ditas sortes fará também assento o dito Escrivão, ao pé do qual assinará o Reitor e Cancelário. (ESTATUTOS, 1567, p. 41)

Assim como para os aprovados no grau de Bacharel, também era realizada uma festa para os aprovados na licenciatura. Cerimônia essa que se iniciava com uma missa na Igreja das escolas, com entrega do grau ao som de trombetas e ou charamelas. Por ser demasiadamente parecida com a cerimonia de bacharel, torna-se desnecessário descrever o evento.

4.2.4. Mestre em Artes

O grau de Mestre em Artes era também intitulado de magistério. Quinze dias após o recebimento do grau de Licenciado, os aprovados poderiam receber o grau de Mestre seguindo a mesma ordem do recebimento do grau anterior. Quando o primeiro Licenciado não se considerava preparado o suficiente, poderia realizar o exame em outro dia e, automaticamente, passaria a chance para o próximo da ordem. Para receber o grau de mestre era preciso ter a idade mínima de dezoito anos.

A cerimônia era realizada aos domingos, ou em algum dia de festa, com a presença do Reitor, do Cancelário, de doutores e mestres da Universidade. Inicialmente reuniam-se na Igreja, para na sequência irem até a sala onde seria entregue o grau. O magistrando deveria usar um capelo de seda azul e vestido sem barrete.

Antes do recebimento do grau, o Cancelário elaborava ao magistrando uma questão moral, que deveria ser respondida com base em Aristóteles. Apresentado os argumentos da resposta, era realizada uma oração pelo magistrando, o qual, na sequência, em voz alta, solicitava o grau de Mestre. “[...] assentando-se de joelhos aos pés do Cancelário lhe dará o dito Cancelário o grau autoritate apostólica [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 42).

Os estudantes que desejassem cursar Teologia precisavam ser licenciados ou bacharéis em Artes. Entretanto, para os religiosos não era obrigado ter o grau, apenas precisavam ter participado das aulas.

4.3. CURSO DE TEOLOGIA

Podemos afirmar que o Curso de Teologia era o que existia de mais elevado nas universidades inicianas. Entretanto, é importante afirmar que o fato de a Teologia ter uma importância superior na escala de prioridades, deve-se ao fato de que, além de trabalhar com a razão, a mesma também trabalhava com a Revelação Divina. Conhecer Deus por meio de sua Revelação era conhecer o mundo.

[...] A doutrina de Aristóteles, devidamente reformada à luz da fé cristã, torna-se, desse modo, fundamental na sistematização filosófica da verdade cristã, uma vez que ajudou a esclarecer o terreno da Filosofia e o separou do espaço reservado a Teologia: a primeira, resulta da razão; a segunda provém da Revelação. (DIAS, 2009, p. 90)

Com Tomás de Aquino o aristotelismo tornou-se flexível às exigências existentes da fé cristã. Para São Tomás, Aristóteles, por meio de sua investigação filosófica, chegou a razão humana. Entretanto, era preciso ir além, era necessária a verdade da fé que chegamos apenas com a Revelação cristã. Por conta disso, Aquino estabelece uma ligação entre a verdade filosófica de Aristóteles com a verdade revelada por Deus.

O Curso de Teologia na Universidade eborense, poderia ser realizado após a conclusão do Curso de Filosofia ou Artes. Conforme Rosa (2013) era lecionado quatro cadeiras, sendo três de Teologia Escolástica e uma de Sagrada Escritura. O autor adotado nas aulas de Teologia Escolástica era São Tomás de Aquino, considerado o mais sólido e o mais seguro. Nas aulas da Sagrada Escritura, por sua vez, era preciso que o aluno tivesse o conhecimento da língua hebraica, para se trabalhar o Antigo e o Novo Testamento.

Em relação ao processo de graus acadêmicos da Universidade, podemos concluir que os graus de Bacharel e Licenciado eram realizados com todos os estudantes juntos. Os de Mestre em Artes e Doutor em Teologia realizava-se

individualmente em dias específicos. Conforme os segundos estatutos, o grau de Doutor em Teologia era o único realizado na Igreja.

No que tange às aulas de Teologia, percebe-se uma grande preocupação com a pessoa que iria ministrá-las. Esta deveria ser uma pessoa de boa índole e zelosa pela doutrina, além de ser adepto a São Tomás de Aquino.

No programa da Universidade de Évora tem-se, por um lado, a existência de um curso maior, destinado aos futuros professores da ordem, entretanto, por outro lado, tem-se um curso menor destinado aos Coadjuutores espirituais e aos sacerdotes externos. Esse curso tinha uma função mais prática, centrando-se mais ao estudo de Casos de Consciência⁶¹, para a dinâmica de resoluções de questões particulares.

Sobre as lições do curso de “Casos de Consciência”, os estatutos estabelecem que os professores leiam as matérias mais necessárias e proveitosas para os confessores, visto que o curso tinha um caráter mais prático. O curso com duração de dois anos exigia para emissão do certificado de conclusão o exame publico das matérias referentes à Confissão. Certificando-se que o examinado estava apto para ouvir confissões, era emitida carta de aprovação pelo Reitor, testemunhando sua eficiência no exercício de confessar. “Haverá duas lições de casos de consciência da Suma de Caietano em latim, das quais uma se lerá pela manhã na hora que se segue depois da lição de prima de Teologia, e a outra acabada a lição de véspera” (ESTATUTOS, 1567, p. 49).

Passados dois anos de participação nas lições de Casos de Consciência, o aluno já poderia requerer sua carta de aprovação. Para tanto, era examinado publicamente, sobre as matérias necessárias para a confissão. Sendo aprovado, recebia sua carta de aprovação assinada pelo Reitor, que declarava sua suficiência para poder ser admitido no exercício de confissão.

Para as confissões foi instituído na Universidade de Évora a Capela de Vera Cruz, com vinte e seis capelães para os alunos de Casos de Consciência praticarem os seus estudos. Para o cargo eram eleitos os mais idôneos, dando preferência aos naturais da cidade de Évora.

⁶¹ Segundo Veloso (1949) os jesuítas iniciaram o Curso de Casos de Consciência no ano da inauguração do Colégio do Espírito Santo, em 1553. Também era chamado de Curso de Teologia Moral.

Outra capela instituída pelo cardeal D. Henrique é a de São Jerónimo, para os cursos de Artes e Teologia. Composta por vinte quatro capelães (doze de Artes e doze de Teologia). Os ditos capelães dos cursos citados deveriam ser sacerdotes de missa. Também precisavam ser naturais do arcebispado de Évora. Caso estivessem há dez anos na região já eram considerados naturais do mesmo.

Assim como ocorria na Capela de Vera Cruz, os capelães de São Jerónimo eram providos pelo tempo de duração do curso. Formando os últimos, novas vagas eram abertas em editais pelo Reitor. Os interessados deviam se inscrever para poderem realizar exames de suficiência para Teólogos e artistas (do curso de Artes). Com o parecer dos examinadores eram escolhidos os novos capelães. Outra exigência para o cargo era não ter benefícios de outra igreja.

Ordenamos e mandamos, que se algum dos que tiverem estas capellarias for provido de alguma [alguma] Igreja, ou beneficio q [que] passe de dezasseis mil réis e pera elle ipso facto, vage a dita Capellaria pera que o dito Reitor a proverá, e da mesma maneira se não poderão opor as ditas Capellarias os que constar que são ricos e abastados por qualquer maneira que seja, salvo que não ouver [houver] outros dignos que se oponham. (ESTATUTOS, 1567, p. 68)

Dessa forma, verificando o Reitor a impossibilidade da pessoa continuar no cargo, sendo indigno do mesmo, a vaga passava para outro.

4.3.1. Os graus no Curso de Teologia

A Faculdade de Teologia concedia três níveis de graus. Para a obtenção de grau de Bacharel, o aluno era obrigado a participar de quatro *actos* públicos: Tentativa, Primeiro Princípio, Segundo Princípio e Terceiro Princípio. Para a obtenção do grau de Licenciado, seguia-se os seguintes *actos*: Princípio da Bíblia (também chamado de Quarto Princípio), Magna Ordinária, Henriquiana, Quodlibetos e Exame Privado. Por fim, para o Grau de Doutorado, ocorria o *Acto* de Vésperas.

O processo dos autos de Teologia seguia-se como os já descritos no Curso de Artes.

Os alunos de Teologia, do início do segundo ano em diante, eram obrigados a participar das conclusões, relacionado as aulas de quintas feiras, pela manhã, onde se trabalhava a lição de prima. “Os estudantes q [que] faltarem a

estas disputas, e aos mais actos de Theologia, serão apontados como se perdessem lições pera a prova de seus cursos” (ESTATUTOS, 1567, p. 44).

4.3.1.1. Grau de Bacharel: Tentativa, Primeiro, Segundo e Terceiro Princípio

Os estudantes não poderiam participar da Primeira Tentativa se não fossem Licenciados em Artes. Com exceção para os alunos religiosos. No Auto da Tentativa, os estudantes precisavam se apresentar ao Reitor.

Este auto da tentativa será de nove conclusões: três principais, que serão de diversas matérias, e seis colateraes, e cada conclusão das principais pello menos terá três pontos, e ao mais quatro. E as colateraes pelo menos dois ao mais três. E o sustentante, provará cada uma das partes com uma só razão, e autoridade. (ESTATUTOS, 1567, p. 44)

Além de serem obrigados a entregar as conclusões ao presidente, entre dez a quinze dias antes do auto, os alunos também eram obrigados a confiar ao Bedel, três dias antes de sua defesa, uma via de sua conclusão, de forma bem escrita, o qual iria por na porta do geral de Teologia.

Nesse auto, os alunos deveriam provar as questões principais de sua conclusão, justificando a mesma por meio de provas. Caso ocorresse alguma impugnação, o sustentante deveria responder.

Passado dois dias do auto, era decidido entre o Reitor e os doutores a suficiência ou não do sustentante. Em local reservado, cada um recebia os seus dois papéis, um com A e outro com R. Caso decidissem aprovar, colocariam na urna o papel com a letra A, caso contrário, deveria colocar a letra R.⁶²

Importante mencionar que os segundo estatutos estabelecem que os doutores presentes nos autos poderiam contestar sobre os argumentos dos alunos, entretanto, não poderiam contestar em relação aos argumentos de um Doutor. Também não era permitido um argumentar antes que o outro já tivesse acabado. Interromper jamais.

Após a tentativa, os alunos passavam por outro auto de três conclusões, feitas com base no livro das Sentenças, intitulado de Primeiro Princípio entre os autos dos Bacharéis. O Segundo Princípio era de três conclusões das matérias do

⁶² A avaliação ocorria da mesma forma tal como a do Curso de Artes.

segundo livro do Mestre das Sentenças. No Terceiro Princípio, com três conclusões das matérias do terceiro livro do Mestre das Sentenças.

Após estes autos os alunos poderiam receber o grau de Bacharel em Teologia, podendo seguir para a próxima fase a seguir.

4.3.1.2. Licenciado em Teologia: Princípios da Bíblia, Magda Ordinária, Anriquiana, Quodlibetos e Exame Privado

Ocorria na Universidade o intitulado Princípio da Bíblia, que era um auto para os bacharéis formados, composto por três conclusões de matérias da Sagrada Escritura.

A Magda Ordinária, por sua vez, era composta de nove conclusões de matérias graves morais, sendo realizada entre os bacharéis e os doutores da Universidade. Caso o candidato fosse reprovado, teria que refazer o auto.

Outro auto descrito nos estatutos é a Anriquiana, onde se realizava com nove conclusões de matérias complexas da Teologia, também destinado aos bacharéis formados.

O Reitor mandará chamar a todos os Bacharéis pera que eles elejam entre si, estando o dito Reitor presente, hum prior que será dos mais idôneos do mesmo curso de que são os que hão-de fazer a Anriquiana, e não avendo [havendo] entre eles quem o possa ser, elegerão algum dos outros Bacharéis, ou Licenciados ainda que não sejam do mesmo curso. (ESTATUTOS, 1567, p.48)

Os alunos que realizavam esse exame eram obrigados a entregar as conclusões até um mês antes do dia agendado para tal. Passados quinze dias, era devolvido uma via aos estudantes para que os mesmos pudessem estudar e se preparar para os argumentos.

Nesse auto, o prior lançava a questão para o bacharel, do qual teria que responder e argumentar, “e responderá a dita questão declarando e provando suas conclusões discorrendo por todas as partes della [...]” (ESTATUTOS, 1567, p. 49). Dando sequência, o prior argumentava contra as partes das conclusões e as fundamentações do aluno, o qual, em seguida, deveria responder. O prior ainda poderia indicar as falhas das conclusões.

O próximo auto descrito nos segundos estatutos é o *dos Quodlibetos*, de matérias especulativas e práticas. Como nos outros exames, o sustentante tinha que entregar trinta dias antes suas conclusões por escrito. Além disso, cabia ao

sustentante entregar, entre três e quatro dias antes, cópias de suas conclusões ao Bedel, para que o mesmo encaminhasse ao cabido da Sé e também a cada Mosteiro e Colégio, os convidando para o virem argumentar em seu auto.

Uma vez ao ano o Reitor solicitava aos bacharéis em Teologia que se apresentassem no caso de desejarem ser Licenciados. Se houvesse interessados, o Reitor marcava um Exame Privado. Para poderem realizar os exames, os bacharéis precisavam levar uma certidão feita pelo escrivão da Universidade, onde afirmava que o bacharel havia realizado os demais autos exigidos (citados anteriormente), como também que cursava Teologia. Entretanto, o crucial para poderem realizar tal exame, o que se cobrava dos alunos, eram os seus bons costumes. Isso porque, não os tendo, o Reitor não o admitiria no exame.

O dito Reitor não admitirá nenhum ao exame privado, se lhe não constar que tem algumas [algumas] ordens severas, e que tem bons costumes, porque achando que é dissoluto ou escandaloso em sua vida, o não admitirá ao dito acto, ou lhe deferirá como melhor lhe parecer. Esta informação se tornará secretamente de cada hum. (ESTATUTOS, 1567, p. 51)

Dois dias antes a esse exame, se reuniam o Reitor, o Cancelário, e escrivão da Universidade, o Bedel, juntamente com o examinado. Nesse encontro, o Cancelário realizava o sorteio das partes dos livros e de seus respectivos capítulos dos quais seriam cobrados no exame. O Cancelário abria o livro com o nome intitulado nos estatutos, de “Mestre das Sentenças” em três partes diferentes, e, em cada uma delas o escrivão registrava. O sustentante, por sua vez, escolhia um dos três pontos sorteados. Percebe-se que, semelhante a um sorteio, abria-se o livro em três partes, e o aluno que iria sustentar o trabalho, poderia escolher uma dessas três para a primeira lição. Repetia-se o mesmo processo para a segunda lição. “[...] e logo o Cancellário tornará a abrir o dito livro do Mestre em três partes pera a 2^o lição, contanto que não sejam as mesmas em que abriu a primeira vez” (ESTATUTOS, 1567, p. 51). Feito isso, o examinado tinha duas noites e um dia para estudar.

No dia dos exames, era permitida apenas a participação do Reitor, do Cancelário, dos doutores, do escrivão e do examinado. Não era admitida a presença de mais nenhuma pessoa. Os demais poderiam ficar do lado de fora.

A primeira lição durava em torno de uma hora e meia, e a segunda, meia hora - as duas não poderiam passar de duas horas. Finalizada a primeira lição, o examinado se recolhia por um tempo, do qual poderia aproveitar para revisar o conteúdo da próxima etapa.

Finalizada as lições, o Reitor mandava abrir as portas e o examinado deveria ir para sua casa. “[...] e fechada a porta do exame nenhuma pessoa o poderá encomendar, nem favorecer, nem por palavras, nem por jeitos. Assim antes de votar como depois, sob pena de perder a propina do tal exame” (ESTATUTOS, 1567, p. 52).

Importante mencionar que antes da votação sobre a aprovação ou não do examinado, o Reitor pedia aos presentes “justiça” ao votarem, e lembrava aos mesmos o prejuízo que um voto errado poderia ter para o mundo cristão. Assim, discursava um alerta sobre o perigo de se dar um grau a pessoas indignas e insuficientes. Isso em qualquer faculdade, entretanto, se tratando da Teologia, a atenção deveria ser redobrada. O voto era em segredo e seguia-se a dinâmica dos demais já descritos. Era entregue papéis com letra A e a letra R.

Finalizada a votação do Licenciado em Teologia, o examinado estaria aprovado caso recebesse mais votos com a letra A. Sendo aprovado, os examinadores presentes recebiam mais um papel em branco, onde deveriam indicar se existia a necessidade de alguma penitência ou indicação de melhor estudo, antes de se tornar-se um Doutor em Teologia.

Passados oito dias do exame, o aluno poderia solicitar ao Reitor o recebimento do grau de Licenciado. O mesmo ocorria no primeiro dias de festa seguinte ao pedido.

4.3.1.3. Doutor em Teologia: *Acto de Vésperas*

Entre dois e três dias antes da cerimônia de Doutorado, era realizado um ato solene, intitulado “Vésperas”. Nele, sustentavam um Teólogo ou “Bacharel corrente”, duas conclusões. De início, o presidente do auto propunha uma questão do título das conclusões, que deveria ser respondida pelo Teólogo ou Bacharel. O presidente também recomendava aos doutorandos, humildade para reconhecer as suas faltas.

No dia do doutoramento, reunia-se o Reitor, o Cancelário, o padrinho, os doutores, o Mestre em Artes, o Bedel, e quem mais desejasse acompanhar. Caminhavam para a Igreja onde se realizava a entrega do grau de Doutor, devendo o mesmo vestir-se conforme os estatutos:

[...] o Doutorando irá vestido decentemente com seu capello de ceda [seda] branca, sem barrete na cabeça, e irá a mão direita do Reitor, e da outra parte o padrinho, ficando elle no mejo [meio], e diante do Reitor irá o Bedel com sua maça diante do qual irá o pagamento do Doutorando bem tratado com hum bacio de prata nas mãos em que levará o barrete, com a borla doutoral, e uma Bíblia e um anel [...] (ESTATUTOS, 1567, p. 56)

Percebe-se que existia uma considerável preocupação com a formação dos alunos, entretanto, destaque maior tem-se com o curso de Teologia. Este precisava ser olhado com muito cuidado e zelo, pois se relacionava, como eles mesmo situam, as “coisas da nossa santa fé”.

Do resultado desses debates (públicos e privados), eram impressas as conclusões, usadas posteriormente nos estudos pelos alunos da Universidade.

4.4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS CURSOS DE ARTES E TEOLOGIA

Conforme o último livro dos segundos estatutos da Universidade de Évora, todos os alunos eram obrigados a comprovarem o conhecimento adquirido em seus cursos, a cada ano (no fim dele ou até o princípio do outro). Percebe-se que eram provas que visavam acompanhar o conhecimento dos estudantes, como, também, aperfeiçoar os mesmos na arte da argumentação.

Os Cursos de Artes [...] cada mestre será obrigado a ter um rol de todos os seus discípulos, o qual levará cada dia a classe, pella manhã, e a tarde, e no fim de ambas as lições sempre perguntará pellos ausentes [ausentes] e apontará no ditto rol os que faltarem; e na Theologia além do apontador q [que] aponta os Capellães, porá o Reitor outros apontadores que forem necessários, q [que] serão dos que forem mais idóneos e dos mais contínuos e virtuosos, os quais terão cuidado de apontar com muita fidelidade nos rois [plural de rol] q [que] pera isso terão de todos os Theólogos q [que] faltarem e no mesmo dia dirão ao Mestre que le a lição em que faltar, e faltando a todas as três lições de Theologia, avisará a todos os Mestres, os quais terão também

seus rois, e os apontarão nelles. E por estes rois dos Mestres que se trarão diante do Reitor, estando presente o Escrivão da Universidade, que dará sua fé, se provarão os cursos, assim de Artes, como de Theologia. (ESTATUTOS, 1567, p. 59)

Os referidos cursos de Artes e Teologia duravam em torno de nove meses por ano. Se algum estudante por justa causa deixasse de cursar um mês, sendo a pessoa de boa índole e bom conhecimento, se dispensava o aluno desse mês que faltou. Para isso, no próximo ano fazia um mês a mais para compensar o que ficou insuficiente.

Caso algum aluno dos Cursos de Artes ou Teologia faltassem em uma das disputas públicas era computado como falta e perda da lição. O mesmo valia para os alunos não pontuais.

Para os alunos de outras Universidades os mesmos poderiam incorporar a instituição universitária de Évora sem necessidade de exames. Entretanto, se fossem conhecidos comportamentos contrários à regra da Universidade de Évora a mesma poderia não aceitá-lo.

Quando alguma [alguma] pessoa doutra Universidade se quiser incorporar nesta se porá hum édito na porta das escolas e se publicará pellas lições de prima, e véspera de Theologia e Cursos de Artes pera ver se vem alguma [alguma] pessoa alleguar [alegar] alguma [alguma] couza [coisa] em contrário de *vita, et moribus*, ou insuficiência do que se quer incorporar diante do Reitor da Universidade. (ESTATUTOS, 1567, p. 61)

Percebe-se, por meio desta citação, o quanto era decisivo a postura de vida do aluno. Qualquer desvio de conduta do mesmo poderia ser motivo de não aceitação na Universidade.

Outro aspecto de muita importância que se percebe nos estatutos eram as vestes dos participantes dos autos, intitulados de insígnias. No documento temos um capítulo específico para tal assunto. Os doutores em Teologia que também fossem mestres em Artes, por exemplo, eram obrigados a se identificarem com capelos de veludo forrados de seda azul. Já os doutores que não eram mestres em Artes deveriam ter os capelos forrados da mesma seda branca com a borla da mesma cor. Percebe-se que eram formas de se diferenciar os graus de estudo entre os presentes.

Os estatutos também estabelecem os momentos em que os doutores e mestres deveriam estar vestidos com suas roupas específicas.

Os tempos em q [que] os Doutores e Mestres hão de levar e estar com as tais insígnias são os seguintes: quando forem aos acompanhamentos, pera se dar algum grau de Theologia ou Artes, e quando o Doutor ou Mestre em Artes presidir em actos públicos, ou quando der algum grau de Theologia ou Artes. E quando os Doutores forem e estiverem no exame privado de Theologia. E quando os Mestres em Artes examinarem pera Licenciados nas mesmas Artes, e ao tomar da pedra, e o primeiro exame de Bacharéis em Artes. (ESTATUTOS, 1567, p. 62)

E, se caso eles não respeitassem tais regras, não recebiam suas propinas.

Os alunos do curso de Teologia também eram obrigados a usar suas vestes apropriadas para a obtenção do grau. Os bacharéis, por exemplo, tinham que usar um capelo de veludo, durante os respectivos autos. Entretanto, não poderiam vesti-lo da mesma forma que os doutores. Deveriam apenas colocar sobre os ombros.

Essa regra não se aplicava aos estudantes religiosos, os quais respeitavam as vestes conforme as constituições.

4.5. DEMAIS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

4.5.1. O teatro

Analisando os segundos estatutos e o currículo da Universidade de Évora, pode-se perceber que a preocupação pedagógica é evidente e criteriosa. Uma das preocupações constantes do documento refere-se à questão da formação e aperfeiçoamento dos professores; Os mesmos tinham que conseguir despertar a curiosidade no aluno, o desejo do saber. Por conseguinte, uma das maneiras de se realizar esse incentivo era por meio do teatro.

O teatro era um recurso pedagógico utilizado pelos jesuítas. Por meio dele os professores exercitavam seus alunos e acompanhavam o progresso na considerada arte de persuasão. As mesmas visavam uma educação moral, sendo na maioria peças religiosas, contribuindo para a formação dos bons costumes. Acreditavam os jesuitas que por meio das representações teatrais desenvolviam-se as aptidões dos discípulos. Não era para eles uma forma de diversão, mas sim, a continuação da sala de aula.

Os segundos estatutos da Universidade de Évora não abordam sobre o teatro, entretanto, sabemos que a prática era comum aos colégios e Universidades da Companhia de Jesus, usado como um poderoso instrumento pedagógico. Segundo Rodrigues (1931), o recurso era utilizado para a formação literária e para a educação moral da juventude. Poderiam ser peças literárias, com diálogos e poesias, como também poderiam ser dramas e tragédias, mas sempre de cunho religioso.

Durante o ano letivo, por exemplo, as Congregações festejavam os seus padroeiros (prática adotada também no Brasil). Nessas festas celebrava-se por meio de práticas religiosas e culturais – dentre os quais o teatro, os acontecimentos gloriosos dos colégios, da Companhia de Jesus, da religião e de Portugal; “[...] desta maneira se aliava o amor da Religião com o amor das letras e da patria, triplice affeto que os Jesuitas sempre procuravam desenvolver nos corações de seus alumnos” (RODRIGUES, 1917, p. 25).

4.5.2. Distribuição de Prêmios

A distribuição de prêmios também era um recurso pedagógico que visava o incentivo dos alunos a estudarem e se prepararem. Procedimento autorizado por Diogo Laynez⁶³ no ano de 1564. Em Portugal, portanto, essas práticas já haviam iniciado. Na Universidade de Évora, em 1560 tem-se a primeira solenidade de premiação da instituição.⁶⁴

Para instigar os estudantes, as premiações eram realizadas anualmente, em eventos solenes e com muitos convidados, deixando os alunos fortemente impressionados; “Os dias que se compõem pera prémios públicos, não deixem de ler os Cursos das Artes, mas os estudantes q [que] nelles compuserem contar-se-ão como se estivessem presentes as lições” (ESTATUTOS, 1567, p. 60).

Os segundos estatutos da Universidade eborense não descrevem sobre o ato de entrega das premiações. No entanto, tal recurso era adotado no incentivo ao estudo, como, também, estimulavam certa competição entre os mesmos.

⁶³ Diogo Laynez foi um jesuíta espanhol, Superior Geral da Companhia de Jesus após Inácio de Loyola.

⁶⁴ Conforme Rodrigues (1917), antes da Universidade de Évora a prática das premiações estava presente nos colégios da Companhia de Jesus desde o ano de 1556. Os prêmios geralmente eram livros.

Conforme Costa (2004), a distribuição de prêmios, prática também conhecida como emulação, apesar de não ter sido um recurso criado pelos jesuitas, tornou-se um importante auxílio pedagógico utilizado nos colégios e universidades, como incentivo ao estudo de determinado conteúdo.

4.5.3. O Castigo

Dentre os métodos pedagógicos da Companhia de Jesus, temos também os castigos, aplicados apenas quando as palavras não surtiam efeito. Porém, conforme situa Rodrigues (1917), o uso dos castigos não foi algo inventado pelos jesuítas, pelo contrário, eles a suavizaram. Sobre os castigos as normas da Companhia disciplinam que:

Para os que tiverem cometido alguma culpa, quer na aplicação devida ao estudo, quer no respeito aos bons costumes, e com quem não bastam boas palavras e repreensões, haverá um corretor que não seja da Companhia, para incutir temor e inflingir o castigo àqueles que dele precisarem e puderem ser punidos. Mas quando nem palavras, nem corretor forem suficientes, e se vir que um aluno é incorrigível e escandaloso, vale mais despedi-lo das aulas do que deixá-lo nelas sem proveito próprio e com prejuízo para os outros. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 155)

Dessa forma, não cabia ao professor a aplicação das punições. Conforme orientação do próprio documento, os jesuítas deveriam tratar a todos com parcimônia, entretanto, deveriam conciliar juntamente com uma postura firme.

Com relação aos castigos, os segundos estatutos disciplinam que quando “o Reitor da Universidade julgar q [que] algum estudante he escandaloso e que nem as admoestações dos mestres ou castigo basta [...] o lançara fora da Universidade” (ESTATUTOS, 1567, p. 2), e, vendo “q [que] algum estudante foge da classe ou do castigo q [que] lhe for mandado dar tello a porta até q [que] o tal se entregue a quem o leve a seu Mestre ou ao Prefeito das escollas.” (ESTATUTOS, 1567, p. 10)

Percebe-se, assim, que os castigos eram aplicados em inúmeras situações no dia a dia da Universidade de Évora. Os mesmos eram utilizados como recurso pedagógico no que tange a questão disciplinar dos alunos. Essa prática fica explícita ao lermos os estatutos. Até mesmo nos autos os alunos poderiam receber uma punição dos examinadores, que não necessariamente seria físico.

4.5.4. A arte pedagógica

Na Universidade eborense, o pedagógico estava ilustrado até nas paredes das salas de aula, por meio dos azulejos, com cenas relacionadas às matérias lecionadas.



Fonte: Painel de azulejos do Colégio do Espírito Santo. (VAZ E PEREIRA, 2012)

Observa-se o nome de Aristóteles logo acima do que seria a figura do mestre. Pode-se relacionar esta imagem ao fato de que os textos de Aristóteles eram objetos de comentários entre os escolásticos e, como vimos anteriormente, um dos principais autores lidos na Universidade de Évora.

Podemos averiguar por meio deste capítulo, que a Universidade de Évora, mesmo sendo uma instituição religiosa, não ficou apática à moderna ciência. Por isso destacamos a importância do estudo deste tema, para desfazer ideias cristalizadas e preconceitos equivocados sobre a educação praticada pela ordem religiosa dos jesuítas.

O ensino era demasiadamente valorizado pela ordem inaciana: “Convençam-se de que, embora não venham a exercer nunca o que aprenderam, o trabalho dos estudos, só por si, [...] é obra de grande mérito diante da divina e soberana Majestade.”(CONSTITUIÇÕES, 1997, p.131)

Em relação aos segundos estatutos da Universidade de Évora, dissertamos sobre a atividade pedagógica presente em seu dia a dia. O que ficou evidenciado por meio da análise do documento, foi a preocupação minuciosa que existia na formação tanto dos alunos, como também, dos mestres da instituição. Exigia-se

um constante aperfeiçoamento dos professores, visto que deveriam despertar o desejo do conhecimento no aluno.

O conteúdo e a prática formativa presentes na universidade eborense estavam de acordo com o seu tempo histórico. Por meio de seu currículo é possível induzir que existia a preocupação de formar religiosos capacitados, dos quais tanto a igreja carecia no momento, como também, percebe-se a preocupação na formação de bons homens para a sociedade ideal que se pretendia formar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho nosso objetivo foi despertar no leitor a importância de se conhecer a Universidade de Évora em sua gênese, pois a mesma está intrinsecamente relacionada às raízes educacionais do Brasil colonial. Desta forma, conforme afirmamos já na introdução desta dissertação, nosso intuito foi dar um significado, em nossos tempos, dessa instituição inserida no contexto do século XVI em Portugal. Postulamos que compreender o papel desenvolvido pela Universidade de Évora colabora nas reflexões acerca não apenas da sociedade portuguesa daquele momento, como, também, das origens da cultura e educação brasileira.

A Universidade jesuítica de Évora representou uma posição de destaque na história da cultura de Portugal, podendo ser considerada uma prova da força social, política e educacional, que teve a Companhia de Jesus em território lusitano. Os religiosos tinham uma sólida formação intelectual, tanto que integrantes da própria família real confiavam plenamente em suas ações, solicitando conselhos nas decisões políticas. A Universidade eborense foi a segunda Instituição universitária criada em Portugal e a primeira e única não estatal que sobreviveu até o século XVIII.

Em nossa pesquisa as fontes tiveram um papel essencial, pois nelas encontramos a forma de educação correspondente ao modo como a sociedade portuguesa de *quinhetos* se organizava, juntamente com seus valores culturais, econômicos e políticos. Entretanto, em nossa segunda seção, nos reportamos mais a historiografia, em virtude de que nesse momento inicial, o objetivo era traçar um panorama dessa sociedade como um todo, antes de nos embrearmos em nosso tema em específico. Acreditamos ser primordial a compreensão dessa totalidade, destacando a conjuntura da sociedade portuguesa do século XVI que permeou o processo de edificação da Universidade de Évora. Não foi nosso intuito, portanto, estudar essa Instituição universitária de uma forma isolada.

Por conseguinte, ainda na segunda seção desta dissertação, trabalhamos a organização social de Portugal no referido período, seus valores, o respeito que existia às regras, o medo dos castigos divinos, a vida em busca da salvação da alma. Também discorreremos sobre a cultura religiosa em Portugal e o papel da

Igreja nessa sociedade como um todo. Apontamos que nesse período da história, em particular, de Portugal, a religião ocupava posição de destaque na sociedade como um todo. Consequentemente, para se entender as ações da Companhia de Jesus, tornou-se essencial o entendimento do período. A própria edificação da Universidade eborense encontra-se inserida nesse âmbito; ela está relacionada, em um primeiro momento, à urgência que se tinha em combater a crise moral existente tanto na esfera religiosa como na sociedade civil.

Uma das conclusões que obtivemos é a de que o ideal inaciano de alargar o ensino a um número cada vez maior de discentes causou resistências por conflitos de interesses, causando certo incomodo. Conforme Franco (2012), na primeira fase do reinado de D. João III, o monarca já sentiu a oposição de parte da nobreza que discordava do “acesso à escrita” por muitos. O autor cita a carta que Vasco da Pina escreve ao rei em 1532, revelando toda uma mentalidade reativa contra o acesso ao ensino. Na carta descreveu-se para o rei o perigo que era uma pessoa de má índole ter acesso às letras, podendo ser uma praga moral para a sociedade.

Finalizando a segunda seção, apresentamos as características de quem foi o responsável direto na edificação da Universidade de Évora – o Cardeal D. Henrique. Pudemos verificar que o religioso teve um papel central na sociedade portuguesa de *quinhetos*, atuando como mecenas da educação (criando e apoiando os locais de ensino no reino), como Inquisidor por cerca de 40 anos e como governante em fins do século XVI.

Com a interferência do Cardeal D. Henrique é que temos a implantação do Curso de Teologia em Évora para a formação de religiosos. O grau em Teologia passou a ser o nível mais elevado nos estudos. Segundo Capitão (1959), D. Henrique desejava preparar padres e leigos para a vida profissional, para que pudessem por meio dos estudos, desempenhar um papel apostólico, político e social, sendo a Teologia um importante papel de amparo para este desejo.

Para Dias (2009), é certo que a Teologia tinha uma importância superior na escala de prioridades, mas isto se deve ao fato de que, além de trabalhar com a razão, a mesma também trabalhava com a Revelação Divina; conhecer Deus por meio de sua Revelação era conhecer o mundo.

Sendo o ensino nos colégios da Companhia de Jesus gratuito, um dos aspectos que nos chamou a atenção, ainda na segunda seção, refere-se à pesquisa da real condição financeira dos alunos. Interessante como muitas vezes atribuímos certas ações como se tratando de algo novo. As questões das cotas, por exemplo, um recurso utilizado pela própria Universidade Estadual de Maringá, são mais antigas do que imaginamos.

Em plena sociedade de *quinhentos*, os estudantes com poucas condições financeiras poderiam ingressar em uma das escolas administradas pela Companhia de Jesus, ou até mesmo na Universidade de Évora. O termo “Cotas”, usado nos dias atuais, não se aplica à sociedade do século XVI. Entretanto, sendo essa prática a reserva de vagas para determinados grupos, pode-se deduzir que a mesma já se adotava no período analisado.

Com isso, da mesma forma que nos dias atuais o candidato cotista tem que comprovar sua condição financeira, e quando preciso, se investiga a veracidade dos comprovantes, em pleno século XVI, nos colégios jesuíticos, também já se avaliava o estado financeiro dos alunos.

Apresentada a conjuntura em torno da sociedade portuguesa envolta do processo de edificação da Universidade eborense, na terceira seção nos propusemos e, apresentamos, o contexto educacional em Portugal no referido período. Para tanto, descrevemos, ainda que brevemente, sobre os primeiros colégios da Companhia de Jesus em Portugal, dentre eles o Colégio do Espírito Santo e a primeira universidade dos jesuítas em Évora.

Tentamos ao longo deste trabalho desconstruir para o leitor o conceito de que uma educação ministrada por uma ordem ligada à atividade religiosa, necessariamente, assume uma postura atrasada quando ao novo. Por isso logo no início de nosso trabalho mostramos o quão religioso era o contexto social e cultural do período. Compreendendo esse momento particular da história e, buscando conhecer a educação praticada pelos jesuítas em suas instituições, é possível visualizar todo um vínculo entre fé e ciência; elas podiam sim caminhar juntas.

Os primeiros colégios jesuíticos e a Universidade de Évora se colocavam abertos para a ciência moderna. Incorreto pensar o contrário pelo fato de ser um local de ensino administrado por uma ordem religiosa. Essa valorização do

conhecimento nas instituições jesuíticas justificava-se pela ideia de que para se encontrar Deus era preciso conhecer o mundo; era no mundo que Deus se fazia presente. Para os integrantes da Companhia de Jesus, era primordial se manterem atentos às mudanças do mundo e às novas exigências, entretanto, sem perder o caráter humano e cristão.

Conforme os autores Menezes e Costa (2012), o padre António Vieira nos fornece um rico exemplo desta questão. O religioso elaborou uma versão espiritual para o evento da passagem de cometas ao descrever o episódio como mensagens enviadas por Deus. Entretanto, para os autores, mesmo com sua análise religiosa, o mesmo não deixou de contribuir para a história da astronomia, em virtude de que não desprezava o conhecimento empírico.

Segundo os autores, no início da modernidade o conhecimento empírico da natureza e religião se complementavam. Acreditava-se que ao estudar a natureza não se estava desrespeitando as escrituras, mas sim, ajudando na decodificação de mensagens tidas como divinas. Por conseguinte, “estudar a natureza era buscar a compreensão das mensagens divinas” (MENEZES e COSTA, 2012, p. 376).

A formação integral de cada indivíduo era um dos objetivos da educação inaciana. Outra característica era a adaptabilidade da educação jesuítica às necessidades do país e da cultura local; mais uma prova de que eram abertos ao novo. A proximidade dos religiosos com os leigos também foi de suma importância, pois era por meio dos leigos que se tinha o contato com as interpretações do mundo.

Os jesuítas nos primeiros colégios inacianos tinham uma forte troca de experiência entre si, dividindo com os demais as práticas eficazes, realizando todo um intercâmbio de ideias. Essa permuta era aplicada na prática, mas, sempre se respeitando as particularidades de cada região. “Quanto mais amplo o intercâmbio no nível regional, tanto mais poderá ser frutífero o intercâmbio entre os centros educativos jesuítas no nível internacional” (KOLVENBACH, 1987, p. 49). Buscando essa troca de experiências se incentivava o intercâmbio de professores e alunos.

Ainda em relação a esse intercâmbio, cabe mencionar que alguns dos manuais elaborados e utilizados pela Companhia tiveram uma considerável

projeção internacional. “Em particular a *Gramática Latina* da autoria do jesuíta madeirense Pe. Álvares que conheceu centenas de edições em diversas línguas e o celebrizado *Curso Conimbricense de Filosofia* elaborado em Portugal na segunda metade do século XVI e princípios do século XVII” (FRANCO, 2012, p. 407). Esses materiais foram seguidos por muitas escolas europeias.

Dando continuidade à nossa terceira seção, analisamos por meio especialmente dos segundos estatutos da Instituição, os ofícios na organização, o corpo docente e discente na Universidade. Pela análise dos estatutos, como também, por meio de outros documentos da Companhia, é possível afirmar que foram elaboradas medidas para que a Universidade, além de formar, educasse os alunos segundo as concepções da época. Toda a orgânica da Universidade visava um controle excessivo sobre os alunos, entretanto, é preciso analisar que além da importância da questão formativa, dava-se muita relevância à orientação moral e religiosa, comum ao período.

Apresentado os ofícios e costumes existentes na Universidade de Évora, dissertamos em nossa quarta seção sobre as atividades pedagógicas existentes na Instituição. Mostramos ao longo desta parte que a educação jesuítica presente em Évora pode ser identificada como o que de mais avançado existia na época, não podendo ser caracterizada apenas como uma universidade para a formação de religiosos. A opção de Aristóteles nas aulas de filosofia e de Tomás de Aquino nas aulas de Teologia revela uma opção não conservadora, mas sim, de um pensamento mais avançado para o período descrito no trabalho.

Ao findar deste trabalho, despontaram-se novas possibilidades de pesquisa. Desta forma, ela não se esgota com esta dissertação de mestrado, pois novas lacunas são descobertas. Uma das aberturas encontradas, seria um estudo mais apurado dos alunos e professores que passaram pela Universidade de Évora e que posteriormente vieram para o Brasil. Devido a limitação de tempo, não foi possível aprofundar esta questão. Encontramos apenas alguns nomes, na leitura da historiografia, em especial na obra de João Pereira Gomes *Os professores de filosofia da Universidade de Évora*. Dentre eles temos:

- António de Matos: Professor de Artes no Colégio da Bahia entre 1601 a 1602. No ano de 1614 foi para o Rio de Janeiro assumir o cargo de Reitor do Colégio;

- Diogo Soares: Foi para o Brasil em 1729. Considerado o primeiro cartógrafo no Brasil responsável pelo levantamento das latitudes e longitudes do nosso território;
- Francisco Botelho: Navegou para o Brasil em 1692 onde confiaram-lhe o Colégio da Bahia;
- Francisco Soares: Foi para o Brasil entre 1585/1587, passando a lecionar Casos de Consciência. Foi pregador superior da casa de Piratininga e Vice Reitor do Colégio do Rio de Janeiro;
- Frutuoso Correia: Em 1696 navegou para o Brasil para trabalhar como professor no Colégio do Maranhão;
- Gaspar Afonso: Escritor da flora e fauna brasileira;
- Gaspar Álvares: Entre 1601 e 1604 foi para o Brasil. Trabalhou como pregador e consultor no colégio da Bahia;
- Luiz Figueira: Foi para o Brasil no ano de 1602. Tornou-se Reitor em Pernambuco. Fundou a Confraria dos Oficiais Mecânicos. Fundou o Colégio de Nossa Senhora da Luz do Maranhão. No Brasil escreveu “Arte de Gramática da Língua Tupi”;
- Marçal Beliarde: Veio para o Brasil em 1585, atuando como provincial por quase oito anos. Segundo Capitão (1962), Beliarde desejou elevar o Colégio da Bahia à categoria de universidade;

Outra possibilidade que se abre com esta pesquisa, refere-se à análise das ações da Companhia de Jesus, especialmente por meio dos colégios e da própria Universidade de Évora, enquanto um processo civilizador. Na obra do sociólogo alemão Norbet Elias, em especial a intitulada *O Processo Civilizador*, é possível identificar e estabelecer relações entre as ações dos religiosos em Portugal com o processo civilizador descrito por Elias. “O conceito de *civilização* refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” (ELIAS, 1994, p. 23).

Podemos pontuar que a educação praticada pelos jesuítas tinha em sua base uma crítica social, pois os mesmos iam contra os costumes e modo que vigoravam, tanto na sociedade leiga, como também, na dos religiosos. Aqui o

processo civilizador pretendia resgatar a moral que ficou perdida, desejando recuperar uma nova civilização com base cristã. Dessa forma, os colégios e a Universidade de Évora foram meios de se aplicar a reforma crítica por meio da educação, em busca de um tipo mais elevado de ser humano.

Estas são, portanto, algumas possibilidades que se abrem para futuras pesquisas relacionadas à temática. Merecem um melhor aprofundamento, em virtude de que por meio delas, teremos meios para uma melhor compreensão da história da educação do Brasil.

6. FONTES

BULA 1559. Bula de Paulo IV sobre a fundação da Universidade de Évora 1559.

BULA 1568. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4520221>.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

ESTATUTOS. Segundos estatutos da Universidade de Évora 1567. Arquivo pessoal adquirido por meio da Universidade de Coimbra.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel, **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

7. REFERÊNCIAS

ALVES DIAS, João José (coord.). **Portugal. Do Renascimento a crise dinástica**. Lisboa: Presença, 1999. (Nova História de Portugal)

ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554 – 1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Disponível em: <<http://purl.pt/155>> Acesso em 23 jul. 2014.

ARISTÓTELES. **De Anima**. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. (Livros I, II e III). São Paulo, 2006. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=KOMH0Bed5SYC&pg=PA3&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em 10.10.2014.

BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimientos e Renascimento**: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. Temas Portugueses.

BLACK, Christopher F. A sociedade. In: **O século XVI**: história da Europa. Oxford University Press. Porto, 2009.

BRANCO, Fernando Castelo. **O problema da criação por D. Manuel I de uma universidade em Évora**. Coimbra, 1967.

BRANDAO, Francisco. **Quinta parte da Monarchia Lusytana (Livro 16, cap. LXXIII, fol. 167)**. Lisboa, 1650. Disponível em <http://purl.pt/14191> Acesso em 28.06.2014.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMERON, Euan. O turbilhão da fé. In: **O século XVI: história da Europa**. Oxford University Press. Porto, 2009.

CAPITÃO, Maria Amélia da Motta. Do ensino de Teologia na Universidade de Évora. In: **A cidade de Évora: boletim municipal de turismo**. Évora, 1962.

_____. Do ensino das Artes na Universidade de Évora. In: **A cidade de Évora: boletim municipal de turismo**. Évora, 1959.

CARVALHO, José Vaz de. A ação missionária da Universidade de Évora. In: **História da Universidade em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, Volume I Tomo II, Coimbra, 1997.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2001.

CID, Isabel. A fundação da Universidade de Évora. In: **História da Universidade em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, Volume I Tomo II, Coimbra, 1997.

COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de doutoramento. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

COSTA, Célio Juvenal. Fontes Jesuítas e a Educação Brasileira. In: COSTA, Célio Juvenal. MELO, José Joaquim Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p.193-214.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. **Sobre cometas e arco-íris: Antônio Vieira, os jesuítas, o conhecimento revelado e a ciência moderna**. Unisinos, 2012.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Estampa: Lisboa, 1984.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Corrente de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)**. Tomo I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

_____. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. Editora Presença. Lisboa, 1973

DIAS, Manuel Madureira. A Teologia na Universidade de Évora: Ensino e Princípios. In: **Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo: A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759)**. Maria de Fátima Nunes e Augusto da Silva (orgs). Évora, 2009.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

FONSECA, Maria do Céu; MARÇALO, Maria João. A língua portuguesa no mundo: a Universidade de Évora e a atividade missionária. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara

Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, José Eduardo. Empreendedorismo educativo dos jesuítas no Portugal moderno: polémicas e imagens. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

GOMES, João Pereira. **Os professores de filosofia da Universidade de Évora**. Évora, 1960.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo, 1998

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOLVENBACH, Peter-Hans. **Características da educação da Companhia de Jesus**. Edições Loyola. São Paulo, 1987.

_____. Educar homens e mulheres hoje no espírito de Santo Inácio. IN: **Educação inaciana**: desafios na virada do milênio. Conferencia do Pe. Peter-Hans Kolvenbach, Geral da Companhia de Jesus, aos educadores de Toulouse. . Edições Loyola. São Paulo, 1999.

LIMA, Fábio Nunes. **Execução**: Praça, leilão, lance mínimo e lance vil. In: *Âmbito Jurídico*. Rio Grande, XV, n.97, 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11102&revista_cade_rno=25> Acesso em ago 2014.

MATTOSO, J.A. A universidade portuguesa e as universidades europeias. IN: **História da Universidade em Portugal (1290-1536)**. Vol. I, Tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, (1997^a).

MARQUES, A.H. Oliveira. **Breve história de Portugal**. Presença: Lisboa, 1995.

MENDEIROS, José Filipe. O Humanismo da Universidade de Évora. In: **A cidade de Évora**: boletim municipal de turismo. Évora, 1959.

MIRANDA, Margarida. Simão Vieira e os festejos teatrais na fundação da Universidade de Évora 1559. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

MONTEIRO, Miguel Corrêa. A fundação de colégios e o esforço missionário dos jesuítas. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

MORAES, Antonio de. **Diccionario da língua portuguesa**. Tomo Segundo. Lisboa, 1813.

NAUERT, Charles G. O pensamento. In: **O século XVI: história da Europa**. Oxford University Press. Porto, 2009.

NUNES, Maria de Fátima; SILVA, Augusto da. "**Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo**": a Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759). Évora, 2009.

PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII**/José Maria Paiva; prefácio Célio Juvenal Costa. Maringá: Eduem, 2012.

POLÓNIA, Amélia. **D. Henrique: o Cardeal-Rei**. Temas e Debates. Rio de Mouro, 2009.

_____. **Reflexões sobre alguns aspectos da vida quotidiana no século XVI**. Leiria, 1992. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6357.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. A fundação da Universidade de Évora em análise contextual: a Universidade ao serviço de um projeto pastoral e pedagógico. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

RICO SJ, Hermínio. **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012. (p.39 a 40)

RODRIGUES, Francisco. **A formação intelectual do jesuíta – leis e factos**. Porto: Magalhães & Moniz, 1917.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950. Volume II Tomo I.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1938. Volume I Tomo II.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. **História da Universidade Teológica de Évora: séculos XVI a XVIII**. Lisboa, 2013.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. Évora quinhentista e humanismo. In: **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Coordenação de Sara Marques Pereira e Francisco Lourenço Vaz. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012.

SOUSA, Jesus Maria. **Os jesuítas e a Ratio Studiorum: As raízes da formação de professores na Madeira**. Isenha, 2003. Disponível em <http://www3.uma.pt/jesusousa/Publicacoes/31OsJesuitaseaRatioStudiorum.PDF>. Acesso em 12.01.2014.

STEGMULLER, Friedrich. **Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra e Évora** – no século XVI. Universidade de Coimbra, 1959.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar: Rio de Janeiro, 1981.

VAZ, Francisco A. Lourenço; PEREIRA, Sara Marques. **Universidade de Évora (1559-2009): 450 anos de modernidade educativa**. Chiado Editora. Coleção Compedium. Évora, 2012. (p.9 a 17)

VELOSO, João M. Queiros. **A Universidade de Évora** - elementos para sua história. Lisboa, 1949.